



Avenida Paulista, 1439 - 2º Sl  
Boa Vista São Paulo - SP  
CEP 01311-200-

Tel : 55 11 3266 3223 Fax: 55 11 3266 3229  
cibrasec@cibrasec.com.br  
www.cibrasec.com.br

## TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

### CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 268ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO DA



**CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**

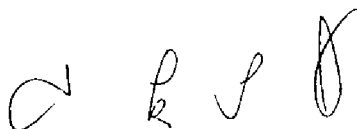
*Companhia Aberta*

CNPJ/MF nº 02.105.040/0001-23

*[Handwritten signature]*

**ÍNDICE**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES .....	3
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO E CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS .....	10
CLÁUSULA TERCEIRA - IDENTIFICAÇÃO DOS CRI E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO .....	18
CLÁUSULA QUARTA - SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DOS CRI .....	21
CLÁUSULA QUINTA - CÁLCULO DO SALDO DEVEDOR COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, JUROS REMUNERATÓRIOS E AMORTIZAÇÃO DOS CRI .....	22
CLÁUSULA SEXTA - AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA .....	27
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA EMISSORA .....	27
CLÁUSULA OITAVA - GARANTIAS .....	29
CLÁUSULA NONA - REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO .....	31
CLÁUSULA DÉCIMA - AGENTE FIDUCIÁRIO .....	32
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO .....	38
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSEMBLEIA GERAL DOS INVESTIDORES .....	39
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESPESAS DO PATRIMÔNIO SEPARADO .....	41
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS INVESTIDORES .....	43
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICIDADE .....	48
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REGISTRO DO TERMO .....	48
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	48
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - NOTIFICAÇÕES .....	49
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RISCOS .....	49
CLÁUSULA VIGÉSIMA - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	59
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO .....	59



## TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

### I - PARTES

Pelo presente instrumento particular, as partes:

**CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª Sobreloja, Bela Vista, CEP 01.311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente como "Emissora" ou "Securitizadora";

**VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, conjunto 93, Pinheiros, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, adiante designado simplesmente como "Agente Fiduciário";

Firmam o presente "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários*" ("Termo"), para vincular os Créditos Imobiliários aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série da 2ª Emissão da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, de acordo com o artigo 8º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis e as cláusulas abaixo redigidas.

### II - CLÁUSULAS

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES


1.1. Termos Definidos: Para os fins deste Termo, adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente Termo:

1.1.1. Além disso, (i) os cabeçalhos e títulos deste Termo servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado dos dispositivos aos quais se aplicam;



(ii) os termos "inclusive", "incluindo", "particularmente" e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo "exemplificativamente"; (iii) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas nesta Cláusula Primeira aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (iv) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente; (v) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (vi) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Termo, referências a itens ou anexos aplicam-se a itens e anexos deste Termo; e (vii) todas as referências a quaisquer Partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários devidamente autorizados.

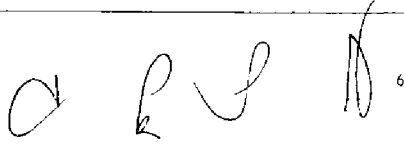
" <u>Agente Fiduciário</u> ":	Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada;
" <u>Alienação Fiduciária</u> ":	Garantia real constituída pelos Devedores, através da qual estes transferiram, com escopo de garantia, ao Cedente, a propriedade fiduciária dos Imóveis vinculados aos Contratos de Financiamento;
" <u>Amortização Antecipada</u> ":	A amortização antecipada dos CRI, conforme definida no item 6.1 deste Termo;
" <u>Averbação do Contrato de Cessão</u> ":	A Averbação do Contrato de Cessão prevista no subitem 2.5.1 deste Termo;
" <u>Banco Autorizado</u> ":	Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12;
" <u>CCI</u> ":	Cédulas de Crédito Imobiliário emitidas pelo Cedente nos termos do § 3º do Art. 18 da Lei 10.931/04, combinado com o Art. 287 do Código Civil Brasileiro, sem garantia real, representativas dos Créditos Imobiliários;
" <u>Cedente</u> " ou " <u>Originador</u> ":	Banco Bradesco S.A., com sede no Núcleo Cidade de Deus, s/nº,



	Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, CEP 06029-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12;
<u>"Cessão de Créditos"</u> ou <u>"Contrato de Cessão"</u> :	Instrumento Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças, celebrado entre o Cedente e a Securitizadora, em 22 de abril de 2016, mediante os quais foram cedidos à Securitizadora todos os Créditos Imobiliários;
<u>"CETIP"</u> :	CETIP S.A. - Mercados Organizados;
<u>"Condições Precedentes"</u> :	As condições para o pagamento do Valor da Cessão, conforme previsto no Contrato de Cessão, a saber: (a) registro, pelo Cedente, do Contrato de Cessão em Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco/SP e São Paulo/SP; (b) transferência das CCI para a Emissora junto à CETIP; (c) emissão dos CRI, e respectiva subscrição e integralização; e (d) formalização do Contrato de Servicing e Cobrança, para a administração e cobrança dos Créditos Imobiliários;
<u>"Conta Centralizadora"</u> :	Conta corrente nº 296.952-1, mantida na Agência 3395-2 do Banco Autorizado, de titularidade da Emissora e integrante do Patrimônio Separado, na qual os Créditos Imobiliários serão recebidos e os recursos destinados ao pagamento dos CRI serão mantidos;
<u>"Coobrigação"</u> :	Conforme previsto no item 8.2. deste Termo e no Contrato de Cessão, a obrigação assumida pelo Cedente de realizar o pagamento dos Créditos Imobiliários inadimplidos;
<u>"Contrato de Distribuição"</u> :	"Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública Primária, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Melhores Esforços, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série da 2ª Emissão da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização", celebrado em 22 de abril de 2016, entre a Securitizadora e o Coordenador Líder, para distribuição dos CRI;
<u>"Contrato de Servicing e"</u>	"Contrato de Prestação de Serviços de Administração e Cobrança



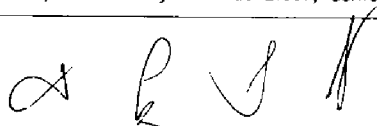
<u>"Cobrança":</u>	de Créditos Imobiliários" firmado entre a Securitizadora e o Servicer em 22 de abril de 2016;
<u>"Contratos de Financiamento"</u> ou <u>"Contratos":</u>	Contratos de financiamento firmados entre o Cedente e os Devedores para aquisição dos Imóveis, os quais formalizam os Créditos Imobiliários;
<u>"Coordenador Líder":</u>	Banco Bradesco BBI S.A., com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar, Bela Vista, CEP 01310-917, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93;
<u>"Créditos Imobiliários":</u>	Créditos correspondentes à totalidade do valor de principal dos Contratos de Financiamento, da respectiva atualização monetária e dos juros contratuais, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos Devedores por força dos Contratos de Financiamento, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, tarifas, prêmios de Seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos;
<u>"CRI":</u>	Titulos de créditos, de livre negociação, observadas as condições de sua oferta, integrantes da 268ª Série da 2ª Emissão da Securitizadora, emitidos sob a forma escritural de acordo com este Termo;
<u>"Critérios de Elegibilidade"</u>	São os critérios de elegibilidade dos Créditos Imobiliários cedidos, conforme listados no subitem 2.4.1. deste Termo;
<u>"CVM":</u>	Comissão de Valores Mobiliários;
<u>"Data Base":</u>	22 de abril de 2016
<u>"Data de Emissão"</u>	22 de abril de 2016
<u>"Devedores":</u>	Pessoas físicas devedoras dos Contratos de Financiamento;
<u>"Dia Útil":</u>	Todo e qualquer dia, exceto sábado, domingo e feriado



	nacional;
<u>"Escritura de Emissão de CCI":</u>	O Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Sem Garantia Real e sob a Forma Escritural, celebrada entre o Cedente e a Instituição Custodiante, em 22 de abril de 2016;
<u>"Evento de Multa Indenizatória":</u>	Será considerado evento de multa indenizatória a inexistência, no todo ou em parte, dos Créditos Imobiliários;
<u>"Eventos de Recompra Compulsória":</u>	Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados como eventos de recompra compulsória: a) o ajuizamento de ação judicial que tenha por objeto qualquer Contrato de Financiamento, ou a existência, validade, eficácia ou exigibilidade dos Créditos Imobiliários; b) a ineficácia ou inexigibilidade, no todo ou em parte, dos Créditos Imobiliários; c) independentemente do eventual adimplemento dos Créditos Imobiliários pelo Cedente em decorrência da Coobrigação, o inadimplemento, por parte do respectivo Devedor, até a Data Base, inclusive, de qualquer parcela de seu respectivo Contrato de Financiamento; d) independentemente do eventual adimplemento dos Créditos Imobiliários pelo Cedente em decorrência da Coobrigação, o inadimplemento, por parte do respectivo Devedor, a partir da Data Base, exclusive, de 3 (três) parcelas mensais e consecutivas dos Contratos de Financiamento; e) os Contratos de Financiamento sejam objeto de qualquer renegociação, ou ainda, caso seja permitida qualquer liberalidade pelo Cedente, em relação às obrigações dos Devedores nos respectivos Contratos de Financiamento (incluindo, mas não se limitando a, situações em que o Devedor pague qualquer parcela de seu respectivo Contrato de Financiamento em valor divergente do originalmente acordado em função de alterações no fluxo de pagamentos), desde que tais hipóteses impliquem na necessidade de celebração de



	aditamento ao respectivo Contrato de Financiamento; (f) os Contratos de Financiamento sejam objeto de pedido de portabilidade por parte dos Devedores, nos termos das Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.401, de 06 de setembro de 2006 e nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013; g) ocorrência de sinistro sobre os Imóveis devidamente coberto pelos Seguros; h) a efetivação de amortização extraordinária dos Contratos de Financiamento com data anterior à Data Base (conforme definido no Contrato de Cessão), hipótese na qual a Recompra Compulsória recairá exclusivamente sobre o saldo amortizado; ou i) existência, até a Data Base, da necessidade de estorno de qualquer parcela de um determinado Contrato de Financiamento.
"FGTS":	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
"Garantias":	Quando mencionados em conjunto: (i) o Regime Fiduciário; (ii) a Coobrigação; e (iii) a Alienação Fiduciária, exclusivamente na hipótese de Averbação do Contrato de Cessão;
"Imóveis":	Imóveis adquiridos pelos Devedores com a utilização dos recursos oriundos de seus respectivos Contratos de Financiamento;
"Instituição Custodiante":	Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., contratada para realizar a custódia da Escritura de Emissão de CCI, nos termos do Art. 18 da Lei 10.931/04;
"Instrução CVM 28":	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
"Instrução CVM 400":	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
"Instrução CVM 414":	Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2.004, conforme alterada;
"Instrução CVM 476":	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2.009, conforme





	alterada;
" <u>Instrução CVM 539</u> ":	Instrução CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada;
" <u>Investidores</u> ":	Titulares dos CRI;
" <u>Lei 10.931/04</u> ":	Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada;
" <u>Lei 6.404/76</u> ":	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
" <u>Lei 9.514/97</u> ":	Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada;
" <u>Multa Indenizatória</u> ":	Multa no valor correspondente ao saldo devedor dos respectivos Créditos Imobiliários sobre os quais tenha se verificado a ocorrência do Evento de Multa Indenizatória;
" <u>Novos Financiamentos</u> ":	Os financiamentos imobiliários no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação que o Cedente se obrigou a fazer com os recursos decorrentes do recebimento do Valor da Cessão;
" <u>Patrimônio Separado</u> ":	Totalidade dos Créditos Imobiliários, respectivos acessórios, Garantias, incluindo a Conta Centralizadora, submetidos ao Regime Fiduciário, que são destacados do patrimônio da Securitizadora, destinando-se exclusivamente à liquidação dos CRI, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais;
" <u>Ajuste de Valores Novos Financiamentos</u> ":	Ajuste de valores a ser pago pela Cedente à Emissora, à título de indenização, nos exatos termos do item 2.7.2 do Contrato de Cessão, cuja forma de cálculo encontra-se transcrita no Anexo V deste Termo;
" <u>Recompra Compulsória</u> ":	A obrigação do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão, de recompra em relação a cada um dos Créditos Imobiliários, aos quais se tenha verificado a ocorrência de um Evento de Recompra Compulsória, conforme prevista no item 2.8 deste Termo;



<u>"Recompra Compulsória Total":</u>	A obrigação do Cedente de realizar a recompra compulsória da totalidade dos Créditos Imobiliários que remanescerem na titularidade da Emissora no 30º dia do mês imediatamente anterior a data de vencimento final dos CRI;
<u>"Recompra Facultativa":</u>	Direito do Cedente proceder à recompra facultativa da totalidade dos Créditos Imobiliários a qualquer momento;
<u>"Regime Fiduciário":</u>	Regime Fiduciário, instituído sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Art. 9º da Lei 9.514/97;
<u>"Resolução nº 3932":</u>	Resolução nº 3932, de 16 de dezembro de 2010, conforme alterada;
<u>"Seguros":</u>	Quando mencionados, em conjunto, o seguro de danos físicos ao imóvel e o seguro de morte ou invalidez permanente, contratados pelos Devedores;
<u>"Servicer":</u>	Banco Bradesco S.A., acima qualificado;
<u>"TR":</u>	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
<u>"Valor da Cessão":</u>	O valor a ser pago ao Cedente, em razão da cessão dos Créditos Imobiliários, após atendidas as Condições Precedentes; e
<u>"Valor de Recompra":</u>	O valor de Recompra Compulsória, Recompra Compulsória Total ou de Recompra Facultativa, conforme o caso, corresponderá ao saldo devedor dos respectivos Créditos Imobiliários, devidamente atualizado, na data da respectiva recompra.

## CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO E CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

2.1. Vinculação dos Créditos Imobiliários: Pelo presente Termo, a Emissora vincula, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, cedidos à Emissora nos termos do Contrato de Cessão, aos CRI da 268ª Série da 2ª Emissão, cujas características são descritas na cláusula terceira, abaixo.



2.1.1. A cessão dos Créditos Imobiliários em favor da Emissora será formalizada através da formalização do Contrato de Cessão e da negociação das CCI por meio dos sistemas administrados pela CETIP.

2.1.2. Após o atendimento das Condições Precedentes, a Securitizadora pagará ao Cedente, pela cessão dos Créditos Imobiliários, a importância de R\$ 308.114.961,49 (trezentos e oito milhões, cento e quatorze mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e nove centavos), relativa ao saldo devedor global dos Créditos Imobiliários que lastreiam os CRI em 22 de abril de 2016, com vencimento a partir de Junho de 2016, inclusive, deduzido dos custos e despesas relativos à estruturação e implementação da emissão dos CRI. O valor da Cessão dos Créditos será pago com recursos oriundos da integralização dos CRI, nos termos do item 2.1 do Contrato de Cessão.

2.2. Pagamentos Residuais: Conforme previsto no Contrato de Cessão, a Cedente e a Emissora poderão ser chamadas a realizar Pagamentos Residuais Cedente ou Pagamentos Residuais Emissora, conforme definidos abaixo.

2.2.1. Sempre que, com base na verificação a ser realizada no 15º (décimo quinto) dia de cada mês (sendo cada data em que se realizar referida verificação doravante denominada "Data de Verificação"), o VR, calculado com base na fórmula abaixo descrita, for: (i) um número maior que 1 (um), serão devidos os Pagamentos Residuais Cedente (conforme abaixo definido); ou (ii) um número menor que 1 (um), serão devidos os Pagamentos Residuais Emissora (conforme abaixo definido). Caso o VR seja igual a 1 (um), não será devido qualquer pagamento entre a Emissora e o Cedente.

2.2.2. O valor de referência ("VR") será calculado com base na seguinte fórmula:

$$VR = (QMM/VA)$$

onde:

VR = Valor de Referência;



**QMM** = Quantidade mínima mensal de recursos necessários para: (a) o pagamento integral das parcelas de amortização dos Créditos Imobiliários, devida no mês civil em curso na Data de Verificação; (b) acréscimo de atualização monetária parâmetro devida no respectivo período de apuração, que será equivalente à variação mensal acumulada da TR do 10º (décimo) dia do Mês de Apuração, apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, sobre o saldo devedor dos Créditos Imobiliários, independentemente se o índice de atualização monetária previsto nos Contratos de Financiamento for diferente do índice ora previsto, bem como acréscimo de eventual atualização monetária que tenha sido imputada a parcelas futuras dos Créditos Imobiliários referente à correções acumuladas em períodos anteriores; (c) acréscimo de juros fixos de 7,7151% (sete inteiros e sete mil, cento e cinquenta e um décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252, *pro rata die*, calculado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao Mês de Apuração; e (d) as amortizações extraordinárias realizadas pelos Devedores.

**VA** = Somatório do valor dos Créditos Imobiliários pagos pelos Devedores, no Mês de Apuração, conforme abaixo definido, calculados nos termos dos Contratos de Financiamento, incluindo adiantamentos ou qualquer espécie de amortizações extraordinárias realizadas pelos Devedores.

2.2.2.1. Para os fins do subitem 2.2.2, acima, entende-se por "Mês de Apuração" o mês vigente em cada Data de Verificação.

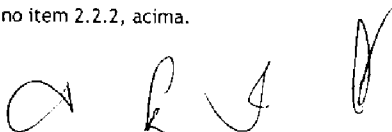
2.2.3. Caso o VR seja inferior a 1 (um), a Emissora pagará ao Cedente, a título de Ajuste de Valores, o valor calculado conforme a seguinte fórmula ("Pagamentos Residuais Emissora"):

$$PR = (1 - VR) \times VA$$

onde:

**PR** = Valor do Pagamento Emissora no Mês de Apuração; e

**VA** = calculado de acordo com o disposto no item 2.2.2, acima.



2.2.4. Os Pagamentos Residuais Emissora deverão ser pagos pela Emissora ao Cedente no 30º (trigésimo) dia do Mês de Apuração, desde que a Emissora tenha recebido integralmente o VA. Caso a Emissora não tenha recebido integralmente o VA, realizará o pagamento do montante correspondente ao valor do VA já recebido, devendo os demais valores serem pagos quando do efetivo recebimento.

2.2.5. Caso, em qualquer Data de Verificação, o VA for inferior à QMM, o Cedente estará obrigado a pagar à Emissora, no 30º (trigésimo) dias do Mês de Apuração, o montante em reais correspondente à diferença positiva entre a QMM e o VA ("Pagamentos Residuais Cedente").

2.2.6. O cálculo dos Pagamentos Residuais será realizado pela Emissora em cada Data de Verificação. Exceto nos casos de erro e/ou imprecisão, e desde que aprovados pelo Cedente nos termos do subitem 2.2.7 abaixo, os cálculos realizados pela Emissora nos termos deste item e seus subitens serão finais e obrigarão o Cedente.

2.2.7. Para fins do item 2.2., a Emissora será a responsável por elaborar os cálculos necessários para a realização dos Pagamentos Residuais. A Emissora deverá encaminhar ao Cedente, em cada Data de Verificação, o relatório contendo o procedimento e os resultados apurados para a realização dos Pagamentos Residuais. O Cedente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação supra, acompanhada dos documentos que evidenciem o cálculo realizado, deverá manifestar-se sobre os resultados apurados pela Emissora.

2.2.8. Caso o Cedente não concorde com os cálculos apresentados pela Emissora, as partes discutirão de boa-fé os cálculos realizados pelo prazo de 2 (dois) Dias Úteis.

2.3. Saldo Devedor dos Créditos Imobiliários: A Emissora declara que, pelo presente Termo, foram vinculados à presente emissão de CRI os Créditos Imobiliários, de sua titularidade com saldo devedor total de R\$ 309.028.701,16 (trezentos e nove milhões, vinte e oito mil, setecentos e um reais e dezesseis centavos), na Data de Emissão.

2.3.1. Os Créditos Imobiliários vinculados ao presente Termo encontram-se representados por

 13

CCI, emitidas pelo Cedente sob a forma escritural, nos termos da Lei 10.931/04.

2.3.2. A Escritura de Emissão de CCI encontra-se devidamente depositada junto à Instituição Custodiante, nos termos do § 4º do Artigo 18 da mencionada Lei nº 10.931/04, e as CCI, por sua vez, encontram-se devidamente registradas na CETIP.

2.4. Características dos Créditos Imobiliários: As características dos Créditos Imobiliários vinculados a este Termo, tais como identificação dos Devedores, saldos devedores e Imóveis a que estão vinculados, indicação do respectivo Cartório de Registro Imóveis estão perfeitamente descritas e individualizadas no anexo I ("Anexo I"), o qual fica fazendo parte integrante deste Termo.

2.4.1. Os Créditos Imobiliários vinculados ao presente Termo atendiam, na data da celebração do Contrato de Cessão, no mínimo, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) Volume Financeiro Total (Saldo Devedor): R\$ 309.028.701,16 (trezentos e nove milhões, vinte e oito mil, setecentos e um reais e dezesseis centavos), na Data Base;
- b) *Loan to Value*: Igual ou menor que 80% (oitenta por cento) para cada crédito habitacional individualmente;
- c) Taxados Créditos Imobiliários: Entre TR+8,00% a.a. e TR+10,00% a.a. (taxa efetiva);
- d) Prazo Remanescente Máximo: 355 (trezentos e cinquenta e cinco) meses;
- e) Garantia dos Financiamentos Imobiliários: Alienação Fiduciária, sendo certo que esta somente será transferida quando da Averbação (conforme abaixo definido) do Contrato de Cessão;
- f) Atraso Máximo dos Contratos de Financiamento: 0 (zero) dias;

- g) Tipo de Imóvel: Imóveis Residenciais Urbanos, conforme características descritas no artigo 14 da Resolução 3932;
- h) Forma de Pagamento: Mediante débito automático em conta corrente de titularidade dos Devedores mantida junto ao Cedente; e
- i) Sistema de Amortização: Sistema de Amortização Constante - SAC.

2.5. Emissão das CCI: As CCI representativas dos Créditos Imobiliários foram emitidas sem garantia real, nos termos do § 3º do Art. 18 da Lei 10.931/04, combinado com o Art. 287 do Código Civil Brasileiro de forma que a Alienação Fiduciária não está automaticamente vinculada as CCI.

2.5.1. A Securitizadora providenciará a Averbação do Contrato de Cessão na matrícula de cada um dos Imóveis, junto ao Serviço de Registro de Imóveis competente, nos termos do Art. 167, inciso II, item 21 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no subitem 2.5.3., abaixo.

2.5.2. A partir da Averbação do Contrato de Cessão, a Securitizadora estará sub-rogada em todos os direitos e obrigações decorrentes da Alienação Fiduciária que recaí sobre os Imóveis.

2.5.3. O Cedente reconheceu, no Contrato de Cessão, que a Securitizadora realizará a Averbação do Contrato de Cessão individualmente nas matrículas de cada um dos Imóveis, a partir da ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos:

- a) atendimento à deliberação da assembleia geral de Investidores;
- b) inadimplência do respectivo Crédito Imobiliário, sem que o Cedente realize o pagamento do valor inadimplido, nos termos da Coobrigação; ou,
- c) intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária do Cedente.



2.5.4. Enquanto não efetivada a Averbação do Contrato de Cessão, o Cedente, embora não mais titular do Crédito Imobiliário, fornecerá a autorização para levantamento da Alienação Fiduciária, em favor de cada um dos Devedores que procederem a qualquer momento à liquidação do respectivo Contrato de Financiamento, nos prazos previstos nos respectivos instrumentos.

2.5.5. Os custos decorrentes da Averbação do Contrato de Cessão, compreendendo, mas não se limitando aos emolumentos devidos aos Serviços de Registro de Imóveis competentes, serão integralmente suportados pelo Investidor.

2.5.6. O Cedente, no Contrato de Cessão, se comprometeu a diligenciar com o objetivo de viabilizar a Averbação do Contrato de Cessão, tendo se obrigado a formalizar todo e qualquer instrumento necessário à efetivação da referida Averbação do Contrato de Cessão, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação da Emissora neste sentido.

2.6. Remuneração dos Créditos Imobiliários: Os Créditos Imobiliários têm seu principal acrescido de uma determinada taxa de juros fixa de até 10,00% a.a. e são atualizados monetariamente de acordo com o índice, variação e periodicidade contratados nos Contratos de Financiamento.

2.7. Gestão dos Créditos Imobiliários: A cobrança administrativa dos Créditos Imobiliários será realizada diretamente pelo *Servicer* e os recursos decorrentes dos pagamentos dos Devedores serão depositados na Conta Centralizadora, sendo que a cobrança judicial, caso necessária, será efetuada por advogados especializados. Os serviços a serem desenvolvidos pelo *Servicer* na administração dos Créditos Imobiliários compreendem a administração e cobrança dos Créditos Imobiliários, de acordo com os termos, condições e forma estabelecidos no Contrato de *Servicing* e Cobrança.

2.7.1. Conforme disposto no Contrato de Cessão, o Cedente ficou responsável pela custódia e guarda de todos e quaisquer documentos comprobatórios dos Créditos Imobiliários. O Cedente deverá guardar toda a documentação que esteja na sua posse ou sob seu controle pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do término de cada um dos Contratos de Financiamento.





2.7.1.1. Ainda nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente se comprometeu a entregar os documentos comprobatórios dos Créditos Imobiliários à Emissora, no local por esta indicado, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir do recebimento de notificação expressa neste sentido, exceto quando se tratar de documentação que dependa de agente externo. O prazo acima poderá ser razoavelmente prorrogado em função do volume de documentos envolvendo os Créditos Imobiliários objeto de solicitação pela Emissora ou diminuído caso a Emissora necessite dos documentos comprobatórios dos Créditos Imobiliários para atendimento de alguma determinação judicial, de autoridade governamental, ou ainda, para responder a alguma notificação extrajudicial que lhe for endereçada, na hipótese do prazo para resposta ser inferior ao previsto nesta cláusula.

2.8. Recompra Compulsória: Caso ocorra qualquer um dos Eventos de Recompra Compulsória em relação a cada um dos Créditos Imobiliários, a Emissora retrocederá os respectivos Créditos Imobiliários em relação aos quais tenha se verificado um Evento de Recompra Compulsória, no estado em que se encontrarem, ao Cedente, que, nessa hipótese, adquirirá automática e compulsoriamente os referidos Créditos Imobiliários e ficará obrigado a pagar à Emissora, de forma definitiva, irrevogável e irretirável, o Valor de Recompra, nos termos do Contrato de Cessão.

2.8.1. Na hipótese de Recompra Compulsória Total pelo Cedente, a Emissora transferirá a totalidade dos Créditos Imobiliários, no estado em que se encontrarem, ao Cedente, que, nessa hipótese, ficará obrigado a pagar à Cessionária, de forma definitiva, irrevogável e irretirável, o Valor de Recompra.

2.9. Recompra Facultativa: Nos termos do item 5.2 do Contrato de Cessão, o Cedente poderá proceder, a qualquer momento, à Recompra Facultativa da totalidade dos Créditos Imobiliários, na forma estabelecida no Contrato de Cessão.

2.9.1. Na hipótese de exercício da Recompra Facultativa dos Créditos Imobiliários, o Cedente deverá notificar a Cessionária, no prazo descrito na cláusula 5.3.2 do Contrato de Cessão. Neste caso, a Emissora transferirá a totalidade dos Créditos Imobiliários, no estado em que se encontrarem, ao Cedente, que, nessa hipótese, ficará obrigado a pagar à Emissora, de forma



definitiva, irrevogável e irretroatável, o Valor de Recompra no prazo constante da notificação.


2.10. Responsabilidade do Cedente pela Existência dos Créditos Imobiliários: O Cedente responderá pela existência da integralidade dos Créditos Imobiliários até que todos os CRI tenham sido resgatados integralmente, de modo que o Cedente pagará à Emissora a Multa Indenizatória, caso ocorra o Evento de Multa Indenizatória.

2.11. Não Cumulatividade: Em nenhuma hipótese a Multa Indenizatória, a Recompra Compulsória Total e a Recompra Compulsória poderão incidir simultaneamente sobre a mesma parcela dos Créditos Imobiliários.

### CLÁUSULA TERCEIRA - IDENTIFICAÇÃO DOS CRI E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO

3.1. Características dos CRI: Os CRI objeto da presente emissão, cujo lastro se constitui pelos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, possuem as seguintes características:

1. Emissão: 2ª;
2. Série: 268ª;
3. Quantidade de CRI: 308;
4. Valor Global da Série: R\$ 308.114.961,49 (trezentos e oito milhões, cento e quatorze mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e nove centavos);
5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000.373,25159091 (um milhão, trezentos e setenta e três reais e vinte e cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil e noventa e um centésimos de milionésimos);
6. Prazo de Amortização: 5.466 (cinco mil quatrocentos e sessenta e seis) dias;
7. Atualização Monetária: Mensal, pelo índice de remuneração dos depósitos do FGTS, que, atualmente é a TR. Será utilizada a TR do dia 10º (décimo) de cada mês;
8. Juros Remuneratórios: a taxa de juros aplicável aos CRI é de 7,7151% (sete inteiros e sete mil, cento e cinquenta e um décimos de milésimos por cento) ao ano;
9. Periodicidade de Pagamento de Amortização e Juros Remuneratórios: mensal, conforme disposto anexo II deste Termo ("Anexo II");



10. Período de Carência e Data do Primeiro Pagamento de Amortização e Juros Remuneratórios: Haverá incorporação de juros até 10/06/2016 e o primeiro pagamento em 10/07/2016;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Sistema de Registro, Distribuição e Liquidação Financeira: CETIP;

13. Data de Emissão: 22 de abril de 2016;

14. Local de Emissão: São Paulo - SP;

15. Data de Vencimento Final: 10 de abril de 2031;

16. Taxa de Amortização: Variável, de acordo com a tabela de amortização constante do Anexo II deste Termo;

17. Garantia flutuante: Não.

3.2. Registro de Negociação: Os CRI serão registrados para distribuição primária e negociação secundária na CETIP, sendo distribuídos com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM 476.

3.3. Forma: Os CRI serão emitidos na forma escritural. Neste sentido, para todos os fins de direito, a titularidade dos CRI será comprovada pelo extrato da conta de depósito aberta em nome de cada titular e emitido pela CETIP, quando os CRI estiverem custodiados na CETIP. Adicionalmente será admitido como comprovante de titularidade, extrato expedido pelo Escriturador com base nas informações prestadas pela CETIP.

3.4. Oferta Restrita: A oferta dos CRI será realizada em conformidade com a Instrução CVM 476 e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476. Não obstante, a Oferta Restrita será registrada perante a ANBIMA, para fins de composição de base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, do Código ANBIMA e das normas estabelecidas na Diretriz anexa à Deliberação nº 5, de 30 de julho de 2015, expedida pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

3.4.1. A oferta dos CRI é destinada apenas a investidores profissionais, nos termos do artigo art. 9º A da Instrução CVM 539 e da Instrução CVM nº 476.



3.4.2. Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM 476, os CRI serão ofertados a, no máximo, 75 (setenta e cinco) investidores profissionais e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 50 (cinquenta) investidores profissionais.

3.4.3. Os CRI serão subscritos e integralizados à vista pelos Investidores, devendo os Investidores, por ocasião da subscrição, fornecer, por escrito, declaração no Boletim de Subscrição, atestando que estão cientes de que:

a) a oferta dos CRI não foi registrada na CVM; e

b) os CRI ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476.

3.4.4. Em conformidade com o artigo 7º-A da Instrução CVM nº 476/09, o início da oferta será informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da primeira procura a potenciais investidores, nos termos do Contrato de Distribuição.

3.4.5. A distribuição pública dos CRI será encerrada quando da subscrição e integralização da totalidade dos CRI, ou a exclusivo critério da Emissora, o que ocorrer primeiro, nos termos do Contrato de Distribuição.

3.4.6. Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o encerramento da oferta deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias contados do seu encerramento, devendo referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores, exceto de outra forma vier a ser definido pela CVM, e conter as informações indicadas no Anexo I da Instrução CVM nº 476/09.

3.4.7. Caso a oferta pública dos CRI não seja encerrada dentro de 6 (seis) meses da data de seu início, o Coordenador Líder deverá realizar a comunicação de encerramento prevista acima, com os dados disponíveis à época, complementando-a semestralmente, até o seu encerramento.

3.4.8. Os CRI desta Emissão somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados



de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição dos CRI pelos investidores.

3.4.9. Os CRI desta Emissão somente poderão ser negociados entre investidores qualificados, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública perante a CVM, nos termos do caput do artigo 21 da Lei nº 6.385/76 e da Instrução CVM nº 400/03 e apresente prospecto da oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

3.5. Ajuste de Valores Novos Financiamentos: Enquanto o Valor da Cessão não for integralmente aplicado pelo Cedente na concessão de Novos Financiamentos, o Cedente se obrigou a pagar à Emissora e essa se obrigou a repassar integralmente aos Investidores, o valor correspondente ao Ajuste de Valores Novos Financiamento, conforme disposto no item 2.7.2 do Contrato de Cessão, em razão das disposições do §2º do Art. 2º da Resolução nº 798 do Conselho Curador do FGTS, de 26 de fevereiro de 2016 e calculado na forma do Anexo V deste Termo de Securitização.

3.5.1 Desde que recebido, a Emissora se obriga a repassar integralmente o Ajuste de Valores Novos Financiamentos recebido do Cedente aos Investidores, em cada das datas subsequentes de pagamento de amortização e juros remuneratórios dos CRI, conforme previstas neste Termo de Securitização.

3.5.2. O pagamento da Multa por Atraso (definida no Contrato de Cessão) é de responsabilidade do Cedente, conforme estipulado no Contrato de Cessão, dessa forma esta multa somente será devida pela Emissora caso esta venha a receber do Cedente conforme estipulado no Contrato de Cessão.

#### CLÁUSULA QUARTA - SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DOS CRI

4.1. Subscrição e Integralização: Os CRI serão subscritos e integralizados na forma do subitem 4.1.1, abaixo. O preço de integralização de cada um dos CRI será correspondente ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, conforme item 3.1, acima, calculados *pro rata die*, desde a Data de Emissão



até a data de sua efetiva integralização, e reduzido de eventuais amortizações que possam vir a ocorrer durante esse período ("Preço de Integralização").

4.1.1. A integralização dos CRI será realizada em moeda corrente nacional, à vista, na data a ser informada pela Emissora no Boletim de Subscrição, pelo Preço de Integralização, conforme previsto no item 4.1 deste Termo.

4.2. Liquidação Financeira: A integralização dos CRI será realizada via CETIP ou mediante crédito em conta corrente de titularidade da Emissora.

#### CLÁUSULA QUINTA - CÁLCULO DO SALDO DEVEDOR COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, JUROS REMUNERATÓRIOS E AMORTIZAÇÃO DOS CRI

5.1. Atualização: O saldo devedor unitário de cada CRI, será atualizado monetariamente da seguinte forma:

$$VNA = VNB \times C$$

onde:

VNA = Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNB = Valor Nominal Unitário de emissão, ou da data da última amortização ou incorporação, se houver, calculado/informado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator resultante do produtório das TR utilizadas, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Para o primeiro período:



$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup_{pro-rata}}{dup_{pro-rata}}}} \right]$$

Para os demais períodos:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dup}} \right]$$

onde:

Para o primeiro período:

TR<sub>k</sub> = Taxa Referencial (TR) da Data da Emissão, divulgadas pelo BACEN entre a Data de Emissão, última amortização ou incorporação, se houver, e a data de atualização ou vencimento;

Para os demais períodos:

n = Número total de TR consideradas entre a Data de Emissão, ou última amortização, se houver, e a data de atualização ou vencimento;

TR<sub>k</sub> = Taxas Referenciais (TR) do 10º dia do mês, divulgadas pelo Banco Central do Brasil entre a Data de Emissão, última amortização ou incorporação, se houver, e a data de atualização ou vencimento;

duppro-rata = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data de atualização ou aniversário mensal imediatamente posterior;

duppro-rata = Número de Dias Úteis do período de vigência da TR<sub>k</sub>

dup = Número de Dias Úteis entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data de atualização; ou entre o primeiro aniversário mensal



imediatamente posterior à Data de Emissão e a data de incorporação inicial, se houver; ou entre a data de incorporação, se houver, e a data de atualização ou do primeiro evento de atualização; ou entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data do primeiro evento posterior ao primeiro aniversário mensal; ou entre o último evento de atualização e a data de atualização, ou do próximo evento de atualização.

du<sub>t</sub> = Número de Dias Úteis entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data de incorporação inicial, se houver; ou entre a data da incorporação inicial, se houver, e a data do primeiro evento de atualização; ou entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data do primeiro evento posterior ao primeiro aniversário mensal; ou entre o último evento de atualização e a próxima data que componha a “periodicidade” informado no registro do ativo, seja esta data o vencimento ou posterior a este.

## 5.2. Juros: Cálculo dos juros:

$$J = VNA \times (Fator\ De\ Juros - 1)$$

onde:

J: Valor unitário dos juros acumulados no período, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNA: Valor Nominal Unitário atualizado, se for o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de juros fixos (ou spread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Para o primeiro período:





$$Fator\ de\ Juros = \left\{ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{21}{252}} \right\}^{\frac{dup_{pro-rata}}{dut_{pro-rata}}}$$

Para os demais períodos:

$$Fator\ de\ Juros = \left\{ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{21}{252}} \right\}^{\frac{dup}{dut}}$$

onde:

i = Taxa de juros expressa em 252 Dias Úteis (taxa efetiva), informada com 4 (quatro) casas decimais, no valor de 7,7151% (sete inteiros e sete mil, cento e cinquenta e um décimos de milésimos por cento);

duppro-rata = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data de atualização ou aniversário mensal imediatamente posterior;

dutpro-rata = Número de Dias Úteis entre a data de aniversário mensal imediatamente anterior à Data de Emissão e a data de aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão;

dup = Número de Dias Úteis entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data de atualização; ou entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data de incorporação inicial, se houver; ou entre a data de incorporação, se houver, e a data de atualização ou do primeiro evento de juros; ou entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data do primeiro evento posterior ao primeiro aniversário mensal; ou entre o último evento de juros e a data de atualização, ou do próximo evento de juros.



du = Número de Dias Úteis entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data de incorporação inicial, se houver; ou entre a data da incorporação inicial, se houver, e a data do primeiro evento de juros; ou entre o primeiro aniversário mensal imediatamente posterior à Data de Emissão e a data do primeiro evento posterior ao primeiro aniversário mensal; ou entre o último evento de juros e a próxima data que componha a “periodicidade” informado no registro do ativo, seja esta data o vencimento ou posterior a este.

5.3. Amortização: Cálculo da amortização mensal:

$$Am_i = \left[ VNA \times \left( \frac{Ta_i}{100} \right) \right]$$

onde:


AM<sub>i</sub> = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNA = Definido no item 5.2, considerado com 8 (oito) casas decimais;

Ta<sub>i</sub> = i-ésima taxa de amortização, expressa em percentual, com 4 (*quatro*) casas decimais de acordo com a tabela do Anexo II.

5.4. Prorrogação de Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação da Emissora, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja feriado local na praça onde o pagamento deva ser efetivado, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

5.4.1. As datas de pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRI serão prorrogadas pelo número de dias necessários para assegurar que, entre o dia do recebimento da última arrecadação dos Créditos Imobiliários pela Emissora e o pagamento de suas obrigações referentes aos CRI, sempre decorram pelo menos 2 (dois) Dias Úteis.



5.5. Extinção da TR: Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice de reajuste aplicável aos depósitos do FGTS, a parcela de amortização programada dos CRI, devida no mês de apuração, deverá ser reajustada pelo índice que vier a ser utilizado para o reajuste índice de correção básica dos depósitos do FGTS, sujeito às hipóteses de Recompra Facultativa pelo Cedente.

#### CLÁUSULA SEXTA - AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

6.1. Hipóteses de Amortização Antecipada: A Securitizadora deverá promover a Amortização Antecipada, total ou parcial, dos CRI vinculados a este Termo nas seguintes hipóteses: (i) caso de pré-pagamento, total ou parcial, dos Créditos Imobiliários, por parte dos Devedores; (ii) nos casos em que ocorrer a venda de Imóveis retomados em razão da execução extrajudicial ou judicial, conforme o caso, da Alienação Fiduciária; (iii) nas hipóteses de Recompra Compulsória e do pagamento da Multa Indenizatória; ou (v) na hipótese de Recompra Facultativa dos Créditos Imobiliários.

6.2. Formas de Amortização Antecipada: A Amortização Antecipada será feita por meio do pagamento (a) do Valor Nominal Unitário dos CRI em caso de Amortização Antecipada total, ou (b) do efetivo valor a ser amortizado pela Emissora, no caso da Amortização Antecipada parcial.

6.2.1. Previamente a qualquer Amortização Antecipada, o Valor Nominal Unitário dos CRI será atualizado monetariamente e remunerado, observadas as condições previstas neste Termo.

6.3. Nova Tabela de Amortização: Na hipótese de Amortização Antecipada parcial dos CRI, a Emissora elaborará e disponibilizará ao Agente Fiduciário e à CETIP uma nova tabela de pagamentos dos CRI, recalculando, se necessário, o número e os percentuais de amortização das parcelas futuras, na mesma conformidade das alterações que tiverem sido promovidas no cronograma de amortização dos Créditos Imobiliários utilizados como lastro dos CRI.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

7.1. Fatos Relevantes: A Emissora obriga-se a informar todos os fatos relevantes acerca dos CRI e da própria Emissora, mediante publicação no jornal de publicação de seus atos societários e/ou no portal de notícias com página na rede mundial de computadores do jornal "DCI - Diário



do Comércio, Indústria e Serviços”, assim como prontamente informar tais fatos diretamente ao Agente Fiduciário por meio de comunicação por escrito.

**7.2. Relatório Mensal:** A Emissora obriga-se ainda a elaborar um relatório mensal, colocá-lo à disposição dos Investidores e enviá-lo ao Agente Fiduciário até o 20º (vigésimo) dia de cada mês, ratificando a vinculação dos Créditos Imobiliários aos CRI.

**7.2.1.** O referido relatório mensal deverá incluir:

- a) Data de Emissão dos CRI;
- b) Saldo devedor dos CRI;
- c) Critério de atualização monetária dos CRI;
- d) Data de Vencimento Final dos CRI;
- e) Valor pago aos Investidores no mês;
- f) Valor recebido dos Devedores e do Cedente, conforme o caso; e,
- g) Saldo devedor dos Créditos Imobiliários.

**7.3. Informações sobre os Créditos Imobiliários:** A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado do recebimento da solicitação respectiva, todas as informações relativas aos Créditos Imobiliários.

**7.4. Banco Mandatário e Liquidante:** A Emissora se obriga a manter contratada, durante a vigência deste Termo, instituição financeira habilitada para a prestação dos serviços de banco mandatário e banco liquidante dos CRI, sendo que o pagamento dos CRI será realizado através da Conta Centralizadora.

**7.5. Obrigação de Prestar Informações ao Agente Fiduciário:** A Emissora obriga-se a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório anual, conforme Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM.

**7.6. Gestão dos Créditos Imobiliários:** As atividades relacionadas à administração ordinária dos Créditos Imobiliários serão realizadas pelo *Servicer*.



7.7. Declaração da Emissora: A Emissora declara que verificou a legalidade e ausência de vícios da emissão dos CRI, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no presente Termo.

7.8. Declarações Adicionais da Emissora: A Emissora declara, ainda, o seguinte:

a) conforme o Contrato de Cessão, o Cedente é o responsável pela existência dos Créditos Imobiliários, nos exatos valores e nas condições descritas na Escritura de Emissão de CCI;

b) conforme declarado pelo Cedente no Contrato de Cessão, os Créditos Imobiliários representados pelas CCI encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de natureza pessoal, real, ou arbitral, não sendo do conhecimento da Emissora a existência de qualquer fato que impeça ou restrinja o direito da Emissora de celebrar este Termo;

c) não tem conhecimento da existência de procedimentos administrativos ou ações judiciais, pessoais, reais ou arbitrais de qualquer natureza, contra qualquer dos Devedores ou o Cedente, em qualquer tribunal, que afetem ou possam vir a afetar os Créditos Imobiliários ou, ainda que indiretamente, o presente Termo; e

d) é legítima e única titular dos Créditos Imobiliários.

7.9. Declarações da Instrução CVM 414: As declarações previstas no item 15 do Anexo III da Instrução CVM 414, integram o presente Termo na forma do anexo III ("Anexo III").

7.10. Quebra de Declarações: A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Investidores e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas no presente Termo, tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

#### CLÁUSULA OITAVA - GARANTIAS



8.1. Garantias: Foram constituídas as seguintes Garantias para a presente emissão de CRI:

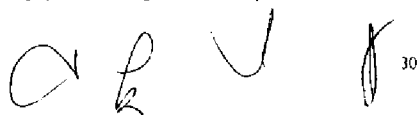
- a) Regime Fiduciário;
- b) Coobrigação do Cedente, conforme disposto no item 8.2 e seguintes abaixo; e
- c) Alienação Fiduciária, exclusivamente na hipótese de Averbção do Contrato de Cessão.

8.2. Coobrigação: Conforme disposto no Contrato de Cessão, o Cedente, nos termos do artigo 296 do Código Civil, de forma irrevogável e irretroatável, realizou a cessão dos Créditos Imobiliários, respondendo pela solvência dos Devedores em relação aos Créditos Imobiliários, assumindo a qualidade de coobrigado e responsabilizando-se pelo pagamento integral dos Créditos Imobiliários.

8.3. Solidariedade: Nos termos da Coobrigação prestada nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente estará obrigado a prontamente adimplir quaisquer parcelas inadimplidas dos Créditos Imobiliários, independentemente da promoção de qualquer medida, judicial ou extrajudicial, para cobrança dos Créditos Imobiliários, respondendo solidariamente com os Devedores em relação ao pagamento dos Créditos Imobiliários.

8.4. Benefício de Ordem: Sem prejuízo das demais disposições do Contrato de Cessão, o Cedente está coobrigado em relação à totalidade dos Créditos Imobiliários vinculados à presente Emissão, responsabilizando-se pelo adimplemento integral dos Créditos Imobiliários, sem prejuízo, e independentemente da execução de outras garantias fidejussórias eventualmente prestadas no âmbito dos Contratos de Financiamento.

8.5. Local e Forma de Cumprimento das Obrigações: O Cedente deverá cumprir todas as suas obrigações decorrentes da Coobrigação no Brasil, no lugar indicado pela Emissora e conforme as instruções por ela dadas, em moeda corrente nacional, sem qualquer contestação ou compensação, líquidas de quaisquer taxas, impostos, despesas, retenções ou responsabilidades presentes ou futuras, e acrescidas dos encargos e despesas incidentes, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente ao recebimento de simples notificação, enviada pela Emissora, por meio de correspondência ou fax, informando o valor das obrigações coobrigadas inadimplidas.



8.6. Impossibilidade de Exoneração: O Cedente poderá ser demandado até o cumprimento total e integral das obrigações coobrigadas, observado o limite que os Créditos Imobiliários representam em relação à totalidade das obrigações assumidas pelos Devedores nos respectivos Contratos de Financiamento, não podendo, em qualquer hipótese, exonerar-se ou deixar de adimplir as obrigações em relação às quais se coobrigou nos termos do Contrato de Cessão.

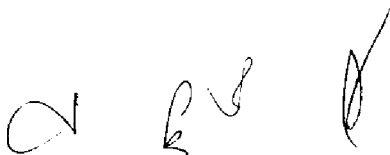
#### CLÁUSULA NONA - REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO

9.1. Instituição do Regime Fiduciário: Na forma do artigo 9º da Lei 9.514/97, a Emissora institui, em caráter irrevogável e irretratável, Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI e Garantias, incluindo a Conta Centralizadora, constituindo referidos Créditos Imobiliários lastro para os CRI.

9.2. Segregação dos Créditos Imobiliários: Os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, bem como as respectivas Garantias e os recursos mantidos na Conta Centralizadora, permanecerão separados e segregados do patrimônio comum da Emissora, até que se complete o resgate da totalidade dos CRI.

9.3. Isenção de Responsabilidade: Na forma do artigo 11 da Lei 9.514/97, os Créditos Imobiliários, Garantias e os recursos mantidos na Conta Centralizadora estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, e só responderão, exclusivamente, pelas obrigações inerentes aos CRI, ressalvando-se, no entanto, eventual entendimento pela aplicação do artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

9.3.1 A Emissora será responsável perante os Investidores, pelo ressarcimento do valor do Patrimônio Separado que houver sido atingido em decorrência de ações judiciais ou administrativas de qualquer natureza, incluindo mas não se limitando a fiscal, previdenciária ou trabalhista da Emissora ou de sociedades do seu mesmo grupo econômico, no caso de aplicação do artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.



9.4. Administração do Patrimônio Separado: A Emissora administrará ordinariamente o Patrimônio Separado, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade, notadamente a dos fluxos de recebimento dos Créditos Imobiliários e de pagamento das parcelas de amortização do principal, juros e demais encargos acessórios dos CRI.

9.5. Responsabilidade da Emissora: A Emissora somente responderá por prejuízos ou insuficiência do Patrimônio Separado em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência ou administração temerária ou, ainda, desvio de finalidade do Patrimônio Separado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação do Agente Fiduciário: A Emissora, neste ato, nomeia o Agente Fiduciário, que formalmente aceita a sua nomeação, para desempenhar os deveres e atribuições que lhe competem, sendo-lhe devida uma remuneração nos termos da lei e deste Termo.

10.2. Declarações do Agente Fiduciário: Atuando como representante dos Investidores, o Agente Fiduciário declara:

- a) aceitar integralmente o presente Termo, com todas as suas cláusulas e condições;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e neste Termo;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal para o exercício da função que lhe é atribuída, conforme o Parágrafo Terceiro do Artigo 66 da Lei 6.404/76;
- d) que é representado neste ato na forma de seu Contrato Social;
- e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos Artigos 9º, inciso II, e 10, da Instrução CVM 28;





f) que verificou a legalidade e ausência de vícios da operação, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações disponibilizadas pela Securitizadora no presente Termo; e,

g) com base nas declarações da Cedente e da Emissora, que verificou a suficiência e exequibilidade das Garantias previstas neste Termo.

**10.3. Obrigações do Agente Fiduciário:** Incumbe ao Agente Fiduciário ora nomeado, principalmente:

- a) zelar pela proteção dos direitos e interesses dos Investidores, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens, acompanhando a atuação da Securitizadora na administração do Patrimônio Separado;
- b) adotar, quando cabível, medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos Investidores, bem como à realização dos bens e direitos afetados ao Patrimônio Separado, caso a Securitizadora não o faça;
- c) exercer, na hipótese de insolvência da Securitizadora, a administração do Patrimônio Separado, conforme estabelecido neste Termo;
- d) promover, na forma prevista neste Termo, a liquidação do Patrimônio Separado;
- e) convocar assembleia geral dos Investidores para deliberar sobre as normas de administração ou liquidação do Patrimônio Separado no caso de insuficiência de tal patrimônio;
- f) no caso de renúncia de suas funções, em virtude da superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão, permanecer no exercício dessas funções pelo prazo de até 30 (trinta) dias após a data de solicitação da renúncia, devendo, ainda, fornecer à Securitizadora ou a quem esta indicar, em até 30 (trinta) dias da data de sua renúncia, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;



- g) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da Securitizadora;
- h) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas no presente Termo, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões ou falhas de que tenha conhecimento;
- i) exercer, especialmente quanto ao acompanhamento de Garantias, as seguintes atribuições: (i) disponibilizar mensalmente, através de gestões junto à Securitizadora, sempre que solicitado pelos Investidores, o relatório que lhe for disponibilizado pelo *Servicer*, diretamente ou através de prepostos que vier a indicar, o andamento do processo de transferência dos Créditos Imobiliários individualizados no Anexo I ao presente, sua realização conforme prevista neste Termo, especialmente quanto ao nível de inadimplência dos Devedores, bem como o andamento detalhado de seu fluxo; (ii) solicitar, quando solicitado pelos Investidores, de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Securitizadora;
- j) elaborar anualmente relatório e colocá-lo sempre que solicitado, à disposição dos Investidores, na sede da Securitizadora e na sua própria sede, dentro de 04 (quatro) meses do encerramento do exercício social, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: ; (i) eventuais pagamentos antecipados dos Créditos Imobiliários; (ii) cumprimento das obrigações assumidas pela Securitizadora nos termos deste Termo e dos CRI;
- k) declarar sua aptidão para continuar exercendo a sua função de Agente Fiduciário;
- l) identificar os Investidores, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, acerca de eventual inadimplemento de obrigações atinentes à presente emissão de CRI, por parte da Securitizadora;
- m) fornecer à Securitizadora termo de quitação, no prazo de 05 (cinco) dias após satisfeitos os Créditos Imobiliários e extinto o Regime Fiduciário, que servirá para baixa, nos competentes Cartórios de Registros de Imóveis dos Créditos Imobiliários e garantias a elas vinculadas, se for o caso, bem como do desbloqueio das CCI junto à CETIP; e,



n) acompanhar o pagamento, pela Securitizadora, dos CRI, das despesas relacionadas a referidos títulos, conforme previsto neste Termo, através do envio de relatórios mensais pela Securitizadora.

**10.4. Remuneração do Agente Fiduciário:** O Agente Fiduciário receberá da Emissora, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e deste Termo, parcelas anuais no valor de R\$ 11.068,08 (onze mil, sessenta e oito reais e oito centavos) sendo a primeira paga em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de integralização dos CRI e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes.

10.4.1. A remuneração não inclui as despesas que sejam consideradas necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, tais como, exemplificativamente, publicações em geral (exemplos: edital de convocação de assembleia geral dos Investidores, ata da assembleia geral dos investidores, anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário encontra-se à disposição etc.), notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, transportes e alimentação de seus agentes, contratação de especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário, bem como custas e despesas cartorárias relacionadas aos termos de quitação e acompanhamento das Garantias, necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, as quais serão cobertas pelo Patrimônio Separado, observando-se que a Emissora será, sempre que possível, comunicada sobre tais despesas, previamente e por escrito.

10.4.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Investidores e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Investidores incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Investidores, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência



com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Investidores para cobertura do risco de sucumbência.

10.4.3. Caso a Emissora atrase o pagamento de quaisquer das remunerações previstas no item 10.4, acima, estará sujeita a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajuste pelo mesmo índice de reajuste dos CRI, adotando-se, ainda, os mesmos critérios de substituição desse índice, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

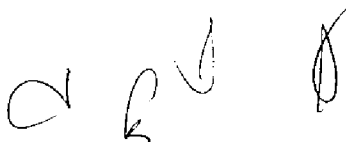
10.4.4. As parcelas de remuneração serão atualizadas, anualmente, a partir da Data de Emissão dos CRI pela variação do mesmo índice de atualização monetária dos CRI, adotando-se, ainda, os mesmos critérios de substituição desse índice, conforme previsto neste Termo.

10.4.5. A remuneração definida no item 10.4, acima, será devida mesmo após o vencimento dos CRI, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas.


10.4.6. As parcelas encontram-se acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, retido na fonte.

10.5. Substituição do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário poderá ser substituído em razão de sua destituição, renúncia, ou nas hipóteses previstas em lei ou em ato regulamentar da CVM, observado o quanto segue:

a) em nenhuma hipótese a função de Agente Fiduciário poderá ficar vaga por um período superior a 30 (trinta) dias, dentro do qual deverá ser realizada convocação de assembleia geral dos Investidores para a escolha do novo Agente Fiduciário;



- b) a assembleia geral dos Investidores, referida na alínea anterior, poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário a ser substituído, pela Securitizadora, por Investidores que representem no mínimo 10% (dez por cento) dos CRI, ou pela CVM;
- c) aos Investidores somente é facultado proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, após o encerramento do prazo de distribuição pública dos CRI, em assembleia geral de Investidores, especialmente convocada para esse fim;
- d) a substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à prévia comunicação à CVM, conforme disposto no Art. 4º da Instrução CVM 28;
- e) a substituição permanente do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento ao presente Termo, cabendo à Securitizadora providenciar as correspondentes averbações e registros;
- f) o Agente Fiduciário inicia o exercício de suas funções a partir da data de celebração do presente Termo, devendo permanecer no exercício de tais funções até a sua efetiva substituição ou liquidação total dos CRI;
- g) o agente fiduciário nomeado em substituição ao atual não deverá receber remuneração superior à constante neste Termo, fixada para o Agente Fiduciário substituído; e,
- h) o Agente Fiduciário substituído deverá comunicar imediatamente a substituição aos Investidores, mediante publicação em jornal com circulação na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou por carta com aviso de recebimento a cada Investidor, às expensas do Patrimônio Separado.
- 10.6. Assunção de Obrigações: O agente fiduciário eleito em substituição nos termos do item 10.5, acima, assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e deste Termo.
- 10.7. Substituição Provisória: Os Investidores poderão nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário nos casos de vacância por meio de voto da maioria absoluta daqueles.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO

11.1. Hipóteses de Liquidação do Patrimônio Separado: Caso seja verificada: (i) a insolvência da Emissora; ou, ainda (ii) qualquer uma das hipóteses previstas no item 11.4, abaixo, o Agente Fiduciário, conforme disposto no item 10.3, acima, deverá realizar imediatamente a administração do Patrimônio Separado constituído pelos Créditos Imobiliários e Garantias, ou promover a liquidação do Patrimônio Separado na hipótese em que a assembleia geral dos Investidores venha a deliberar sobre tal liquidação.

11.2. Convocação de Assembleia: Em até 5 (cinco) dias a contar do início da administração, pelo Agente Fiduciário, do Patrimônio Separado, deverá ser convocada uma assembleia geral dos Investidores, na forma estabelecida na cláusula décima segunda, abaixo, e na Lei 9.514/97.

11.3. Deliberações: A assembleia geral dos Investidores deverá deliberar pela liquidação do Patrimônio Separado, ou pela continuidade de sua administração pelo Agente Fiduciário, fixando, neste caso, a remuneração deste último, bem como as condições de sua viabilidade econômico-financeira.

11.4. Insolvência da Emissora: Além da hipótese de insolvência da Emissora, a critério da assembleia geral dos Investidores, a ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo poderá ensejar a assunção da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, para liquidá-lo ou não conforme itens 11.1 a 11.3, acima:

a) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou decretação de falência da Emissora;

b) inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações não pecuniárias previstas neste Termo, sendo que, nessa hipótese, a liquidação do Patrimônio Separado ocorrerá desde que tal inadimplemento ou mora perdure por mais de 30 (trinta) dias, contados da notificação formal realizada pelo Agente Fiduciário; ou



c) inadimplemento ou mora, pela Emissora, por culpa ou dolo desta, de qualquer das obrigações pecuniárias previstas neste Termo, sendo que, nessa hipótese, a liquidação do Patrimônio Separado ocorrerá na data do inadimplemento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSEMBLEIA GERAL DOS INVESTIDORES

12.1. Assembleia Geral: Os Investidores poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Investidores.

12.2. Competência para Convocação: A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por Investidores que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRI em circulação.

12.3. Aplicação Subsidiária: Aplicar-se-á subsidiariamente à assembleia geral, no que couber, o disposto na Lei 9.514/97, bem como o disposto na Lei 6.404/76, conforme posteriormente alterada, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

12.4. Editais: A assembleia geral será convocada mediante edital publicado por 3 (três) vezes, sendo que o prazo de antecedência da primeira convocação será de 20 (vinte) dias, no jornal de publicação legal da Emissora e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Investidores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, exceto se quórum maior não for exigido pela legislação aplicável.

12.5. Voto: Cada CRI conferirá a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, sendo admitida a constituição de mandatários, Investidores ou não, observadas as disposições da Lei 6.404/76.

12.6. CRI em Circulação: Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Décima Segunda, "CRI em circulação" serão todos aqueles subscritos e integralizados, excluídos aqueles mantidos em tesouraria pela própria Emissora e os de titularidade de sociedades por ela controladas. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.



12.7. Presença da Emissora: Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais.

12.8. Presença do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral e prestar aos Investidores as informações que lhe forem solicitadas.

12.9. Presidência: A presidência da assembleia geral caberá ao Investidor eleito pelos demais ou àquele que for designado pela CVM.

12.10. Quórum Simples: Exceto conforme estabelecido neste Termo, as deliberações serão tomadas por 66% (sessenta e seis por cento) dos presentes à assembleia geral.

12.11. Quórum Qualificado: As deliberações relativas (i) à alteração das datas de pagamento de principal e juros dos CRI; (ii) à alteração da remuneração dos CRI, (iii) à alteração do prazo de vencimento dos CRI, (iv) aos eventos de Liquidação do Patrimônio Separado; (v) aos quóruns de deliberação dos Investidores em assembleia geral, deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da assembleia geral ou em qualquer convocação subsequente, por Investidores que representem 90% (noventa por cento) dos CRI em circulação.

12.12. Quórum Especial: As deliberações acerca da declaração da Liquidação do Patrimônio Separado, serão tomadas por Investidores que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em circulação.

12.13. Desdobramento: A deliberação acerca do desdobramento dos CRI será tomada por Investidores que representem a maioria simples dos CRI em Circulação.

12.14. Quórum para Não Recompra Compulsória: Os Investidores poderão optar, por deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em circulação, por não exigir a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários.






12.15. Regularidade da Assembleia: Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Termo, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem os titulares de todos os CRI em Circulação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESPESAS DO PATRIMÔNIO SEPARADO

13.1. Despesas do Patrimônio Separado: São despesas de responsabilidade do Patrimônio Separado:

- a) as despesas com a gestão, cobrança, realização, administração, custódia e liquidação dos Créditos Imobiliários e do Patrimônio Separado, inclusive as referentes à sua transferência para outra entidade que opere no Sistema de Financiamento Imobiliário, incluindo, mas não limitado ao custo de gestão de R\$ 5,00 por Contrato de Financiamento por mês e custo de gestão dos CRI de R\$ 3.670,69 por mês, custódia das CCI, remuneração do Agente Fiduciário e outros custos eventualmente acordados entre as respectivas partes;
- b) os custos e despesas decorrentes da administração e cobrança dos Créditos Imobiliários, incluindo o Contrato de *Servicing* e Cobrança, bem como decorrentes da eventual substituição do Servicer, nas hipóteses de rescisão do Contrato de *Servicing* e Cobrança que, por quaisquer motivos, não venham a ser arcados pelo Cedente durante a vigência dos CRI;
- c) as despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais, bem como as despesas com procedimentos legais, incluindo sucumbência, incorridas para resguardar os interesses dos Investidores e realização dos Créditos Imobiliários e Garantias integrantes do Patrimônio Separado, que deverão ser previamente aprovadas e pagas pelos Investidores;
- d) as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a prestação dos serviços, mas em razão desta, serão pagas pela Emissora, desde que, sempre que possível, aprovadas previamente por ela. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;

  
41

e) as taxas e tributos, de qualquer natureza, atualmente vigentes, que alcancem os Créditos Imobiliários e seus respectivos pagamentos, bem como as eventuais disponibilidades financeiras do Patrimônio Separado ;

f) as eventuais taxas e tributos que, a partir da Data de Emissão dos CRI, venham a ser criados e/ou majorados ou que tenham sua base de cálculo ou base de incidência alterada, questionada ou reconhecida, que alcancem os Créditos Imobiliários e seus respectivos pagamentos, bem como as eventuais disponibilidades financeiras do Patrimônio Separado ;

g) as perdas, danos, obrigações ou despesas, incluindo taxas e honorários advocatícios arbitrados pelo juiz, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, resultantes, direta ou indiretamente, da emissão dos CRI, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas: (i) forem resultantes de inadimplemento, dolo ou culpa por parte da Emissora ou de seus administradores, empregados, consultores e agentes, conforme vier a ser determinado em decisão judicial final proferida pelo juízo competente; ou (ii) sejam de responsabilidade do Cedente ou puderem ser a ele atribuídos como de sua responsabilidade, por culpa ou dolo comprovado por decisão judicial final proferida pelo juízo competente; e

h) demais despesas previstas em lei, na regulamentação aplicável, ou neste Termo.

13.1.1. A Emissora esclarece que as despesas do Patrimônio Separado previstas na cláusula 13.1 e incisos serão imputadas ao Cedente por meio do Ajuste de Despesas previsto na Cláusula 2.2. acima, por meio do qual o Cedente arcará com tais despesas mensalmente nas Datas de Verificação.

13.2. Limitação de Responsabilidade: Considerando-se que a responsabilidade da Emissora se limita ao Patrimônio Separado, nos termos da Lei 9.514/97 e do item 9.5 deste Termo, caso o Patrimônio Separado seja insuficiente para arcar com as despesas mencionadas no item 13.1, acima, tais despesas serão suportadas pelos Investidores, na proporção dos CRI titulados por cada um deles.



13.3. Despesas de Responsabilidade dos Investidores: Observado o disposto nos itens 13.1 e 13.2, acima, são de responsabilidade dos Investidores:

- a) eventuais despesas e taxas relativas à negociação e custódia dos CRI não compreendidas na descrição do item 13.1, acima;
- b) todos os custos e despesas incorridos para salvaguardar os direitos e prerrogativas dos Investidores; e
- c) tributos diretos e indiretos incidentes sobre o investimento em CRI, incluindo, mas não se limitando, àqueles mencionados no item 14.1, abaixo.

13.3.1. No caso de transferência da administração do Patrimônio Separado para outra entidade que opere no Sistema de Financiamento Imobiliário, nas condições previstas neste Termo, os recursos necessários para cobrir as despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Investidores, deverão ser previamente aprovadas pelos Investidores e adiantadas ao Agente Fiduciário, na proporção de CRI detidos, na data da respectiva aprovação.

13.3.2. Em razão do disposto na alínea "b" do item 13.3, acima, as despesas a serem incorridas pelos Investidores à Emissora, na defesa dos interesses dos Investidores, deverão ser previamente aprovadas pelos Investidores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS INVESTIDORES

14.1. Tributação: Serão de responsabilidade dos Investidores todos os tributos diretos e indiretos mencionados abaixo, ressaltando-se que os investidores não devem considerar unicamente as informações contidas a seguir para fins de avaliar o investimento em CRI, devendo consultar seus próprios consultores quanto à tributação específica que sofrerão enquanto Investidores:

- a) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

  
43

Como regra geral, o tratamento fiscal dispensado aos rendimentos e ganhos relativos a certificados de recebíveis imobiliários é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa.

A partir de 1º de janeiro de 2005, a tributação de rendimentos destes títulos foi alterada, sendo estabelecidas alíquotas diversas em razão do tempo de aplicação dos recursos. Assim, os rendimentos dos certificados dos recebíveis imobiliários serão tributados pelo IRRF às alíquotas de (i) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (iv) 15% (quinze por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo superior a 721 (setecentos e vinte e um) dias.

Não obstante, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, fundo de investimento, instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada, de capitalização, corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil ou investidor estrangeiro.

A remuneração produzida por certificados de recebíveis imobiliários, excetuando-se o ganho de capital na alienação ou cessão, detidos por investidores pessoas físicas a partir de 1º de janeiro 2005, fica isenta do imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual) independentemente da data de emissão do referido certificado. Os ganhos de capital estarão sujeitos ao IRRF conforme as regras aplicáveis a investidores pessoa física ou pessoa jurídica, no que se refere à tributação de ganhos de capital.

Os investidores qualificados como pessoas físicas ou pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável. As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declarem sua condição à fonte pagadora. No entanto, estas entidades podem sujeitar-se à tributação pelo IRRF a qualquer tempo, inclusive retroativamente, uma vez

que a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em seu artigo 12, parágrafo 1º, estabelece que a imunidade não abrange os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, de renda fixa ou de renda variável. Este dispositivo legal está suspenso por força de ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional da Saúde.

O IRRF pago por investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, arbitrado ou real é considerado antecipação, gerando o direito à compensação com o IRPJ apurado em cada período de apuração.

A partir de 1º de janeiro de 2005, sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, bem como de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, haverá dispensa de retenção do imposto de renda incidente na fonte ou pago em separado.

Também, na hipótese de aplicação financeira em certificados de recebíveis imobiliários realizada por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, entidades de previdência complementar abertas (com recursos não derivados das provisões, reservas técnicas e fundos), sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção na fonte e do pagamento do imposto.

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento cabível em relação aos rendimentos e ganhos percebidos pelos residentes no País. Por sua vez, há um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos e ganhos auferidos pelos investidores não residentes cujos recursos adentrarem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional. Nesta hipótese, os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros estão sujeitos à incidência do imposto de renda, à alíquota de 15%, ao passo que os ganhos realizados em ambiente bursátil são isentos de tributação. Em relação aos investimentos oriundos de países que não tributem a renda ou que a tributem por alíquota inferior a 20%, em

 45

qualquer situação há incidência do imposto de renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

b) IOF

Ainda, com relação aos investidores não-residentes, o Regulamento do IOF determina que o ingresso de recursos estrangeiros para aplicação nos mercados financeiro e de capitais, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional a alíquota do IOF/Câmbio será igual a 0% (zero por cento). Alertamos, contudo, por se tratar de imposto que exerce importante papel extrafiscal, as alíquotas poderão ser alteradas de forma automática via Decreto do Poder Executivo.

Adicionalmente, de uma maneira geral, cumpre lembrar que há a incidência do IOF/Títulos ou Valores Mobiliários, cujo fato gerador será a aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários. Regra geral, para as operações cujo resgate, cessão ou repactuação ocorra após o período de 30 (trinta) dias contados da data de sua aquisição, haverá isenção do IOF/Títulos ou Valores Mobiliários.

Os rendimentos e ganhos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras que não possuem contas individualizadas do referido sistema devem ser creditados em suas respectivas contas pela Emissora, cabendo às instituições financeiras titulares das referidas contas a retenção do e o recolhimento do IRRF.

A retenção deve ser efetuada por ocasião do pagamento dos rendimentos e ganhos aos investidores e o recolhimento do IRRF deve ser realizado até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do referido pagamento.

c) Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS

A contribuição ao PIS e à COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, considerando-se a totalidade das receitas por

estas auferidas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas.

No tocante à contribuição ao PIS, é importante mencionar que, de acordo com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, desde 1º de dezembro de 2002: (i) a alíquota foi elevada para 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento); e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras. No mesmo sentido, houve a alteração da sistemática da tributação da COFINS pois de acordo com a Medida Provisória nº 135, convertida na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, desde 1º de fevereiro de 2004: (i) a alíquota foi elevada para 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento); e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras.

A remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários aos investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido constitui receita financeira. Para os investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, as receitas financeiras auferidas estão sujeitas à tributação pelo PIS e pela COFINS à alíquota zero, nos termos do Decreto nº 5.442/2005.

No caso dos investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, a remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários constitui receita financeira, porém, não estão sujeitas à contribuição ao PIS e à COFINS, face a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 pela Lei nº 11.941/09, revogado em decorrência da anterior declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF.

É importante ressaltar que no caso das pessoas jurídicas que tenham como atividade principal a exploração de operações financeiras, como, por exemplo, as instituições financeiras e entidades assemelhadas, a remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários é considerada, pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, como receita operacional dessas



pessoas jurídicas, estando, portanto, sujeita à tributação pela contribuição ao PIS e pela COFINS, na forma da legislação aplicável à pessoa jurídica que a auferir.

Sobre os rendimentos auferidos por investidores pessoas físicas não há qualquer incidência dos referidos tributos.

O pagamento da contribuição ao PIS e da COFINS deve ser efetuado até o vigésimo quinto dia do mês subsequente que a referida receita é auferida pelo Investidor em geral, ou até o vigésimo dia do mês subsequente no caso das instituições financeiras e entidades assemelhadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICIDADE

15.1. Publicidade: Os fatos e atos relevantes de interesse dos Investidores deverão ser divulgados mediante publicação nos jornais "DOI" e "DCI" e/ou no portal de notícias com página na rede mundial de computadores do jornal "DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços". Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REGISTRO DO TERMO

16.1. Registro: O presente Termo será registrado na Instituição Custodiante, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei 10.931/04, ocasião em que a Instituição Custodiante emitirá a declaração constante do anexo IV ("Anexo IV").

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Relatório de Gestão: Sempre que solicitada pelos Investidores, a Emissora lhes dará acesso aos relatórios de gestão dos Créditos Imobiliários vinculados pelo presente Termo.

17.2. Divisibilidade: Na hipótese de qualquer disposição do presente Termo ser julgada ilegal, ineficaz ou inválida, prevalecerão as demais disposições não afetadas por tal julgamento,





comprometendo-se as partes a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza efeitos semelhantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - NOTIFICAÇÕES

18.1. Comunicações: Todas as comunicações entre as partes serão consideradas válidas a partir do seu recebimento nos endereços constantes abaixo, ou em outro que as partes venham a indicar, por escrito, durante a vigência deste Termo.

Para a Emissora:

**CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**

Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª SL, São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico

Telefone: 55 11 4949-3000

Fax: 55 11 4949-3011

Correio eletrônico: juridico@cibrasec.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Rua Ferreira de Araújo, nº 221, conjunto 93, Pinheiros, CEP 05428-000

São Paulo - SP

At.: Sr. Flavio Scarpelli/Ilia Alves Sym

E-mail: estruturacao@vortexbr.com

Telefone: (11) 2373-7380

18.2. Aviso de Recebimento: As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, nos endereços mencionados neste Termo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RISCOS



19.1. Riscos: O investimento em CRI envolve uma série de riscos que deverão ser analisados independentemente pelo potencial investidor. Estão descritos a seguir os riscos, não exaustivos, relacionados, exclusivamente, aos CRI e à estrutura jurídica da presente emissão:

a) Risco da deterioração da qualidade de crédito do Patrimônio Separado poderá afetar a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes dos CRI: Os CRI são lastreados pelas CCI, que representam os Créditos Imobiliários, os quais foram vinculados aos CRI por meio do Termo, no qual foi instituído o Regime Fiduciário e constituído o Patrimônio Separado. Os Créditos Imobiliários representam créditos detidos pela Emissora contra os Devedores, correspondentes ao pagamento das prestações mensais (principal e juros) calculados sobre o saldo devedor dos Contratos de Financiamento, atualizados mensalmente pela remuneração básica dos depósitos de poupança, observado o limite que os Créditos Imobiliários representam em relação aos Créditos Imobiliários. O Patrimônio Separado constituído em favor dos Investidores não conta com qualquer garantia flutuante ou coobrigação da Emissora.

Assim, o recebimento integral e tempestivo pelos Investidores dos montantes devidos conforme o Termo depende do pagamento pelos Devedores dos Contratos de Financiamento e/ou do adimplemento da Coobrigação pelo Cedente, em tempo hábil para o pagamento dos valores decorrentes dos CRI. A ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira dos Devedores e/ou do Cedente poderão afetar negativamente a capacidade do Patrimônio Separado de honrar suas obrigações no que tange o pagamento dos CRI pela Emissora.

No caso de inadimplemento dos Créditos Imobiliários pelos Devedores e/ou da Coobrigação pelo Cedente o valor a ser recebido pelo Investidor poderá não ser suficiente para reembolsar integralmente o investimento realizado. Neste caso, nem o Patrimônio Separado, nem mesmo a Emissora, disporá de outras fontes de recursos para satisfação dos interesses dos investidores.

b) Riscos Relativos ao Pagamento Condicionado e Descontinuidade: As fontes de recursos da Emissora para fins de pagamento aos Investidores decorrem direta ou indiretamente dos pagamentos dos Créditos Imobiliários e/ou da liquidação das Garantias previstas neste Termo. Os recebimentos de tais pagamentos ou liquidação podem ocorrer posteriormente às datas previstas para pagamento de juros e amortizações dos CRI, podendo causar descontinuidade do fluxo de caixa esperado dos CRI. Após o recebimento dos referidos recursos e, se for o caso, depois de



esgotados todos os meios legais cabíveis para a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Imobiliários e suas Garantias, caso o valor recebido não seja suficiente para saldar os CRI, a Emissora não disporá de quaisquer outras fontes de recursos para efetuar o pagamento de eventuais saldos aos Investidores.

c) Risco de Amortização Antecipada: A ocorrência de eventos de pagamento voluntário antecipado pelos Devedores e/ou de Recompra Compulsória ou Recompra Facultativa pelo Cedente dos Créditos Imobiliários cedidos, nos termos previstos nos Contratos de Financiamento, Contratos de Cessão e neste Termo, acarretará Amortização Antecipada, parcial ou total, dos CRI.

Nestes casos, os recursos decorrentes destes eventos serão imputados pela Emissora na Amortização Antecipada dos CRI, conforme previsto neste Termo, hipótese em que o Investidor receberá antecipadamente, total ou parcialmente, a amortização de seu investimento podendo ter frustrada sua expectativa de prazo e montante final de rendimentos auferidos. Neste caso, o Investidor deixa de receber a rentabilidade que estes CRI hipoteticamente poderiam lhe proporcionar caso não tivessem sido pré-pagos.

Adicionalmente, a efetivação de pré-pagamentos poderá resultar em dificuldades de reinvestimentos por parte do Investidor à mesma taxa estabelecida como remuneração dos CRI.

d) Risco do Quórum de deliberação em assembleia geral de Investidores: As deliberações a serem tomadas em assembleias gerais de Investidores são aprovadas pelos quóruns específicos estabelecidos no Termo. Não há mecanismos de venda compulsória no caso de dissidência do Investidor em determinadas matérias submetidas à deliberação em assembleia geral.

e) Baixa Liquidez no Mercado Secundário: O mercado secundário de certificados de recebíveis Imobiliários no Brasil apresenta baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRI que permita sua alienação pelos subscritores desses valores mobiliários caso estes decidam pelo desinvestimento. O Investidor que adquirir os CRI poderá encontrar dificuldades para negociá-los no mercado secundário, devendo estar preparado para manter o investimento nos CRI até o Data de Vencimento Final.



f) Risco de desapropriação dos Imóveis: Um ou mais Imóveis poderão ser desapropriados, total ou parcialmente, pelo poder público, para fins de utilidade pública. Tal hipótese poderá afetar negativamente os Créditos Imobiliários e, consequentemente, o fluxo do lastro dos CRI.

g) Os Investidores dos CRI não têm qualquer direito sobre os Imóveis vinculados aos Contratos de Financiamentos: Os CRI não asseguram aos seus titulares qualquer direito sobre os Imóveis vinculados aos Contratos de Financiamento, nem mesmo o direito de retê-los em caso de qualquer inadimplemento das obrigações decorrentes dos CRI por parte da Emissora.

h) Risco de não transferência das Alienações Fiduciárias: A Averbação do Contrato de Cessão na matrícula de cada um dos Imóveis, junto ao Serviço de Registro de Imóveis competente, visa transferir as Alienações Fiduciárias do Originador para a Emissora.

No entanto, a Averbação do Contrato de Cessão não foi realizada no momento da Cessão dos Créditos e será realizada, exclusivamente, no caso de inadimplência dos Créditos Imobiliários pelos Devedores e consequente necessidade de execução das Alienações Fiduciárias que garantem o pagamento dos Créditos Imobiliários.

Desta forma, na eventualidade de surgirem dificuldades na transferência das Alienações Fiduciárias pelo Originador à Emissora, a Emissora estará impedida de efetuar a pronta execução das Alienações Fiduciárias.

Qualquer atraso na execução das Alienações Fiduciária ou impossibilidade de execução pela Emissora, poderá afetar a capacidade da Emissora de honrar as obrigações decorrentes dos CRI.

i) Risco TR - Taxa Referencial: O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central ou o Congresso Nacional podem alterar a fórmula de cálculo ou o critério de apuração da TR durante o prazo da Emissão, ou mesmo extingui-la. Tendo em vista que a TR tem reflexos sobre os Contratos de Financiamento, bem como sobre os CRI, eventuais alterações na sua metodologia de cálculo, sua extinção ou substituição, poderão afetar adversamente os rendimentos dos Contratos de Financiamento e, por consequência, dos CRI.

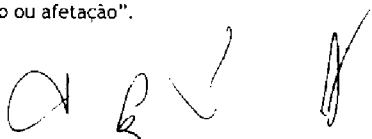


j) Risco de conflito de interesses do Cedente: O Banco Bradesco S.A. figura na operação como originador dos Créditos Imobiliários, cedente dos Créditos Imobiliários, *Servicer* e banco cobrador dos Créditos Imobiliários. Adicionalmente o Coordenador Líder é instituição integrante do conglomerado financeiro do Cedente. Neste sentido, o fato do Cedente (e instituições integrantes de seu conglomerado financeiro) figurar nas posições acima mencionadas pode eventualmente acarretar em conflito de interesses no desenvolvimento das atividades de cessão de créditos, cobrança e administração dos Créditos Imobiliários e distribuição dos CRI.

k) Riscos relacionados ao *Servicer*: Tendo em vista que o *Servicer* é responsável pela administração dos Créditos Imobiliários e pela cobrança das parcelas dos Contratos de Financiamento, tendo, ainda, relacionamento comercial com os Devedores, (i) caso o *Servicer*, por alguma razão, deixe de prestar os serviços de administração e cobrança dos Créditos Imobiliários para a Emissora, o fluxo de pagamento dos Créditos Imobiliários poderá ser prejudicado; e (ii) deve-se considerar que os serviços contratados pela Emissora também são exercidas pelo *Servicer*, na qualidade de credor de outros financiamentos, sendo que não há como assegurar a prioridade por parte do *Servicer* em relação aos procedimentos de administração e cobrança dos Créditos Imobiliários.

l) Riscos relacionados à Coobrigação do Cedente: O Cedente se constituiu, nos termos do Contrato de Cessão, coobrigado e solidariamente responsável pelo adimplemento dos Créditos Imobiliários. Caso o Cedente deixe de adimplir as obrigações coobrigadas ou em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária do Cedente, estas situações poderão afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as obrigações decorrentes dos CRI.

m) Risco da existência de Credores Privilegiados: A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor, em seu artigo 76, disciplina que "as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos com relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos". Ademais, em seu parágrafo único, ela prevê que "desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação".



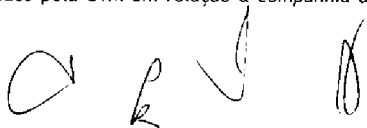
Por força da norma acima citada, os Créditos Imobiliários e os recursos dele decorrentes, inclusive as Garantias, não obstante serem objeto do Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os detentores destes créditos com os detentores dos CRI, de forma privilegiada, sobre o produto de realização dos Créditos Imobiliários, em caso de falência. Nesta hipótese, é possível que Créditos Imobiliários não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRI após o pagamento daqueles credores.

n) Risco de Questionamentos Judiciais dos Contratos de Financiamento: Não obstante a legalidade e regularidade dos instrumentos contratuais que deram origem aos Créditos Imobiliários e da existência da Recompra Compulsória, não pode ser afastada a hipótese de que decisões judiciais futuras entendam pela ilegalidade dos Contratos de Financiamento, inclusive, mas não se limitando a legalidade da utilização Fator de Atualização dos Contratos - "TR", da aplicação de multas e penalidades por atrasos ou mesmo da execução das garantias.

o) Riscos decorrentes dos critérios adotados pelo Cedente para concessão dos Créditos Imobiliários: Os CRI da presente oferta são lastreados por Créditos Imobiliários derivados de Contratos de Financiamento celebrados com Devedores cuja análise de crédito foi realizada pelo Cedente, na qualidade de instituição financiadora.

Não foi realizada qualquer verificação independente com relação à análise de crédito realizada no momento da concessão do financiamento, não sendo possível, desta forma, assegurar que os critérios da análise de crédito realizada pelo Cedente atendam aos critérios esperados pelos potenciais Investidores e os impactos daí decorrentes na amortização dos CRI.

p) Manutenção do Registro de Companhia Aberta: A Emissora obteve seu registro de companhia aberta em 1999. A sua atuação como securitizadora de emissões de CRI depende da manutenção de seu registro de companhia aberta junto à CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Emissora não atenda aos requisitos exigidos pela CVM em relação à companhia aberta,



sua autorização poderá ser suspensão ou mesmo cancelada, afetando assim as suas emissões de CRI.

q) Risco de Estrutura: a presente emissão de CRI tem o caráter de “operação estruturada”; desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de fatores e obrigações de parte a parte, estipulados através de contratos públicos ou privados tendo por diretriz a legislação em vigor. No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de CRI, poderá haver perdas por parte dos Investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos;

r) Efeitos da Elevação Súbita da Taxa de Juros: a elevação súbita da taxa de juros pode reduzir a demanda do Investidor por títulos e valores mobiliários de companhia brasileiras e por títulos que tenham seu rendimento pré-fixado em níveis inferiores aos praticados no mercado após a elevação da taxa de juros. Neste caso, a liquidez dos CRI pode ser afetada desfavoravelmente;

s) Riscos relacionados com o critério de apuração do LTV: Os Imóveis não foram objeto de avaliação imobiliária específica para fins da Emissão. Para fins da Emissão, o valor dos Imóveis baseou-se no valor da respectiva avaliação no momento da assinatura do Contrato de Financiamento. As informações vinculadas ao LTV podem não representar a realidade existente entre o valor do Imóvel e o valor dos Créditos Imobiliários, sendo que em algumas circunstâncias adversas vinculadas a questões mercadológicas ou regionais, dentre outras, os Imóveis, podem ter se depreciado desde a originação dos Créditos Imobiliários.

Assim, na hipótese de o Imóvel ter desvalorizado e o Devedor vir a inadimplir suas obrigações de pagamento das parcelas dos Contratos de Financiamento, os recursos levantados com a execução da Alienação Fiduciária poderão não ser suficientes para arcar com o pagamento do saldo devedor do referido Contrato de Financiamento, sem prejuízo da coobrigação assumida pelo Cedente.

t) Restrições e Contaminações nos Imóveis: O Cedente por ocasião da celebração dos Contratos de Financiamento não realizou qualquer verificação acerca da existência de restrições urbanísticas, ambientais, sanitárias, de acesso ou segurança relacionadas aos Imóveis nem

obteve qualquer confirmação da inexistência nos Imóveis de materiais perigosos, assim entendidos os materiais explosivos ou radioativos, dejetos perigosos, substâncias tóxicas e perigosas, ou materiais afins, asbestos, amianto, ou materiais contendo asbestos ou qualquer outra substância ou material considerado perigoso pelas leis do Brasil. Neste sentido, a verificação da existência nos Imóveis de qualquer uma das situações ora descritas pode afetar o valor de mercado dos Imóveis e a regularidade de pagamento dos Créditos Imobiliários e, por consequência, a capacidade do Patrimônio Separado em honrar as obrigações dos CRI, caso não existam Garantias a serem exercidas pela Emissora.

u) Fatores Relativos a Alterações na Legislação Tributária Aplicável aos CRI: Atualmente, os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes no país Investidores estão isentos de IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e de declaração de ajuste anual de pessoas físicas. Porém, tal tratamento tributário tem o intuito de fomentar o mercado de CRI e pode ser alterado ao longo do tempo. Eventuais alterações na legislação tributária, eliminando tal isenção, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidente sobre os CRI, ou ainda a criação de novos tributos aplicáveis aos CRI poderão afetar negativamente o rendimento líquido dos CRI esperado pelos Investidores.

v) Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Emissora: O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal, que afetam os participantes do setor de securitização, a Emissora e seus clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária da Emissora, que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade e afetar adversamente os preços de serviços e seus resultados. Não há garantias de que a Emissora será capaz de manter seus preços, o fluxo de caixa de forma a cumprir as obrigações assumidas junto aos investidores por meio dos CRI se ocorrerem alterações significativas nos tributos aplicáveis às suas operações.

w) Risco de Insuficiência da Alienação Fiduciária: possíveis variações no mercado imobiliário poderão, eventualmente, impactar o valor de mercado dos Imóveis, de forma negativa, durante todo o prazo dos CRI. As variações de preço no mercado imobiliário estão vinculadas predominante, mas não exclusivamente, à relação entre a demanda e a oferta de imóveis de



mesmo perfil, bem como à respectiva depreciação, obsolescência e adequação para outras atividades diferentes daquelas exercidas pelos respectivos proprietários;

x) Risco em Função da Dispensa de Registro: a oferta dos CRI, distribuída nos termos da Instrução CVM 476, está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, de forma que as informações prestadas pela Emissora, pelo Coordenador Líder e pelo Agente Fiduciário não foram objeto de análise pela referida autarquia federal;

y) Ausência de Notificação dos Devedores: Os Devedores não foram notificados pelo Cedente por ocasião da celebração do Contrato de Cessão, de forma que a Emissora poderá encontrar obstáculos para realizar diretamente a cobrança e/ou execução extrajudicial ou judicial, dos Créditos Imobiliários. Nestas hipóteses, a Emissora poderá ser impedida de exercer os direitos sobre os Créditos Imobiliários e/ou executar a Alienação Fiduciária, afetando eventualmente a capacidade do Patrimônio Separado em honrar as obrigações decorrentes dos CRI.

z) Risco do escopo limitado da auditoria (due diligence): Conforme relatório de auditoria elaborado pelo assessor legal da operação, a auditoria foi realizada com escopo reduzido e com base em uma amostra selecionada dos Contratos de Financiamento, visando apenas a verificar a formalização dos Contratos de Financiamento e suas garantias. Caso Contratos de Financiamento que não estavam dentro da amostra analisada possuam qualquer vício de formalização, poderão afetar adversamente os Créditos Imobiliários, podendo assim impactar o fluxo esperado do CRI.

aa) Política Econômica do Governo Federal: A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas, envolveram no passado, controle de salários e preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados, dentre outras. A Emissora não tem controle sobre quais medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro e não pode prevê-las. Os negócios, os resultados operacionais e financeiros e o fluxo de caixa da Companhia podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores como:



- variação nas taxas de câmbio;
- controle de câmbio;
- índices de inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- falta de liquidez nos mercados doméstico, financeiro e de capitais;
- racionamento de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o País.

A Emissora não pode prever quais políticas serão adotadas pelo Governo Federal e se essas políticas afetarão negativamente a economia, os negócios ou desempenho financeiro do Patrimônio Separado e por consequência dos CRI

bb) Riscos decorrentes do setor imobiliário: A indústria de construção civil e incorporação imobiliária é cíclica e significativamente influenciada por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, tais como: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional; (iii) confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda; (iv) disponibilidade de financiamento para aquisição de áreas de terrenos residenciais; (v) disponibilidade de empréstimos para construção e aquisição de imóveis; (vi) disponibilidade de propriedades para locação e venda; e (vii) condições de revenda no mercado imobiliário. Ainda, o valor de mercado de terrenos não incorporados, lotes a construir e unidades disponíveis em estoque poderá flutuar significativamente como resultado das mudanças nas condições econômicas e no mercado imobiliário. Assim, caso ocorram mudanças adversas significativas nas condições econômicas ou do mercado imobiliário, o Cedente poderá encontrar dificuldades em honrar suas obrigações previstas no Contrato de Cessão. Em 2008, a crise financeira mundial impactou negativamente o PIB brasileiro, resultando em uma diminuição tanto no número de empreendimentos lançados quanto na taxa de vendas das unidades no setor imobiliário. A volatilidade do mercado financeiro mundial tem sido extraordinária e sem precedentes desde setembro de 2008, sendo sua consequência imprevisível. A continuação ou o agravamento destas condições econômicas podem ter efeito negativo nos negócios do Cedente. Os CRI não asseguram aos seus titulares qualquer direito sobre os imóveis vinculados aos Contratos de Financiamento, nem mesmo o



direito de retê-los em caso de qualquer inadimplemento das obrigações decorrentes dos CRI por parte da Emissora.

cc) Riscos Financeiros: Há três espécies de riscos financeiros geralmente identificados em operações de securitização no mercado brasileiro; (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de insuficiência de garantia por acúmulo de atrasos ou perdas; e (iii) risco de falta de liquidez.

dd) Demais Riscos: Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

20.1. Ausência de Classificação de Risco: Os CRI objeto desta emissão não serão objeto de análise de classificação de risco.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

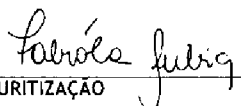
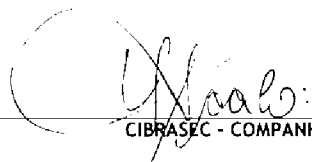



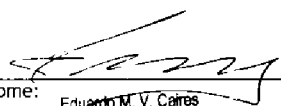
21.1. Regência: Os termos e condições deste Termo devem ser interpretados de acordo com a legislação vigente na República Federativa do Brasil.

21.2. Foro: Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias oriundas do presente Termo de Securitização, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

O presente Termo é firmado em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo - SP, 22 de abril de 2016.



  
**CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**  
EmissoraNome: **Onivaldo Scalco**  
Cargo: **Diretor Presidente**Nome: **Fabrício Julg**  
Cargo: **Diretor Presidente**  
**VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Agente Fiduciário  
Nome: **Mariana Penteado**  
Cargo: **Procuradora****TESTEMUNHAS:**  
Nome: **CAROLINE TSUCHIYA SILVA**  
RG nº: **RG 35 289 610-0**  
CPF/MF nº: **CPF 381 514 668-20**  
Nome: **Eduardo M. V. Cabres**  
RG nº: **RG 23.099.843-4**  
CPF/MF nº: **CPF 216 064 508-75**


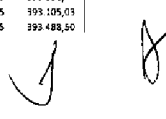
(Página de assinaturas do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 268ª Série da 2ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, firmado em 22 de abril de 2016, entre esta última e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)



## ANEXO I

### CARACTERÍSTICAS DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (a.a.)	Nome	CPF/CNPJ	Data de Anuidade	Saldo Devedor
751884	BRAD416	001	8,50%	DANIELLA ALVES SPITALLETTI	27566775811	18/12/2014	588.966,87
730272	BRAD416	002	8,60%	PAULO EDUARDO MASOTTI	07701819601	05/05/2015	389.008,97
749667	BRAD416	003	8,50%	ALMIR VIEIRA SIMONETTI	05452565899	24/11/2014	569.491,51
760747	BRAD416	004	9,20%	ELBERT DE OLIVEIRA PRADO	11202574659	09/04/2015	580.335,11
767724	BRAD416	005	9,20%	MURILLO JOSÉ GRANDEZ BONAIDO	28228431879	07/05/2015	589.791,90
754021	BRAD416	006	9,20%	ANA PAULA CAMPITELLI MEDEIROS BRITO	91377544168	14/07/2015	590.081,32
737157	BRAD416	007	8,50%	LUIS GUILHERME MILESI PIMENTEL	32320984879	10/07/2014	590.143,54
755797	BRAD416	008	8,50%	CLAUDIO ANTONIO MIRANDA SEPULVEDA	81296550704	06/02/2015	590.218,07
735981	BRAD416	009	8,60%	GUNILLER YAMACAKE NIDA	31799771830	13/02/2015	585.809,70
750209	BRAD416	010	8,50%	AUGUSTO OLIVEIRA DIAS	25518414889	10/02/2015	586.812,11
732106	BRAD416	011	8,50%	RODRIGO PRADO ALVES	26702799533	14/05/2014	590.519,87
756160	BRAD416	012	8,50%	AUGUSTO OLIVEIRA DIAS	25518414889	10/05/2015	585.811,60
728551	BRAD416	013	9,30%	RODRIGO LUIS LOMES DIAS	25518414889	02/02/2015	585.853,54
755978	BRAD416	014	9,50%	AUGUSTO OLIVEIRA DIAS	25518414889	02/02/2015	590.477,32
745213	BRAD416	015	8,70%	CRISTINA MINA KATO	07304477241	08/04/2014	590.490,45
734438	BRAD416	016	9,20%	FABIO LUIS DA CUNHA	24553625985	08/04/2014	587.116,85
755380	BRAD416	017	8,70%	SANDRO SIMAO	25892748800	28/10/2015	587.126,50
726978	BRAD416	018	8,50%	THIAGO BRUNO SANT'ANNA SILVA	92640882821	20/09/2014	587.126,50
764467	BRAD416	019	9,80%	MARCELO CAMARIM RAMOS	27483601802	27/05/2015	590.818,12
735906	BRAD416	020	8,50%	MARCIO MACHADO VALENCIO	14532797085	10/04/2015	590.811,03
750205	BRAD416	021	8,50%	ROSALVO PIRES DE MIRANDA	32744277134	13/02/2015	590.811,84
757607	BRAD416	022	8,80%	THEOBALDO MIRANDA CARDOSO	36383773101	05/02/2015	590.832,03
763254	BRAD416	023	8,50%	GUSTAVO TONSCA DIAMANTINO	29738330877	14/09/2015	590.726,21
764356	BRAD416	024	9,40%	LENARA MARIA LUIS	35211879953	27/09/2015	590.861,91
755605	BRAD416	025	8,80%	GUSTAVO DE PAULA PINTO	01805423912	26/03/2014	591.100,09
744084	BRAD416	026	8,70%	LUIS GONZAGA GONCALVES	12730380124	24/09/2014	591.215,62
740288	BRAD416	027	8,60%	RODRIGO DOMINGOS	21854681566	13/08/2014	591.221,92
744024	BRAD416	028	8,70%	LUIS GONZAGA GONCALVES	12730380124	24/09/2014	591.243,47
722118	BRAD416	029	8,40%	CRISTINA FERNANDEZ VARELA	19441009890	23/01/2014	591.281,61
736483	BRAD416	030	9,20%	GUSTAVO PEREZ MOLINARI	28297480852	01/07/2014	590.654,41
729513	BRAD416	031	8,40%	MARCELO DE CASTRO ALVES	31137468882	14/04/2014	591.281,72
758244	BRAD416	032	8,70%	ALISSON RAZONI RAZONI	01455070581	11/04/2015	591.101,87
762654	BRAD416	033	8,70%	MATHEUS OLIVEIRA DE ALMEIDA	021997972539	08/04/2015	591.342,84
759728	BRAD416	034	8,50%	MARCIO TONSCA VIEIRA	35515666667	27/09/2015	587.848,50
721890	BRAD416	035	8,50%	NILZE BATISTA SCARFARIELLO	28209738815	28/07/2014	590.724,46
762784	BRAD416	036	9,50%	MARIO LUIZ DE CARVALHO	40577860796	08/05/2015	591.378,34
746593	BRAD416	037	9,80%	FELIPE DAL PRA SANTI	01814968016	28/04/2015	591.244,03
761976	BRAD416	038	8,80%	FRANCIELLE MUNHOZ DINORIO	060182749999	27/04/2015	592.960,90
759476	BRAD416	039	8,70%	KARINA CRISTINA BISSON GOMES	28924648407	27/09/2015	591.530,75
759627	BRAD416	040	8,70%	ADRIANA MICHELE RODRIGUES	06332679883	24/09/2015	591.538,62
759053	BRAD416	041	9,00%	RENATO ALVITE ROMANO	22706804875	19/09/2015	591.612,17
752120	BRAD416	042	8,50%	ANDRÉ SILVA NOVAIS	19513951989	27/12/2014	591.644,94
727563	BRAD416	043	8,40%	CAROLINE KROLL OLIVATTA	291889313875	25/04/2014	588.064,48
737959	BRAD416	044	8,50%	LUZIA TEGUARA DOS SANTOS	07816248808	24/10/2013	588.058,58
758721	BRAD416	045	8,70%	LAILA FERREIRA DE SA	27081578805	27/09/2015	591.721,84
752939	BRAD416	046	8,70%	LAFRÉDO PARRA	25207227934	26/12/2014	591.386,37
761724	BRAD416	047	9,50%	MAURICIO DEVILCHI	16813035583	23/04/2015	588.301,05
759667	BRAD416	048	8,70%	RODRIGO FERNANDO DA SILVA	21613380801	06/04/2015	588.441,94
735560	BRAD416	049	9,00%	JOSE APARECIDO PALONE	07375508801	26/06/2014	591.992,38
734447	BRAD416	050	8,80%	MAURICIO ABRIGIO CAVARGO	13129956836	05/04/2014	592.083,40
762741	BRAD416	051	9,20%	JACIANA MORAES SOARES	30382747801	02/05/2015	592.124,14
760608	BRAD416	052	8,70%	MARIO BELES JUNIOR	11058578724	09/04/2015	592.184,98
759142	BRAD416	053	9,50%	BRUNA FORRELAN MARIN	39621306280	15/06/2015	592.211,92
740250	BRAD416	054	8,70%	CEZAR RENATO SAKAJURA	78130268801	13/06/2014	592.205,89
731392	BRAD416	055	8,40%	TIAGO MACEDO LOPES	998799771414	28/07/2014	592.219,38
762347	BRAD416	056	9,50%	JOSE WILLIAM CRUZ TARESKIEWICZ	56690053920	28/04/2015	592.338,22
762906	BRAD416	057	8,50%	PETER KNOLL SANTANA	05802349913	08/05/2015	592.343,95
722355	BRAD416	058	8,50%	BRUNO CINTRA DE ALMEIDA	35062228000	23/07/2014	592.054,89
762954	BRAD416	059	9,90%	ARIANE CAROLINA BETE	28218888837	11/05/2015	592.412,30
761088	BRAD416	060	9,60%	JOSE NAERTON SOARES NEPI	79076343420	14/04/2015	591.825,25
761268	BRAD416	061	9,70%	MARIANA SCALABRIN	80155094034	15/04/2015	592.440,55
726499	BRAD416	062	8,40%	SERGIO LUIS DOS SANTOS	11669052841	13/04/2014	592.515,54
747875	BRAD416	063	8,70%	FRANCISCO ROBERTO DA LUZ FRADE	32327523672	10/09/2014	592.455,55
766422	BRAD416	064	9,60%	SANDRO REYES FERREIRA ASSUNCAO	07430380244	07/04/2015	592.514,19
740720	BRAD416	065	8,50%	NOMIA MARIA ALVES VIKARSKI	05533838894	16/09/2014	585.915,87
731310	BRAD416	066	8,50%	FERNANDO RODRIGUEZ RUIZ	26511074811	26/09/2014	588.936,71
721492	BRAD416	067	8,50%	BARRBARA CINTRA DE ALMEIDA	38591620881	17/07/2014	592.261,72
762036	BRAD416	068	8,90%	AYED GUARDI ABRAO GERAIS	26841890835	27/04/2015	592.644,54
745349	BRAD416	069	8,50%	FERNANDA ALBERTO COELHO PRADO	80270214854	04/10/2014	592.668,82
764789	BRAD416	070	8,50%	JOE WELLINGTON DA SILVA	81764251920	28/09/2015	592.892,78
719434	BRAD416	071	8,50%	FERNANDO CLEMENTE DE OLIVEIRA	04631339861	19/12/2013	592.975,33
764001	BRAD416	072	9,80%	ONIAS TAVARES DA SILVEIRA	30781366084	23/05/2015	594.227,56
757975	BRAD416	073	8,70%	ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO	03672705608	06/03/2015	594.330,74
760804	BRAD416	074	8,70%	YULY PINHA	11661008119	10/04/2015	595.105,03
756226	BRAD416	075	8,60%	NEUMA DO CARMO PEREIRA DA SILVA CAVALCANTE	43805027449	12/02/2015	593.488,50

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (a.a.)	Nome	CPE/CNPJ	Data de Assinatura	Saldo Devidor
751634	BRAD416	076	8,70%	BRUNO DE AL. FRANCO	09017032794	12/12/2014	393.499,67
722011	BRAD416	077	8,50%	VIAN FOMASIAN	23370183054	10/12/2013	389.859,53
787443	BRAD416	078	8,50%	MARIO DIMITOLOTUJO	28741512956	16/07/2014	389.937,12
747007	BRAD416	079	8,70%	CLAUDETE TEÓFILO INH	15876060385	24/10/2014	389.965,56
723371	BRAD416	080	8,20%	PAULO URSÉLIO BARBOSA	86237036125	03/02/2014	393.636,79
724122	BRAD416	081	8,30%	FELIPE LACERDA BRAMBILLA	10615160251	12/02/2014	390.988,69
725079	BRAD416	082	9,00%	MARCELO APARECIDO PELO PONTES	05827390280	28/02/2014	395.099,24
740914	BRAD416	083	8,50%	MARIA RAQUEL DA SILVA BREDER	03919351428	13/08/2014	393.896,22
723865	BRAD416	084	8,50%	GUSTAVO DOS SANTOS GARY RODRIGES	11019157765	06/12/2013	395.245,46
744644	BRAD416	085	8,50%	EDVADA REGINA XAVIER ALMEIDA	33884766564	26/7/2014	394.278,33
764309	BRAD416	086	9,20%	BRUNO MARCELO ROCHA BARREIRA	79719228504	27/02/2015	394.412,51
755597	BRAD416	087	8,70%	LUIZ FERNANDO BARROSA MARTINEZ	05597860352	10/02/2015	394.350,46
720041	BRAD416	088	8,50%	ANA PAULA CAPONILLA MARCHEORI	24681274001	06/21/2010	394.414,05
735235	BRAD416	089	8,50%	MARIA BARROS CORREIA DA COSTA RIBEIRO	02591918848	27/02/2014	394.571,20
745222	BRAD416	090	4,70%	JOSE DIMAS FAHIO	06322661301	06/10/2014	394.793,04
714017	BRAD416	091	8,50%	GENALDO SANTANA DA SILVA	19921458907	11/02/2014	394.983,70
738547	BRAD416	092	8,50%	ANDRE DEL COSTA RAVANI	17605877812	24/07/2014	395.288,14
717597	BRAD416	093	8,50%	SÔNIA BRANDAO	26045225864	27/11/2013	395.122,23
745587	BRAD416	094	8,50%	ANTONIO ALISON DA SILVA VIEIRA	08523077869	07/11/2013	395.422,59
787007	BRAD416	095	9,70%	ADELMO TALEVI	2311776272	11/11/2013	395.539,01
760241	BRAD416	096	9,70%	ORLANDO SANTAS SILVA	54542070849	10/08/2015	394.738,71
749519	BRAD416	097	8,50%	JOSE LUIZ SERRÃO CAMPOS	08392910687	14/11/2014	395.941,20
758905	BRAD416	098	8,70%	ANDREA DANTAS AB	25452037833	19/03/2015	396.452,52
748709	BRAD416	099	8,70%	PATRICIA APARECIDA VINCO	33617061960	09/10/2014	396.433,92
729793	BRAD416	100	8,40%	ELISABETE APARECIDA DE FELICIO MOREIRA	06454737894	16/04/2014	396.307,14
729073	BRAD416	101	9,20%	VICTOR SILVEIRA RODRIGUES	079462815722	09/04/2014	396.471,76
757419	BRAD416	102	8,60%	JORGE LUIZ TORRES DE CERQUEIRA	32362025604	17/02/2015	392.457,67
748441	BRAD416	103	8,70%	MARCOS CESAR DE OLIVEIRA	80550576720	03/11/2014	396.572,82
761123	BRAD416	104	9,70%	GABRIEL NERI BASSOLI	90862174515	20/04/2015	396.400,75
744334	BRAD416	105	8,70%	FRANCISCO VANDIMAR PINHEIRO	10341891803	23/09/2014	393.189,90
705373	BRAD416	106	8,00%	RONALDO RUFFELOTI BURKE	75740205877	27/08/2013	395.353,38
737418	BRAD416	107	8,90%	WARIO SAKI HIR	54695553766	14/07/2014	396.816,63
727144	BRAD416	108	8,10%	ROGERIO ANTONIO PEREIRA	07986313600	26/08/2014	397.244,29
740386	BRAD416	109	8,70%	ALEXANDRE GOMES CESAR	28103818927	02/08/2014	395.747,42
738765	BRAD416	110	8,00%	MUNIQUE ANTUNES	00040439932	29/07/2014	397.268,09
763557	BRAD416	111	9,60%	DALTON MARCELO HATORI	21153440282	21/05/2015	397.866,86
743008	BRAD416	112	8,80%	MARIANA SOUZA LINI LOPEZ	00951401000	11/08/2014	397.517,19
706976	BRAD416	113	8,50%	VERIDIANA FERNANDES DE ARAUJO OSORIO REINATO	27511514855	06/08/2013	397.501,21
740521	BRAD416	114	8,60%	MICENE TEIXEIRA CRUZ ROCHA	27525851875	19/08/2014	396.661,46
761004	BRAD416	115	8,70%	SERILIA SANTOS DE CASTRO	29965881200	13/04/2015	393.995,64
750711	BRAD416	116	8,70%	MARILIA ADELA DA SILVA GUIMARAES	09671892542	26/11/2014	397.240,67
728181	BRAD416	117	8,50%	ROMULO CHIRAPUDI FELIPAC	00087619015	04/04/2014	397.860,62
752761	BRAD416	118	8,00%	CLERNE HENRIQUE DA SILVA	02727355886	24/12/2014	398.148,86
723799	BRAD416	119	8,50%	MARILIA DA CANTANHA PEREIRA BRASIL	04325502041	07/02/2014	397.188,64
718938	BRAD416	120	8,50%	JOSE FRANCISCO LADEIRA MARINS	81271948704	10/12/2013	398.602,09
764659	BRAD416	121	9,20%	DANIEL CAMILO NOBRES	01871644675	18/05/2015	398.962,25
745999	BRAD416	122	8,60%	FERNANDO BERNARDINELLO	18509784841	11/10/2014	398.268,48
749340	BRAD416	123	8,70%	DOUGLAS DA CRUZ SIQUEIRA	30818863845	17/12/2014	399.026,04
713808	BRAD416	124	8,50%	FRANCISCO SANTOS PINTO NETO	25594528806	17/09/2013	399.203,08
764230	BRAD416	125	9,60%	GILBERTO BRAGA DE CARVALHO	29970097833	28/05/2015	399.354,41
753644	BRAD416	126	8,70%	ANA BEATRIZ CAMANADA SABRA STRAUSS CESTARI	12087987793	19/10/2015	399.433,50
743515	BRAD416	127	8,70%	EDUARDO JORG	10786911855	17/08/2014	398.861,86
725058	BRAD416	128	8,00%	DIOCEY JOSE RIBEIRO FILHO	89686607191	34/02/2014	399.517,25
720629	BRAD416	129	8,50%	EDUARDO BURGAS	09628133329	27/12/2013	398.885,92
751068	BRAD416	130	8,90%	DENIS BUENO MOTA	17691248919	14/04/2015	399.631,00
733814	BRAD416	131	8,80%	GUILHERME ENDRIGO FERNANDES	62865510263	28/05/2014	395.971,45
736740	BRAD416	132	8,60%	CEZAR DE PAIVA MEGREI	10220668080	03/07/2014	399.662,95
725292	BRAD416	133	8,20%	FELIPE MORELLI DE SOUSA ALMEIDA	391584154826	28/02/2014	399.676,49
741278	BRAD416	134	8,90%	IZANIR JOSÉ BRUN	38779599034	21/08/2014	399.730,66
716983	BRAD416	135	8,50%	ELIAS ABRAO AYER	06859088451	19/11/2013	399.761,10
757595	BRAD416	136	8,50%	SILVANO DUJO MELO	01846881990	07/01/2015	399.244,92
734901	BRAD416	137	8,50%	LUKAS DE ASSIS DOS SANTOS	10368144410	27/02/2014	399.999,37
762678	BRAD416	138	9,50%	ARYMOS LIMA	38294661846	06/08/2015	400.090,75
760395	BRAD416	139	8,50%	HENRIQUE BARROSO DOMINGUES	63817181636	02/09/2014	400.621,21
756429	BRAD416	140	8,70%	LUISIANO CORREIA DE MAGALHÃES NETTO	74227487900	18/03/2015	400.754,99
757244	BRAD416	141	8,70%	ROGERIO PINTO GOMES	81025950744	27/02/2015	396.910,90
740750	BRAD416	142	8,50%	ANTONIO FACANHA PINHEIRO	15920003991	18/09/2014	400.848,69
726709	BRAD416	143	8,50%	JEFFERSON FORTELLA	11817709818	17/04/2014	401.272,63
730830	BRAD416	144	9,20%	SIBRELL ALVES DE SANT'ANNA	40758951587	28/03/2014	401.519,07
746007	BRAD416	145	8,70%	JULIANA MAYNARD DOS SANTOS	00091343073	13/03/2014	401.427,69
730619	BRAD416	146	8,70%	FABIO ABRAHAM AKEL	3921544444	28/04/2014	391.740,21
742533	BRAD416	147	8,70%	LUIZ ANTONIO CASARIL JUNIOR	51727558835	05/09/2014	401.436,51
744565	BRAD416	148	8,70%	MARYLENE BECKANO	15961304801	26/09/2014	397.786,23
736044	BRAD416	149	8,70%	ALTANORE THOMAZ ARAUJO	12156878874	26/09/2014	396.786,23
758662	BRAD416	150	8,70%	LEONARDO FONTOLHA PRATES	02255178660	16/02/2015	401.818,79
723340	BRAD416	151	8,70%	JOSE RUADEL SANTOS	07774400500	03/02/2014	396.454,33
740044	BRAD416	152	8,60%	MIRIAM ROSY ALVES MOREIRA MIRANDA	21046586134	15/08/2014	401.888,42
762914	BRAD416	153	9,20%	FERNANDO LUZ RIZZATO	19085422841	11/04/2015	401.140,61
759912	BRAD416	154	8,60%	MAURICIO CORREA DE BRITO	32171404272	27/03/2015	398.672,34
745642	BRAD416	155	8,70%	WILSON DA SILVA VICENTINO	66413201387	10/10/2014	401.674,51
713526	BRAD416	156	8,50%	ANA MARIA LONGO RODRIGUES	08745324880	17/02/2013	402.797,86
758033	BRAD416	157	8,70%	PAULO YOUNIS SCHESARI	79749744810	09/01/2015	402.411,15

Handwritten signature and initials.

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (%)	Nome	CPF/CNPJ	Data de Anuidade	Saldo Devidor
713938	BRAD016	158	8,50%	MARCELO DURRINO ALMEIDA	34624270835	18/10/2015	400.500,10
731721	BRAD016	159	8,40%	FABIO TAGLIA	20472302860	12/05/2014	400.820,64
763194	BRAD016	160	9,20%	CLAUDINEIS GRIGOLETTO	82404143891	21/05/2015	401.312,11
745471	BRAD016	161	8,70%	ALFREDO SAUVO MONTEIRO NOGUEIRA	85085817468	08/10/2014	401.563,69
717039	BRAD016	162	8,40%	JULIO ROBERTO DE MOURA	54718546168	21/11/2013	403.228,12
735215	BRAD016	163	9,50%	MOACIR PEREIRA DA SILVA	11349327824	16/06/2014	403.309,15
735400	BRAD016	164	8,50%	ALTON HENRIQUE FELPE BERNARDI	11130708100	08/02/2014	403.312,20
750558	BRAD016	165	8,70%	MARCELO GOMES CHAVES	55254562959	18/09/2015	400.001,86
758740	BRAD016	166	8,60%	CAMILA MASTRO PATRESE	21131228389	17/09/2015	403.788,89
735469	BRAD016	167	8,40%	JACSON CARLOS DA SILVA	11015518996	18/05/2014	402.885,24
725202	BRAD016	168	8,80%	FABIO LUIZ TAGLIAPIETRA	21095152360	25/02/2014	401.219,88
738712	BRAD016	169	9,10%	WELLINGTON FILHO DE FREITAS	71297158923	26/03/2014	402.036,29
761107	BRAD016	170	9,60%	AMILTON GONCALVES DE OLIVEIRA	01155105440	15/04/2015	404.210,36
739079	BRAD016	171	8,90%	REINALDO TONELLO FILHO	01091742817	28/01/2014	404.015,18
713698	BRAD016	172	8,50%	ERICK MINORELLO COSTA	26515911854	16/10/2013	404.379,02
761809	BRAD016	173	8,90%	MARCELO NUNES DE OLIVEIRA	12151671809	23/04/2015	400.823,68
751624	BRAD016	174	8,70%	JEFFERSON APARECIDO DE PAULA APONSO	29781456819	23/11/2014	404.535,56
738036	BRAD016	175	8,60%	MARCELO VELLATO	29521199801	18/07/2014	404.579,54
719503	BRAD016	176	8,50%	EDNEIA MARTINS MOREIRA PEREZ	30765221272	16/11/2013	401.955,19
762423	BRAD016	177	8,50%	RENAN ZATISCUA BENEZ	34719710940	28/03/2015	404.791,83
758479	BRAD016	178	8,70%	VALENTIM DOS SANTOS PEREZ	040417052971	12/03/2015	404.794,92
758479	BRAD016	179	8,50%	THOMAS JO KURITA	29618182189	08/01/2015	404.934,59
728576	BRAD016	180	9,20%	ESTEVÃO MOLICA NETO	57058646991	15/01/2014	404.275,60
747750	BRAD016	181	8,70%	RICARDO COELHO VIEIRA	88387194700	28/11/2014	401.478,10
746836	BRAD016	182	8,50%	NURIA ANNE CORONADO	251919376816	24/10/2014	405.181,71
743456	BRAD016	183	9,00%	FABIO BUSATO OSORIO	16292424899	17/05/2014	405.195,65
723632	BRAD016	184	8,40%	JOSE ROBERTO BRASILEIRO	01969158205	15/10/2013	405.192,19
716995	BRAD016	185	8,40%	MARCELO FERNANDES STRIST	04813939308	19/11/2013	405.202,22
732124	BRAD016	186	8,70%	CELIA REGIANE LOPES DE MELO FIGUEIREDO	06553584510	14/01/2014	405.434,38
747530	BRAD016	187	8,70%	MARCOS PAULO DE MORAES	21882715183	28/10/2014	404.871,96
747604	BRAD016	188	8,70%	MARCOS PAULO DE MORAES	17887075183	28/10/2014	404.873,06
716767	BRAD016	189	8,50%	FERNANDA MARTINS DOMINGUEZ	09337151370	15/11/2011	401.769,30
714500	BRAD016	190	8,40%	MARIA DA APARECIDA CORREIA DA SILVA	54341851973	24/05/2013	405.182,23
735403	BRAD016	191	8,70%	LAMINIA ANTUNES DE SOUZA SAO	310058892824	17/06/2014	405.541,47
732070	BRAD016	192	9,20%	ANDRE DE RITO RIBEIRO	07936781795	19/05/2014	405.765,10
738721	BRAD016	193	9,00%	FILIPPE FIGUEIREDO DE BRAGANCA E SILVA	21594474500	25/07/2014	406.008,95
736149	BRAD016	194	8,70%	ROBERTO CARLOS DE FRANCISCO	01661862184	26/06/2014	402.388,54
738551	BRAD016	195	8,50%	ALEX SANDRO RICHARDO	00536686261	28/04/2014	405.681,98
716452	BRAD016	196	8,40%	SUZANA MARIA SAUVARDINO MONTEIRO	32753693801	19/11/2013	406.335,42
724940	BRAD016	197	8,40%	MARCOS AURELIO MASSINI VIANI	01591259229	21/02/2014	406.395,00
738033	BRAD016	198	8,50%	OSCAR DE OLIVEIRA CAMPOS	04062636509	18/07/2014	405.860,28
734584	BRAD016	199	8,70%	FERNANDO LEMOS DE SOUZA	30401619393	05/06/2014	406.547,81
749165	BRAD016	200	9,20%	MARCO WINDSON RODRIGUES SILVA	026608711671	14/11/2014	406.321,80
736215	BRAD016	201	8,50%	ALEXANDRE ROMANO TURICORO	00595665655	27/06/2014	406.570,47
719587	BRAD016	202	8,50%	MARCO AURELIO CRISTINI	04685555835	18/12/2013	401.028,55
757365	BRAD016	203	8,70%	REINALDO APARECIDO BOCALETTI	29076156890	27/03/2015	406.964,55
767139	BRAD016	204	9,60%	MARIA DAS GRACAS CARVALHO CORREIA	24645877554	28/04/2015	406.470,51
750706	BRAD016	205	8,70%	EMILIANO CESAR TRAPP	02295898894	01/12/2014	406.990,18
728812	BRAD016	206	8,90%	ED BERTO KOZIO	99949828066	28/10/2014	406.244,11
761892	BRAD016	207	9,70%	NATALIA CORONEL DE LIMA LAGES	06767484776	27/05/2015	407.141,33
760991	BRAD016	208	8,70%	PAULO HENRIQUE DA SILVA COLARES	55827397204	19/06/2014	407.138,75
756384	BRAD016	209	8,50%	FATIMA POGGIAN LARA	73242829700	13/03/2015	407.239,79
751851	BRAD016	210	8,60%	RENATO SEVERINO DE FREITAS	84397895468	19/12/2014	406.505,97
759297	BRAD016	211	9,60%	ALYSSON ANTONIO ALVES E ALVES	05867245847	24/03/2015	407.261,22
748177	BRAD016	212	8,50%	MARCUS VINICIUS SANTANA	02578549808	04/11/2014	407.216,02
755056	BRAD016	213	8,50%	LUIZ FELIPE PIRES NASTARI	36566496353	28/07/2015	406.458,54
756369	BRAD016	214	8,70%	PAULO EDUARDO BERTELLI	96900867849	13/03/2015	406.939,86
742919	BRAD016	215	8,90%	NORA MARIA ALVES WISNIEWSKI	06508238842	10/09/2014	401.515,34
719749	BRAD016	216	8,50%	ROMULO GOMES GONCALVES	51377661191	01/04/2014	407.478,76
762749	BRAD016	217	9,00%	LADARIO RICARDO SOUZA	211715186818	09/04/2015	407.961,03
763434	BRAD016	218	8,20%	RENALDO JOSE MONTALVANO	19994118858	13/05/2015	407.255,07
759312	BRAD016	219	8,70%	RODRIGO WIDEKI NISHITANI	21643743804	24/03/2015	404.643,90
721221	BRAD016	220	8,50%	REINALDO NISHIMURA	22112567186	09/01/2014	407.907,80
745594	BRAD016	221	8,50%	RECE ANDRAE RODRIGUES	41034241292	08/08/2014	408.801,08
714927	BRAD016	222	8,50%	OTACIO ROBERTO CIRILLO MIERI	75780287815	05/11/2013	403.686,48
763055	BRAD016	223	9,00%	REGINALDO PEREIRA DE MENEZES	28990073363	13/05/2015	408.932,75
723724	BRAD016	224	8,40%	MARCO ANTONIO LONZETTI NUNES	01580291952	28/02/2014	409.024,42
724602	BRAD016	225	8,90%	PAULO RODRIGUES DOS SANTOS	07465664764	24/03/2014	408.980,94
741962	BRAD016	226	8,80%	IVANESSA DELLA TORRE	28357964558	18/09/2014	409.371,64
748316	BRAD016	227	8,70%	RENATO SEVERO EVANGELISTA	27070409822	12/11/2014	408.581,92
754680	BRAD016	228	8,70%	RONALD BELLIS DOS PASSOS	2351234768	07/01/2015	405.616,64
736100	BRAD016	229	8,40%	RICARDO ROZZETTI SANTARELLI	05036040683	27/06/2014	408.717,09
761827	BRAD016	230	9,20%	CAIUE GUERES E NELLO	12364507840	24/04/2015	406.100,66
732103	BRAD016	231	8,50%	FABIO ALEXANDRE DE CARVALHO	11578546473	14/05/2014	409.778,05
764387	BRAD016	232	9,20%	MARILIA CRUZ BARBOSA REIS	56830296844	27/05/2015	408.733,08
743025	BRAD016	233	8,80%	BARTOLOMEU RIBEIRO COUTINHO FILHO	85694061187	11/09/2014	401.015,89
781188	BRAD016	234	9,70%	CASSIO MURILDO DE NAKANO	15086483878	15/04/2015	404.394,69
740789	BRAD016	235	8,70%	WELLINGTON VAZ DA SILVA	00305320602	11/11/2014	401.216,44
724010	BRAD016	236	8,50%	CLAUDIO MAGGIORI	07740017804	17/01/2014	401.219,11
750490	BRAD016	237	8,50%	ANDRE TELES GOMES DA SILVA	21337403866	04/12/2014	406.685,50
759706	BRAD016	238	8,70%	ALYSSON JOSE DE ASSIS SANTANDNI	01109868332	17/03/2015	401.234,22
715508	BRAD016	239	8,50%	OTAVIO ANDRAE SANTANA	0133374745	04/12/2013	401.844,99

Handwritten signature and date: 01/08/2015

**CIBRASEC**Avenida Paulista, 1439 - 2ª St.  
Bela Vista - São Paulo - SP  
CEP 01311-200Tel. 55 11 4949 3000 Fax 55 11 4949  
cibrasec@cibrasec.com.br  
www.cibrasec.com.br

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (%)	Nome	CPF/CNPJ	Data de Assinatura	Saldo Devidor
733613	BRAD416	240	8,72%	LUIS FERNANDO WERNER	00835559935	09/01/2025	411.235,33
734059	BRAD416	241	8,50%	LEANDRO DE CARVALHO MACIEL	0077068757	04/11/2014	410.675,13
734547	BRAD416	242	8,34%	RICARDO DE ALMEIDA	073089174504	06/06/2014	411.109,66
736185	BRAD416	243	9,00%	ARLEN Figueiredo de Aguiar	874734365800	24/04/2015	406.905,75
736888	BRAD416	244	8,70%	COICHI URANO	22765105842	14/11/2014	412.620,46
734882	BRAD416	245	8,80%	FERNANDO TOMELES JUNIOR	28921041835	06/06/2014	413.531,14
734811	BRAD416	246	9,20%	GUIMAR CHAGAS DA SILVA	00062841109	04/09/2014	411.810,77
735120	BRAD416	247	8,70%	ANTONIO PAULO PONTES	61958541872	10/03/2015	411.599,96
735699	BRAD416	248	8,90%	LUCIO DE FERRA DE SOUSA	00835066670	20/06/2014	411.999,17
735721	BRAD416	249	8,70%	EDUARDO FERREIRINHO	22944516856	18/07/2015	412.030,07
735089	BRAD416	250	8,50%	EDSON CARPENTIER	73559029887	28/10/2013	411.619,85
736554	BRAD416	251	8,30%	RODRIGO STRASSACAPPA	21871587866	05/08/2011	412.318,96
732776	BRAD416	252	8,80%	LUÇAS MARTINS SISELI	81764188817	26/05/2014	412.747,13
735520	BRAD416	253	9,40%	ROGER LUIZ DO ROSARIO	310881263054	22/05/2015	408.874,04
736174	BRAD416	254	8,50%	LISETE MARIA WEBERLAND	80533554915	28/04/2015	408.918,86
729557	BRAD416	255	8,50%	JOHN WESLEY NASCIMENTO VELOSO	656161559572	14/04/2014	412.662,40
745135	BRAD416	256	8,70%	ROSENI SILVESTRE DA SILVA	49111185649	05/10/2014	412.747,74
719509	BRAD416	257	8,60%	IVO CANDIDO CORREA FILHO	38754194149	16/12/2013	412.713,80
732708	BRAD416	258	9,40%	MARILENE FERNANDES MAMA RIOS	0462082523	07/05/2015	412.220,02
721500	BRAD416	259	8,00%	TABIO ANTONIO ALVES PISSARRA	0967108877	16/01/2014	407.710,52
736379	BRAD416	260	9,40%	VERA LUCIA TUGO	05010021801	15/05/2015	412.601,55
753446	BRAD416	261	8,90%	ADALDO SALES ALVES ZEIN MONETTA	96317277922	06/01/2025	412.852,52
741232	BRAD416	262	8,60%	EDIPSON ZAMBARI	27936048850	27/08/2014	413.066,66
738617	BRAD416	263	8,90%	ALEXANDER LOPES	14671735845	03/07/2014	413.318,36
740293	BRAD416	264	8,50%	RAFAEL HENRIQUE PONCHOIO	3206452824	13/08/2014	413.361,51
738867	BRAD416	265	8,70%	ALAN SHIMIZUYAMA	34846462084	28/07/2024	412.354,59
726529	BRAD416	266	8,40%	MARCO AURELIO DE FIGUEIREDO FREITAS	00784019109	13/03/2014	413.610,78
733257	BRAD416	267	9,20%	RENATO PANIERI	24834181577	14/05/2015	413.709,71
747743	BRAD416	268	8,70%	FRANCISCO GUILHERME LUIZA NETO	23403004368	28/10/2014	413.688,51
725545	BRAD416	269	8,40%	MARCO ANTONIO GONÇALVES	093737495899	28/02/2014	408.512,82
731518	BRAD416	270	10,00%	JOSE EDUARDO SANTOS DE ASSIS	01555224451	05/09/2014	413.791,20
731967	BRAD416	271	8,70%	OSWALDO LUZ ARROYO	03882397288	16/12/2014	413.697,56
715980	BRAD416	272	8,50%	JOSE VIEIRA MONTEIRO	1240666670	18/12/2013	413.904,58
729172	BRAD416	273	8,50%	EDUARDO OTAVIO VIEIRA SOARES	3396048033	11/04/2014	414.090,27
726536	BRAD416	274	8,50%	LEANDRO CASSIANO FERNANDES	21938428837	17/03/2014	413.150,90
731859	BRAD416	275	8,50%	VINÍCIUS SUZANA VIEIRA	07169828730	17/12/2013	410.418,19
719468	BRAD416	276	9,00%	JURANDIR JOSÉ CERQUEIRA DANTAS JUNIOR	05041945534	05/12/2013	410.568,12
727873	BRAD416	277	9,00%	WILTON PAVINI	99182129780	05/01/2014	413.995,92
714787	BRAD416	278	8,50%	GLAUCO HILZARD	18781123841	28/11/2013	414.371,46
730406	BRAD416	279	8,50%	PAULO ROBERTO VIANA	451212404345	25/04/2014	413.708,81
731896	BRAD416	280	8,40%	GUILHERME DE SOUZA COCHINE	51361896809	07/11/2013	414.033,22
767403	BRAD416	281	9,60%	THAIS ALMEIDA RODRIGUES	07750557601	28/04/2015	414.734,42
737860	BRAD416	282	8,50%	FRANCISCO FERREIRA LIMA JUNIOR	5818627100	17/07/2014	411.080,03
746751	BRAD416	283	8,50%	NILTON FORCARI	50520206786	02/11/2014	414.953,28
762290	BRAD416	284	8,70%	EMERSON OLIVEIRA TEIXEIRA	4341021300	27/11/2014	414.971,55
739940	BRAD416	285	9,00%	FABIO AUGUSTO STOLLE DE BORBA	3137934963	13/01/2014	415.135,61
750693	BRAD416	286	8,70%	ALEXANDRE RAS-TOS CONDEIRO	3137934963	26/01/2015	415.135,61
749047	BRAD416	287	8,50%	FRANCISCO MILSON DA SILVA	1536152687	19/11/2014	415.421,71
757826	BRAD416	288	8,70%	GABRIEL SALETTI PINOTTI	379711512873	05/08/2015	415.269,38
758477	BRAD416	289	9,20%	CLEMILTON FERREIRA PACHECO	72682523315	12/04/2015	415.291,57
758358	BRAD416	290	8,70%	JOSE PLANELLIS GIL	00445129222	12/04/2015	415.297,05
752210	BRAD416	291	8,50%	ELISON COSTA PERINI	01129891011	18/12/2014	413.665,58
734593	BRAD416	292	8,90%	LIGINIO OKAWARA	94286158858	11/06/2014	414.904,33
752777	BRAD416	293	8,70%	DANILU JOSE BAVARESCO MAZZI	17027956859	23/12/2014	425.719,77
741233	BRAD416	294	8,60%	EDERSON ZAMBARI	27936048850	02/08/2014	415.753,56
739919	BRAD416	295	8,90%	FABIO WILSON MATOS PIO	51103001272	05/08/2014	415.813,37
754996	BRAD416	296	8,70%	ALEXANDRE ACCIURIO GRASSIECHI	49054142329	27/01/2015	416.205,59
716193	BRAD416	297	8,20%	LUÇAS MARCIO WUJATA	29099174201	15/11/2013	415.434,03
736879	BRAD416	298	9,20%	GERARDO MARCOS SOARES DE SOUZA	18384676926	22/01/2014	416.342,77
720568	BRAD416	299	8,90%	ROGERIO DONDA	12428678973	27/12/2013	416.474,55
750867	BRAD416	300	8,70%	WILLIAM KIMOSH OWIA	10667576855	27/03/2015	416.602,74
746042	BRAD416	301	9,20%	ALEXANDRE MONTEIRO GONÇAGA	90354156167	15/12/2014	416.612,79
750365	BRAD416	302	8,80%	MARCO EDUARDO COLLA FRANCISCO	05466503807	27/11/2014	416.910,14
735531	BRAD416	303	9,40%	ERICK JENIOR GUIDO NEMEY	28304448923	20/05/2015	415.701,78
744567	BRAD416	304	8,70%	JOSE PEDRES JOAO CARMO	12736372100	26/09/2014	416.697,06
712439	BRAD416	305	8,40%	ROGERIO DA SILVA BORGES	6688526668	13/01/2014	416.756,49
718331	BRAD416	306	8,50%	SABRINA D'AVILA CASTAGNA	02650041844	03/12/2013	416.811,98
751871	BRAD416	307	9,50%	BEATRIZ DOMINGUES PRASAS MARQUES	2057060816	18/05/2015	417.052,58
732178	BRAD416	308	8,80%	MARIVILDO MAIA MOREIRA	93938460572	19/01/2014	417.088,86
751757	BRAD416	309	8,80%	MARILU VICTOR BENEVIDA	81270090913	06/02/2015	417.310,19
749106	BRAD416	310	9,20%	JOSE AFONSO DE MORAES NETO	15770516405	15/01/2015	416.784,16
717338	BRAD416	311	8,60%	ADALBERTO FLORENCO	182109579601	14/11/2014	417.876,31
752224	BRAD416	312	8,50%	LEONARDO MORAES WANDERLEY	31359001735	25/11/2013	413.678,80
752984	BRAD416	313	8,80%	LEONORA ARNOLD MARTINS FERREIRA	27449726866	16/06/2014	412.290,09
752547	BRAD416	314	9,20%	FERNANDO ANTONIO FOLLADOR	95693080872	11/06/2015	425.856,27
752527	BRAD416	315	8,40%	MARCELO VIDOTTO MANTOVANELI	32021790600	27/02/2014	413.863,09
752358	BRAD416	316	8,00%	EUGENIO LIBERATOIN VELASQUES	44599985700	19/12/2014	417.376,94
752085	BRAD416	317	8,70%	SHOITI NISHITANI	40053043887	24/03/2015	413.138,50
752706	BRAD416	318	8,15%	ANGELICA MARICATO DA COSTA	31517289811	28/02/2014	418.235,29
747166	BRAD416	319	8,50%	VANSEMBERGUES ALVES DE SOUZA	38912125334	28/11/2014	418.324,11
753176	BRAD416	320	8,50%	GABRIEL AGUIAR DA SILVA	35051508810	26/12/2014	418.519,93
747495	BRAD416	321	8,50%	RUBENS BASILIO	08935977882	25/01/2014	418.538,11



**CIBRASEC**Avenida Paulista, 1439 - 2º SI  
Bela Vista, São Paulo - SP  
CEP 01311-200Tel: 55 11 4949 3000 Fax: 55 11 4949  
cibrasec@cibrasec.com.br  
www.cibrasec.com.br

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (a.a.)	Nome	CPF/CNPJ	Data de Assinatura	Saldo Devidor
787840	BRAD016	322	9,70%	DANIELA KELLY	0934641934	29/11/2015	414.837,35
727015	BRAD016	323	8,50%	EDUARDO ZELAC KANO	0552888737	17/01/2014	418.723,53
754337	BRAD016	324	8,70%	JOAO PAULO VELLOSO MEDITRADO SANTOS	80470280558	20/01/2015	419.142,06
762953	BRAD016	325	8,90%	MARCIONE FERREIRA DA SILVA	77466553434	13/05/2015	415.514,68
723772	BRAD016	326	8,40%	JOAQUIM JOSE CORREIA ASSUNCAO JUNIOR	28298171345	06/02/2014	419.363,29
746563	BRAD016	327	8,70%	DANIEL DE SABOYA GOUVEIA	61583243372	20/01/2014	419.424,74
736529	BRAD016	328	8,70%	HELIO LIRA MAR NHO	48206141704	02/07/2014	419.228,10
127058	BRAD016	329	8,40%	ROBERTO NICOLAS SIVONDA	1341520681	15/03/2014	419.848,35
724426	BRAD016	330	8,20%	EMERSON FERNANDES DA CUNHA	62571994187	14/02/2014	420.206,81
755669	BRAD016	331	8,20%	VERLONDO AGUIAR DA ROCHA	196894021870	26/01/2015	419.855,61
720665	BRAD016	332	8,40%	JOAO CARLOS GUERREIRO	12683402862	02/01/2014	420.284,71
760124	BRAD016	333	9,10%	ALEXANDRE NOGUEIRA ZONARELE	15999402861	05/04/2015	420.666,83
242551	BRAD016	334	8,90%	MAURICIO MORETE	12154543903	08/09/2014	420.657,63
755488	BRAD016	335	8,70%	GRASIELA SIMON DE SOUZA RIBEIRO	02102012967	03/02/2015	420.910,69
753861	BRAD016	336	8,70%	WALTER FLORESTO BARBOSA SILVA	22470304830	15/01/2015	421.013,88
710199	BRAD016	337	8,50%	PAULO ROBERTO ESTEVES PEREETTI	76690807068	02/22/2013	421.111,86
713741	BRAD016	338	8,40%	RENATO BARBOSA CUNHA	05191136650	16/09/2013	421.134,83
748374	BRAD016	339	8,50%	ROGERIO DA ROCHA SANTIAGO	11420852801	06/21/2014	421.298,17
757508	BRAD016	340	8,70%	LISSANDRO BARBOSA DA SILVA	71655958053	02/08/2015	421.502,48
746684	BRAD016	341	8,70%	THIEME SENELO BARBOS	02600292174	27/10/2014	421.525,88
761195	BRAD016	342	8,70%	DANIELA SCARABEL	12833019860	15/04/2015	421.793,50
743268	BRAD016	343	9,20%	CHAURO GOMES JESUS	12301329876	12/05/2015	421.801,75
715161	BRAD016	344	8,50%	ALCEMAR SALVADOR	46817455200	09/11/2013	421.787,60
712410	BRAD016	345	8,90%	ANA PAULA ROSA QUERO CARREIRO	25867144605	22/05/2014	421.922,90
728354	BRAD016	346	8,50%	WILLIAM FERNANDES SILVA JUNIOR	0666382851	01/04/2014	421.918,05
753999	BRAD016	347	8,70%	ANDRE LUIS DA SILVA FRANCA DE OLIVEIRA	70241957141	14/01/2015	421.979,72
758534	BRAD016	348	8,70%	REGINALDO YAMAGUCHI HISA	04541685185	13/02/2015	421.119,93
757444	BRAD016	349	8,80%	ROBERTO FERNANDES DE LIMA	24716158802	06/01/2015	422.034,52
764180	BRAD016	350	8,70%	IVANILDE DE LIMA BARBOSA	16033348287	26/05/2015	422.072,67
722009	BRAD016	351	8,00%	DEMILSON FARIAS DE OLIVEIRA	21727671846	24/01/2014	422.212,39
752937	BRAD016	352	8,90%	JOSE VINICIUS KAHN	28776881165	26/07/2014	422.335,73
787865	BRAD016	353	8,80%	IGOR CARVALHO DIAS	21819315841	17/07/2014	422.561,87
737214	BRAD016	354	8,60%	EDUARDO CABRAL DE AMERICO	26249474204	10/07/2014	422.566,15
724826	BRAD016	355	8,40%	MARCUS VINICIUS FERNANDES RYANMOTO	12881918919	10/02/2014	422.624,07
752850	BRAD016	356	8,80%	CELSUS CALVO	36869287125	16/07/2014	423.617,84
757351	BRAD016	357	9,80%	LAERCIO MUNHOZ JUNIOR	02084552855	27/02/2015	419.261,46
753162	BRAD016	358	8,50%	JOSE NORBERTO FLEISCH	04794993867	26/02/2014	423.143,85
754307	BRAD016	359	8,60%	FELIPE VAZ AMORIM	66275351091	08/10/2015	423.298,89
754073	BRAD016	360	8,60%	CARLOS ANTONIO COIMBRA SOUSA	02697951385	15/01/2015	423.369,00
718479	BRAD016	361	8,50%	GERALDO EDUARDO PINHEIRO	04023939816	04/02/2015	422.853,11
758652	BRAD016	362	8,70%	DINO MARCOCCIA DE LIMA	36958587880	16/08/2015	422.856,75
748329	BRAD016	363	8,90%	LUIS FERNANDO BARBOSA	33082366805	06/01/2014	419.658,76
751966	BRAD016	364	8,70%	OSWALDO LUIZ ARROYO	01982397858	16/02/2014	423.386,26
717462	BRAD016	365	8,90%	ROGERIO BURASCHI LANTES	61155528875	18/07/2014	423.596,75
714488	BRAD016	366	8,50%	LUIS HENRIQUE CATELAN MUNHOZ	61524787134	30/10/2013	421.788,74
749913	BRAD016	367	8,70%	HILTON DE AGUIAR FERNANDES DO NASCIMENTO	10767920752	12/03/2014	421.831,26
757443	BRAD016	368	9,70%	CARLOS EDUARDO LUIS RIBEIRO	30201128893	05/01/2015	423.989,99
760016	BRAD016	369	9,20%	TOMMY HANNA LAGES	21310160351	27/03/2015	420.285,23
760167	BRAD016	370	8,70%	DANIEL FAVA KUNIGEN	31111768824	13/04/2015	424.134,99
755994	BRAD016	371	8,70%	MELZA BORGES BONINI	05351911149	09/03/2015	420.493,74
717582	BRAD016	372	8,50%	CRISTIANE JORDAO HUBN	96400722734	26/11/2013	424.405,35
745641	BRAD016	373	8,70%	CARLOS EDUARDO MAGALHAES AVELLAR DA COSTA	95682007700	10/10/2014	424.569,61
717865	BRAD016	374	8,50%	LEONARDO PEREIRA DE ARAUJO	80884131720	26/11/2013	420.726,08
745637	BRAD016	375	8,70%	LACIETE MEYER DE CASTRO ALVES	77475305368	10/01/2014	424.739,50
716991	BRAD016	376	8,40%	GIBERTO CARLOS BATISTA NEVES	18645167457	20/11/2013	424.683,67
743125	BRAD016	377	9,70%	BRIANO ALVES IMPORNI NUIZ	56455502625	26/08/2014	424.920,78
719167	BRAD016	378	8,50%	LUIZ GOMES LAGES	19841976858	27/11/2013	424.944,13
725208	BRAD016	379	8,50%	SIMONE DRONZONES	26279987879	13/03/2014	425.278,17
754901	BRAD016	380	8,50%	MARCIO TAVARES MONTEIRO	54441753234	27/01/2015	425.071,25
739230	BRAD016	381	9,20%	LUCIMAR CELIA	81981589987	23/04/2014	425.124,56
745584	BRAD016	382	8,60%	RODRIGO FREITAS FLAQUIER	69580727049	13/10/2014	425.504,92
717042	BRAD016	383	8,50%	FABIANO BORGES FIGUEIREDO	28311538397	21/11/2013	425.401,15
716891	BRAD016	384	8,50%	MARCIO DE OLIVEIRA ROCHA	08746014573	19/11/2013	425.722,95
721995	BRAD016	385	8,00%	PAULO ROGERIO SILVA	28242789860	18/10/2013	425.838,32
750521	BRAD016	386	8,60%	MARIA DOLORES PEREIRA	12246832349	26/01/2014	421.163,45
720150	BRAD016	387	8,50%	DITCA PEDROSA MENDES MOLINA	89839550406	14/12/2013	426.448,05
754298	BRAD016	388	8,50%	FABIO ALVARO RODRIGUES	14884848339	19/01/2015	426.523,20
715509	BRAD016	389	8,40%	FONIZA DA SILVA PIAUINHO	56873707823	12/03/2014	426.515,05
760679	BRAD016	390	9,80%	CELSO NADYRINO TAWARI	31239810359	10/04/2015	426.259,55
748828	BRAD016	391	8,50%	FELIPE FONSECA HANSEL REBELO	11857390051	11/12/2014	426.134,86
720149	BRAD016	392	8,50%	ADRIANA MARIA RIBEIRO GASPARINI	80749716034	26/02/2013	426.784,86
721786	BRAD016	393	8,50%	LEONARDO LOPES DA SILVA	25624552816	15/01/2014	422.994,50
742669	BRAD016	394	9,20%	JOSE TADEU SPESOTTO	93820001800	08/09/2014	422.347,55
740168	BRAD016	395	8,90%	RONALDO SALVATICO	09338484809	12/08/2014	426.996,23
783777	BRAD016	396	9,70%	JONATAS ANCOSQUI LEITAO	34395062808	03/12/2015	427.079,97
715000	BRAD016	397	10,00%	LUIS HENRIQUE CRUZ	01650173874	28/10/2013	426.265,02
752808	BRAD016	398	8,60%	MARCIO ROBERTO PERON	14573337800	26/12/2014	423.477,10
759401	BRAD016	399	8,80%	THIANNA SILVA DOS REIS	08156490712	27/09/2015	422.378,15
761848	BRAD016	400	9,90%	FRANCISCO CARLOS FRANCO	00501715807	24/04/2015	422.871,33
740734	BRAD016	401	8,70%	EDUARDO DE BARROS LIMA	87173921101	15/08/2014	427.002,69
734529	BRAD016	402	8,40%	SILVANA FLUIGER SILVA	05780021830	18/02/2014	427.725,99
725153	BRAD016	403	8,80%	ELIZABETH LUIZ FERREIRA	71154780644	28/01/2014	424.286,27



**CIBRASEC**

Avenida Paulista 1439 - 2º St  
Bela Vista, São Paulo - SP  
CEP 01311-200

Tel: 55 11 4949 3000 Fax 55 11 4949  
cibrasec@cibrasec.com.br  
www.cibrasec.com.br

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (a.a.)	Nome	CPI/CNPJ	Data de Assinatura	Saldo Devedor
746177	BRAC416	304	8,90%	AUGUSTO CESAR FERREIRA MATIAS	42169849434	15/12/2014	428.205,73
746359	BRAC416	405	8,70%	NATÁLIA PICCOLI DOS SANTOS DOREA COSTA	0398394733	06/12/2014	428.506,09
752039	BRAC416	406	8,70%	OSWALDO LUIZ ARROYO	03983978958	17/12/2014	429.239,36
752254	BRAC416	407	8,90%	VACINER EAI	99904208004	18/12/2014	429.747,43
753181	BRAC416	409	8,90%	RUIRDO DOS SANTOS LISBOA	42904004600	12/03/2015	429.999,19
762900	BRAC416	410	8,90%	COSMI DOS SANTOS	30351290836	19/12/2014	430.032,27
747329	BRAC416	411	8,60%	HENRIQUE MACHADO	6413527791	11/05/2015	430.948,08
729649	BRAC416	412	8,80%	WALID MOHAMMED EL TOGHIOBI	04793453686	28/10/2014	430.209,23
733571	BRAC416	413	8,40%	THIAGO RICHTER BACCIN	14277608484	24/04/2014	430.299,12
739738	BRAC416	414	8,90%	WILSON CALI	96058877015	28/05/2014	430.359,08
757911	BRAC416	415	8,70%	ANTONIO CARLOS BIZ ROSA ANTUNES	20911500847	20/05/2014	432.690,98
731518	BRAC416	416	8,90%	JOSE MARIA DOS REIS BATISTA	04178808846	06/03/2015	426.601,72
759020	BRAC416	417	8,90%	RODRIGO FOMAZARDI DRETTES	11415818336	08/05/2014	430.669,96
760114	BRAC416	418	9,90%	CELO LUIS PREVIATTI	33013385855	25/03/2015	430.715,77
749190	BRAC416	419	9,90%	DIOGENES NUNES REZIO	56847794008	27/03/2015	430.719,80
736780	BRAC416	420	8,60%	KELDER SOUSA CAMPOS	94750418134	14/11/2014	430.661,67
759777	BRAC416	421	8,70%	CEZAR AUGUSTO NAKANO	06256702646	04/07/2014	430.811,09
716866	BRAC416	422	8,30%	RODRIGO DA CUNHA MANGELLI	18079178209	27/03/2015	430.865,46
756178	BRAC416	423	8,70%	CARLOS ALBERTO FRASCARELLI	07566447782	19/11/2013	430.855,13
759268	BRAC416	424	8,70%	RODRIGO BELARMINO DE HOLANDA BRANDAO	34746460818	11/02/2015	432.699,88
731187	BRAC416	425	8,50%	REINALDO LUCIANO PEREIRA	2122780393	23/03/2015	431.031,16
755020	BRAC416	426	8,50%	FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA RODRIGUES	31977528805	18/06/2015	432.226,93
726117	BRAC416	427	0,30%	MARIA DE FATIMA CAVALCANTE NABRANO	89701267400	28/01/2015	432.029,95
731744	BRAC416	428	9,20%	MACQUELIN CRISTINA VALE JASCONCELOS	87737826483	10/09/2014	431.088,73
757933	BRAC416	429	8,50%	CALETTO GILBERTO DA SILVA JUNIOR	33182782300	17/09/2014	431.319,21
756483	BRAC416	430	8,70%	FILIPPE FIGUEIREDO DE BRAGANÇA E SILVA	88779536807	05/09/2015	430.727,31
761010	BRAC416	431	8,70%	LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA	2159647800	18/12/2013	431.474,14
761338	BRAC416	432	8,90%	ALEXANDRE HARICH	07101811698	10/04/2015	431.542,82
755057	BRAC416	433	9,70%	CARLOS RODRIGO KOCH	28177358803	16/04/2015	432.568,27
757943	BRAC416	434	8,70%	REINALDO HUMBERTO EDNA FOLHARINI	95768452068	09/02/2015	430.953,96
757885	BRAC416	435	8,50%	RAFAELA PINHEIRO WEBER	70286601853	17/07/2014	431.081,66
741238	BRAC416	436	8,50%	GABRIEL FERRANDO ALVARES PONTES	08185992187	05/03/2015	431.895,47
748502	BRAC416	437	8,70%	JORDI CAMILA RODRIGUES	21795400862	02/05/2014	431.878,86
764155	BRAC416	438	9,40%	JOAQUIM ASSUNÇÃO MARINI	07360388847	26/01/2014	427.909,08
764156	BRAC416	439	9,10%	BRUNO POMPEO DE CAMARGO ORTOLAN	39738126807	26/05/2015	429.721,34
763781	BRAC416	440	9,80%	WILLIAM ALVES LIMA	15131591845	25/10/2015	427.344,37
764417	BRAC416	441	9,90%	LEONARDO EMANUEL MENDONÇA LACERDA	80033359100	20/02/2015	432.412,27
727497	BRAC416	442	9,70%	MARIA APARECIDA FORTUNA DE CARVALHO	01007185497	27/05/2015	431.465,78
744239	BRAC416	443	8,40%	JULIANA ASSOLARI ADAMIO CORTEZ	19605547980	28/03/2014	432.401,22
741525	BRAC416	444	8,60%	ALEX CAMILO DE LELIS NISHIMURA PAMPONET DE OLIVEIRA	19160447878	12/02/2014	428.511,42
744852	BRAC416	445	8,40%	EDUARDO COLCENATI ANTUNES	17111746009	27/08/2014	432.627,28
738439	BRAC416	446	8,90%	ANDRÉ FRAGA	02231566039	01/10/2014	432.889,99
759115	BRAC416	447	8,90%	MARCIA APARECIDA DE PAULA	01833049190	24/07/2014	429.081,40
721647	BRAC416	448	8,50%	JACQUELINE FERREIRAS ORMONDE	08074836880	20/01/2015	429.070,60
740912	BRAC416	449	8,90%	ESTEVAN HERRAZ DE LARA	19889156469	13/11/2013	433.191,40
722052	BRAC416	450	8,50%	FABIANE ROMANA RODRIGUES	33248282404	20/08/2014	433.511,01
759680	BRAC416	451	8,70%	PATRICIA CAMARGO METRI	14748889558	23/02/2014	429.529,51
761597	BRAC416	452	9,40%	DIOGO BERTOFF COELHO LOBO	10002767071	27/03/2015	433.626,46
729455	BRAC416	453	8,50%	ANTONIO CARLOS FLORENCIO	05519601255	19/05/2015	433.741,27
749273	BRAC416	454	8,80%	FRANCISCO ATIS GONCALVES NETO	03929518827	22/04/2014	429.136,23
739662	BRAC416	455	8,60%	MÔNICA LINDOIRA PEREIRA	20888178187	14/12/2014	432.948,01
742631	BRAC416	456	9,90%	WANESSA RODRIGUES DOS SANTOS	12147130842	12/08/2014	434.279,01
731852	BRAC416	457	8,90%	EDSON ROBERTO PILOTT	35501293862	08/09/2014	434.394,12
748725	BRAC416	458	8,90%	LEANDRO FERREIRA	05582677052	16/05/2014	430.197,12
735174	BRAC416	459	8,90%	ANDRÉ MONTEIRO MORGEE	07560825972	30/11/2014	432.862,79
760274	BRAC416	460	9,00%	PATRICIA FALCINHO	19064331683	16/06/2014	434.546,37
742502	BRAC416	461	8,50%	FERNANDO DO CARMO PELEGONI	21445318500	09/06/2015	434.988,19
734162	BRAC416	462	8,70%	FABIO HEREDIA SEIKAS	70685366914	03/09/2014	435.054,78
737359	BRAC416	463	8,70%	TERESA MARIA GOES BUARQUE	19101696914	03/08/2014	435.182,97
753630	BRAC416	464	8,70%	WALLACE PEREIRA CARDOSO	17128882572	17/02/2015	434.682,87
748999	BRAC416	465	8,50%	PRISCILA MARIA DE SORON LOPES	00259597939	24/02/2015	431.740,96
732396	BRAC416	466	8,60%	OSCAR HENRIQUE GONCALVES	04043676886	02/10/2014	431.715,70
751596	BRAC416	467	8,90%	EDIVANDU WANDERLEY GONCALVES	98494740091	19/12/2014	435.983,13
744159	BRAC416	468	8,90%	FERNANDA GABRIELLE FREITAS NABOR DA SILVA	48356626187	11/12/2014	436.037,49
753998	BRAC416	469	8,70%	SÔNIA MARIA LEMOS BRANCATO CAMARINHA	82415715353	18/07/2014	436.985,41
751850	BRAC416	470	8,50%	CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA	3137838837	16/12/2015	436.555,47
759019	BRAC416	471	9,70%	PEDRO LUIZ LIMA SOUZA	37018788803	13/11/2014	431.911,46
733250	BRAC416	472	8,80%	MAURO EDUARDO NEULSCHWANDER	01520218810	19/03/2015	436.926,68
754058	BRAC416	473	8,60%	MELISSA CRISTINA NERIS	04042384676	28/03/2014	437.062,30
731459	BRAC416	474	8,50%	ALESSANDRA RABELO JORDAO	28004002854	09/05/2015	437.104,67
733603	BRAC416	475	8,70%	EDRISON ZAMBASI	267355181802	13/05/2014	437.237,05
741734	BRAC416	476	8,60%	EDRISON ANTONIO MONTEIRO JUNIOR	04813176831	28/05/2014	436.990,88
754338	BRAC416	477	8,60%	CARLOS ALBERTO GUIMARÃES FILHO	27630549850	22/08/2014	431.530,97
752087	BRAC416	478	8,90%	RIITA DE CASSIA MARCELO JASCONCELOS	11631139836	22/01/2015	438.115,55
751231	BRAC416	479	8,50%	ANTONIO ALENCAR DE SOUZA	99516091915	16/12/2015	438.188,05
736449	BRAC416	480	8,50%	JULIA FUTARI	18601562899	10/07/2014	438.238,74
756091	BRAC416	481	8,50%	RONIDNEI GUERRA DE SOUZA	26760156661	03/07/2014	438.990,65
738368	BRAC416	482	8,90%	EDITH CHASTINET DE CARVALHO DALTO	01303877558	11/02/2015	438.855,89
762418	BRAC416	483	8,70%	ROSANA MARIA CONSTANTINO MANGANO	63420105553	23/07/2014	439.031,28
757719	BRAC416	484	8,70%	LEONARDO GROTTTO	07435071854	28/04/2015	438.866,87
760336	BRAC416	485	9,60%	FREDERICO DAVID JUNG MALCON	20184510676	04/03/2015	438.927,65
					00996304002	05/04/2015	439.322,13

Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (a.a)	Nome	CPF/CNPJ	Data de Assinatura	Saldo Devedor
717544	BRAD016	485	8,00%	VITOR MEDEIROS DE FARIAS	63453262300	28/12/2013	439.561,33
749549	BRAD016	487	8,70%	MARCO ANDREY VELLASQUEZ LINS	89618147791	02/12/2014	459.654,58
755757	BRAD016	488	8,60%	SERGIO AUGUSTO CAPARROCE	11211050900	11/02/2015	439.739,96
732664	BRAD016	489	8,30%	RENATO ANDREASSA	389764217803	05/02/2014	404.051,47
754877	BRAD016	490	8,70%	MARCIA DE BRITTO DA ROCHA	01041899750	23/01/2015	436.526,11
739321	BRAD016	491	8,60%	NILSON VIEIRA ACRIOVERDE DE MORAIS	77165837434	04/08/2014	438.779,05
758778	BRAD016	492	8,70%	HERMES SILVESTRE GOMES DOS SANTOS	10574148736	11/02/2015	441.048,29
729533	BRAD016	493	8,80%	PEDRO FLAUSNER MARQUES LIMA	20821274372	11/04/2014	440.990,19
764216	BRAD016	494	9,20%	RICARDO BIANCHI	014481342540	08/04/2014	440.910,91
716041	BRAD016	495	9,40%	RICARDO ARIEL ACURI	21805156850	25/01/2015	436.154,14
759025	BRAD016	496	8,80%	LAURO JOSE SENARAO	31950512875	15/05/2014	441.739,26
764036	BRAD016	497	9,20%	MILENA TESSARI GRANDI	30331715873	28/05/2015	442.001,41
735941	BRAD016	498	9,20%	GUSTAVO SARTOR SGABRI	026701045535	25/05/2015	442.170,00
764550	BRAD016	499	8,70%	FABRICIO ANDRADE DOS REIS	84481578877	27/08/2014	441.552,45
764134	BRAD016	500	9,80%	ELIANE DE OLIVEIRA CABRAL	36411193879	07/05/2015	442.420,55
741633	BRAD016	501	8,90%	SONIA REGINA GUERRA CAVARCO	11292395795	24/11/2014	438.386,61
762216	BRAD016	502	9,70%	KARINA FERNANDES FELICIANO	07784929757	05/01/2015	442.471,80
764866	BRAD016	503	8,70%	THIAGO DE FARIAS MARTINS	291512841804	21/03/2014	442.493,43
757801	BRAD016	504	8,70%	DANIELLE SANTOS MOTAFO	09776266700	28/04/2015	438.522,72
727328	BRAD016	505	8,40%	CAMILA RODRIGUES ALVES PEREIRA	062339017848	17/10/2013	443.041,83
762302	BRAD016	506	9,20%	LUIZ EDUARDO DE SOUZA MOUTA	14689358867	24/02/2014	443.205,27
711811	BRAD016	507	8,50%	CELIA REGINA CACCIRES DE LEMME GUTUNHO	248952512602	24/02/2014	442.795,35
750354	BRAD016	508	8,70%	ALDANOR DE SANCHEZ ALVAREZ	44949839601	19/11/2014	444.094,58
725060	BRAD016	509	8,50%	ALEX SANDRO DE SOUZA FORMIGONI	024914042875	27/12/2013	444.211,23
749454	BRAD016	510	8,50%	ARL NOD GONDIM	08376246810	28/04/2014	444.235,85
726066	BRAD016	511	8,50%	MARIA LUIZA MACHO KACHAN	08225304727	28/01/2015	440.345,49
730628	BRAD016	512	8,50%	GLAUCO TEIXEIRA JACOMASSI	21859385809	25/11/2014	444.502,79
753390	BRAD016	513	8,70%	YAN DAVID DE JESUS LIMA	19478110819	17/10/2013	444.419,38
749521	BRAD016	514	8,60%	ANGELA CRISTINA GALDI	25836515848	27/03/2015	444.441,20
711854	BRAD016	515	8,50%	LEANDRO OLIVEIRA SANTORO	11429186873	01/04/2014	444.359,09
764129	BRAD016	516	8,80%	MARCELO ANGELO GASPAROTTO	15113114586	18/04/2014	445.421,30
726164	BRAD016	517	8,50%	MARCUS ANTONIO TEIXEIRA	04050960767	21/11/2014	445.518,25
735502	BRAD016	518	9,00%	JOSÉ CENSO DO NASCIMENTO DOS SANTOS	70668750187	25/01/2014	446.386,32
749778	BRAD016	519	8,60%	LUAN BEZERRA DO NASCIMENTO	082129354812	21/06/2014	446.777,75
727126	BRAD016	520	8,50%	DANILLO PEIXOTO DE OLIVEIRA	00583120810	09/04/2014	446.855,34
735703	BRAD016	521	8,50%	MARCELO SCANO BANCHETTI	956591405591	07/12/2014	447.013,14
726028	BRAD016	522	8,50%	WILSON ANTUNES DE MORAES	27872108865	10/04/2014	446.588,17
750835	BRAD016	523	9,20%	MARCIA REGINA PRAZIERES	27512990925	04/01/2015	446.710,53
728552	BRAD016	524	8,60%	RICARDO DOS SANTOS	71861407382	20/01/2015	447.196,95
758307	BRAD016	525	8,70%	ARVALDO RESLAN SALEM	33411592506	18/11/2014	447.343,94
754589	BRAD016	526	8,50%	JANG MI CHOI	07212707784	14/04/2014	447.787,84
764316	BRAD016	527	8,70%	LEANDRO MIRANDA TOMAIA	21694510234	13/01/2015	448.005,21
764034	BRAD016	528	8,90%	SAMUEL TORRETOE MARTINS	07385867812	09/09/2014	448.061,50
753909	BRAD016	529	8,50%	ADRI APARECIDA DA SILVA TRACAO	16343492372	03/12/2013	448.540,23
742208	BRAD016	530	8,20%	GEO GERARDO DI MELO PINTO	17327707387	28/10/2014	448.193,15
717681	BRAD016	531	8,00%	RICHARD DAVID LAWRENCE	07586997372	11/11/2013	447.438,09
761664	BRAD016	532	8,60%	FLAVIO DE CASTRO SOUZA	4002210925	14/02/2014	447.594,28
724398	BRAD016	533	8,40%	ADOMAR ROBERTO VERNHSE	13175258840	20/05/2014	448.577,30
732045	BRAD016	534	8,50%	WELLINGTON CARLOS DA SILVA	66322090682	19/03/2015	448.766,80
759590	BRAD016	535	8,90%	ALEXANDRE PIRES GUEDES	03395246259	16/01/2014	450.020,79
720447	BRAD016	537	8,50%	LEANDRO SILVA DI SANTANA	47846212624	26/05/2015	450.211,97
764228	BRAD016	538	9,20%	EVANDRO GONCALVES TEIXEIRA	16684182822	26/12/2013	448.670,38
721325	BRAD016	539	8,50%	LEANDRO FURMIANA	27196052803	22/10/2014	450.849,08
746752	BRAD016	540	8,70%	VALERIA GOMES DOS SANTOS	63115871472	06/11/2014	450.592,51
748537	BRAD016	541	8,80%	MARCELO TORRES DA SILVA	29089859100	21/02/2014	446.592,17
734098	BRAD016	542	8,40%	MARCIA CARVALHO REISA	27504148119	08/04/2014	446.956,60
728947	BRAD016	543	8,70%	LUIZ FERNANDO YAGO PRADO	74793101615	26/08/2014	452.079,20
721912	BRAD016	544	2,50%	MARTHA VIOLE DI AQUINO	13999208826	26/02/2015	452.786,63
745802	BRAD016	545	8,60%	ARISTHA ALBERNIZ SANTOS	44760111668	10/10/2014	450.850,72
750205	BRAD016	546	9,20%	FALLO ROBERTO MACHADO CONDESSA	05447461621	18/01/2015	451.660,78
751409	BRAD016	547	8,50%	JOSIE FERNANDO GABRE	14787122828	04/11/2013	452.318,32
753805	BRAD016	548	8,60%	CLAUDIA FERNANDA DA SILVA CAMPAECI	27190220860	09/01/2015	458.300,85
729435	BRAD016	549	8,50%	RAPHAEL FRANCO BEZERRA	001405297327	17/08/2014	452.450,43
739688	BRAD016	550	9,00%	MILTON TOLEDO	08007742829	16/07/2014	452.427,02
743583	BRAD016	551	8,50%	JOAO CARLOS SALVEIRO	80770118810	18/09/2013	452.505,48
748810	BRAD016	552	8,60%	PAULO HENRIQUE CAMPLONGO	16749798861	12/11/2014	448.413,57
717229	BRAD016	553	8,40%	LUCIANO SILVA GOMES	00912171723	01/11/2013	452.545,28
741262	BRAD016	554	8,70%	LUIZ MARCIO SILVA SANTOS	74793101615	26/08/2014	452.079,20
754766	BRAD016	555	8,90%	ROSANGELA MARIA JESUS DA SILVA	21999208826	26/02/2015	452.786,63
744137	BRAD016	556	8,70%	RAFAEL KOFI GERALDO	44760111668	10/10/2014	452.999,82
717500	BRAD016	557	8,50%	TIO MARTINS DA SILVA PIHO	09486808818	26/11/2013	448.794,96
759796	BRAD016	558	8,50%	JOSIE RODRIGUES DA SILVA	73413266830	04/03/2015	453.592,65
719502	BRAD016	559	8,40%	SIDNEY SQUEIRA NUNES	66210298783	07/02/2015	453.680,38
750430	BRAD016	560	8,31%	SORAYA JEAN MALOU ABUD	26754291800	28/12/2014	453.972,29
759883	BRAD016	561	8,50%	IGRENE CARDOSO BARANDA	7575136215	19/12/2013	454.264,10
758119	BRAD016	562	8,70%	FELIPE XAVIER RODRIGUES	31408051895	10/03/2015	454.487,04
721694	BRAD016	563	8,50%	FRANCISCO JOSE FELIX DE MELO	30127645340	15/01/2014	450.386,91
751451	BRAD016	564	8,70%	TARCISIO DE CARVALHO FREZA	02125285800	10/12/2014	454.506,77
721477	BRAD016	565	8,30%	JOSE MARQUES DE OLIVEIRA	99109099153	13/01/2014	454.643,43
720777	BRAD016	566	8,50%	CARLOS EDUARDO SAKURAI	27631366871	03/01/2014	454.697,39
718024	BRAD016	567	8,40%	LUISIANO MARANGONI MORENO	27804627874	20/12/2013	455.225,54

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page, including a large 'V' and a signature.

**CIBRASEC**

Avenida Paulista, 1439 - 2ª St.  
Bela Vista, São Paulo - SP  
CEP 01311-200

Tel: 55 11 4949 3000 Fax: 55 11 4949  
cibrasec@cibrasec.com.br  
www.cibrasec.com.br

Contrato	Série CCI	Número CD	Taxa de Juros (a.a.)	Nome	CPF/CNPJ	Data de Assinatura	Saldo Devidor
722938	BRAD416	568	8,50%	VANESSA COSTA DE SOUZA	29571278800	22/01/2014	455.339,52
736715	BRAD416	569	8,50%	NELSON MARINS GOLLART NETO	74350746004	23/02/2015	455.735,79
751099	BRAD416	570	8,70%	DOUGLAS FERNANDES DE MENESES	13360913899	26/12/2014	455.600,14
721195	BRAD416	571	8,50%	LUIZ CARLOS RITEN FILHO	22605997801	18/01/2014	455.738,65
721787	BRAD416	572	8,40%	EDUARDO PINTO MARQUES	35256617791	28/12/2013	450.020,08
724532	BRAD416	573	9,00%	PATRICIA CRISTINA LEITE	34149021665	16/02/2014	455.772,95
720997	BRAD416	574	8,90%	SILVIO MANOEL JUNIOR	28408888888	17/04/2014	455.817,83
721597	BRAD416	575	8,70%	ANA PAULA SOUSA E LIMA	66051914604	03/02/2014	456.041,67
731827	BRAD416	576	9,20%	HELLEN CRISTINA PERES DA SILVA	02272981149	09/05/2014	456.124,53
718450	BRAD416	577	8,40%	FRANCISCO ANTONIO COLETO	86631667615	28/11/2013	451.953,49
729009	BRAD416	578	8,60%	ISAIAS SOARES DOS SANTOS	01508361450	16/04/2014	456.078,58
751479	BRAD416	579	8,40%	JARBA EDUARDO VOLPATO PRADO	01044174005	26/12/2014	457.026,85
752129	BRAD416	580	9,20%	WILLINGTON SANTANA DURAN	51049816587	23/12/2014	457.124,64
714932	BRAD416	581	8,90%	JAIRO TEIXEIRA	83044678887	28/12/2013	456.033,51
745735	BRAD416	582	8,50%	VINICIUS JOSE RIBEIRO DE CARVALHO	01254886965	08/10/2014	457.251,60
754272	BRAD416	583	8,00%	LEANDRO DE JESUS MACHADO	00769275912	06/02/2015	457.400,50
760289	BRAD416	584	8,70%	MARCELO DE GODOY	08604295860	06/04/2015	457.520,20
741994	BRAD416	585	8,70%	NICOLAU HEGHEDUSON LOURENÇO	01381368558	14/02/2014	457.613,67
727297	BRAD416	586	8,40%	ARNALDO LIMA ANDRE	13632392701	21/03/2014	457.801,52
722882	BRAD416	587	8,40%	GUSTAVO CRAVO TEIXEIRA	01334546443	28/01/2014	458.061,93
759634	BRAD416	588	8,70%	RENATO MARTINS MIMESSI	0197582891	26/03/2015	453.412,47
725910	BRAD416	589	8,50%	JORGE BARRIVEIRA	03227514809	10/03/2014	453.683,98
728584	BRAD416	590	9,00%	CHRISTIANE BARBOSA DE CARVALHO	61581374068	07/04/2014	456.734,91
731430	BRAD416	591	8,50%	JOSE WENESIO ANDRADE	60125144387	15/05/2014	456.997,87
744273	BRAD416	592	8,50%	JOSÉVAL DE BARROS CARVALHO	68418581487	26/09/2014	455.615,99
764296	BRAD416	593	9,20%	TERNANDO VILHELA VIEIRA	28457557850	27/02/2015	456.209,12
746423	BRAD416	594	8,70%	CLAUDINEE FATIMA DE ALMEIDA DA SILVA	15821250843	23-10/2014	456.189,36
739045	BRAD416	595	8,00%	MARCIO RODRIGUES DOS SANTOS	32133878289	28/07/2014	459.248,34
760116	BRAD416	596	8,70%	CLAUDIA REGINA DAVID RIBEIRO	07451039870	27/02/2015	459.289,30
764529	BRAD416	597	9,20%	ALEXANDRE MATEUS FLORIAN	01102306711	28/05/2015	455.174,71
762739	BRAD416	598	9,20%	MAURO GRYNIZIAN	05611101301	08/05/2015	459.110,06
724613	BRAD416	599	8,50%	ALINE RODRIGUES CAVALHEIRE	21654799842	07/03/2014	459.354,79
741678	BRAD416	600	8,70%	NELSON MANOEL DA SILVA RUIH	83595925720	08/09/2014	459.333,96
744720	BRAD416	601	8,50%	MARIA CELIA DE OLIVEIRA LUQUET DE FREITAS DE AMORIM	83425197210	29/05/2014	459.491,92
728056	BRAD416	602	8,50%	DIEGO OZOM CORREIA	09860457610	11/08/2014	455.615,99
757910	BRAD416	603	9,80%	ANA CLAUDIA CAPTANO	28457557850	12/03/2015	459.695,27
734754	BRAD416	604	8,60%	GUILHERME JOSE ANASTASIO DE SOUZA NETO	920409119987	10/06/2014	459.904,40
722003	BRAD416	605	8,30%	MORTEN DORASBER SORESEN	20279868811	21/01/2014	459.136,15
733105	BRAD416	606	8,90%	EDSON BATISTA FONSECA JUNIOR	76885135768	23/05/2014	459.965,97
733112	BRAD416	607	8,50%	MARIO VALENTIM VIEIRA DUTRA	64665433091	16/05/2014	460.144,30
739635	BRAD416	608	8,70%	EDINILSON ALVES DE ARAUJO	30015405409	28/07/2014	460.101,45
759939	BRAD416	609	8,70%	RAFAEL YAMAMOTO	30208513882	16/08/2015	460.348,41
731823	BRAD416	610	8,00%	MONICA RAYNE DE ANDRADE	59885602704	27/12/2013	459.816,30
761384	BRAD416	611	8,40%	JOSE OLIVEIRA GREGORIO SOUQUERA DIAS	32951707808	03/09/2014	459.967,57
761384	BRAD416	612	8,90%	RICARDO MULLER FERREIRA PAIVA	50414131991	27/04/2014	460.061,30
749620	BRAD416	613	8,70%	MARCIO FLAVIO AMARAL DE SOUZA	06250654701	27/12/2014	458.797,24
757578	BRAD416	614	8,70%	ANA LUISA TRONBUEGO DE VILLALFIERTE	15794740809	02/03/2015	460.996,17
757891	BRAD416	615	8,70%	RITA DE MENDONÇA DO VALE	32160810282	01/09/2015	461.209,89
748686	BRAD416	616	8,70%	EDVAN AMORIM DE ANDRADE	07621281855	11/11/2014	461.354,44
757587	BRAD416	617	8,50%	ROGER TEDES MANSANO	14128959872	23/12/2014	461.414,01
723863	BRAD416	618	8,50%	MARTE SQUEIRA RODRIGUES	35322971831	07/02/2014	461.465,95
745595	BRAD416	619	8,70%	RODRIGO MARINHO DO MACHADO	71102515191	08/10/2014	461.576,52
752051	BRAD416	620	8,70%	ADAO GOMES CURI	10204857831	17/12/2014	461.665,89
727397	BRAD416	621	8,40%	BEATRIZ SUTTER FERREIRA	33131164085	14/03/2014	461.855,03
746590	BRAD416	622	8,20%	DEIO LUIZ DA CRUZ MONTEIRO	61270639767	25/08/2014	461.775,18
758729	BRAD416	623	8,70%	JULIO APARECIDO COSTA ROCHA	01684351185	17/09/2015	461.536,74
748547	BRAD416	624	8,20%	GISELE NEVES BORGES	12392114786	03/11/2014	462.400,46
763822	BRAD416	625	8,90%	VILMAR WOLMER	50529630629	21/05/2015	461.921,69
760502	BRAD416	626	8,60%	MEIRE SILVA DOS SANTOS	10252890741	07/04/2015	462.045,10
730490	BRAD416	627	8,40%	DIOGO POSSILETTI COLETO	21287188889	25/04/2014	461.352,94
753787	BRAD416	628	8,60%	CRISTIANO BANDEIRA DE MELO	04716099370	14/01/2015	458.579,19
742499	BRAD416	629	8,60%	BENEDITO DE SOUZA	12198300800	10/09/2014	462.946,39
742579	BRAD416	630	8,90%	LUCADIO MIRANDA DOS SANTOS	19259217836	05/09/2014	462.887,79
740393	BRAD416	631	8,90%	JURANDIR CANABARO NETO	28722085876	20/08/2014	462.987,00
750389	BRAD416	632	8,90%	MARCELO VOGELAR	27083876882	28/04/2014	458.746,37
713678	BRAD416	633	8,90%	JOAO EDUARDO APARECIDO SEIXEIRO	02721146858	17/09/2013	458.579,15
763146	BRAD416	634	8,90%	MARCO AURELIO SANTOS OLIVEIRA	05554089658	13/05/2015	459.317,58
763394	BRAD416	635	9,80%	JHAZEL HOSANA DE OLIVEIRA	16475762500	22/05/2015	465.212,45
731943	BRAD416	636	8,90%	ERICK GOMES DE OLIVEIRA	28890817871	28/05/2014	462.875,30
757998	BRAD416	637	8,70%	RICARDO CYFER	045472700731	16/12/2014	460.723,55
743192	BRAD416	638	8,90%	EMERSON THOMAZ	21557774851	16/09/2014	461.662,06
769750	BRAD416	639	8,70%	ODILGEM SILVA DE CARVALHO	18309967867	23/02/2015	458.785,52
743616	BRAD416	640	8,60%	EDILAN VASCONCELOS PEREIRA	00284752449	17/09/2014	464.079,36
751891	BRAD416	641	8,60%	ANTONIO VALENTIM MOREIRA	63450347753	17/12/2014	458.910,58
742155	BRAD416	642	8,50%	LUCIANO DINIZ	00399648710	11/09/2014	464.169,44
721019	BRAD416	643	8,50%	FLAVIO DOS SANTOS GARCIA	26760154860	14/07/2014	464.207,74
763504	BRAD416	644	9,20%	KIMBLE TEIXEIRA FONSECA MATOS	68516657604	18/05/2015	464.290,02
756328	BRAD416	645	9,20%	FLAVIO ADALBERTO THIMANN JUNIOR	06368185640	13/02/2015	464.027,00
757048	BRAD416	646	8,70%	DANIEL MACHADO DOS SANTOS	10364542155	26/02/2015	460.352,53
783449	BRAD416	647	9,70%	WOLFRAN MARTINELLI BOUTPA	78407729871	03/12/2015	460.787,65
727578	BRAD416	648	9,20%	ALAN NISHIMUTSU DE OLIVEIRA	31588398777	28/03/2014	460.773,31
753565	BRAD416	649	8,70%	ISABANDER HOSSEN ROMBO	00773338720	06/03/2015	465.161,15

Handwritten signature and initials.

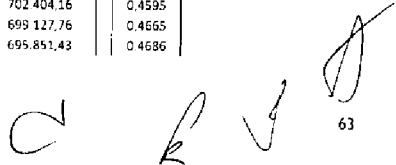
Contrato	Série CCI	Número CCI	Taxa de Juros (a.a.)	Nome	OP/CHP	Data de Assinatura	Saldo Devedor
748967	BRAD416	650	9,20%	CHARLIE VAN DER GEEST	0130486108	18/11/2014	461.122,99
751917	BRAD416	651	8,50%	JOSE RENATO ANICIO PEREIRA	4071105568	16/11/2014	461.475,47
753906	BRAD416	652	8,60%	MARLI TERESINHA KINHS ECCEL	6714533249	02/01/2015	465.517,37
764283	BRAD416	653	8,50%	GUSTAVO TONETTI	0589645389	27/01/2015	465.420,93
761484	BRAD416	654	9,00%	SAMUEL EBERTH DE MELO	0122715677	17/04/2015	465.908,28
753237	BRAD416	655	8,60%	VALDEIR OLIVEIRA LOPES FANIA	0408460455	02/01/2015	465.895,11
759205	BRAD416	656	8,70%	ANTONIO ADRIANO ARAUJO DE QUEIROZ	5278693730	26/01/2015	465.938,53
753776	BRAD416	657	8,50%	LEANDRO BRIANTI BARRETTA	26011904891	09/01/2015	466.661,49
753287	BRAD416	658	8,70%	FELI MOUTSA CHALOUH	2456187580	24/01/2015	466.701,74
739803	BRAD416	659	8,50%	ANDERSON BALOGHER	3252445180	07/08/2014	466.810,15
745729	BRAD416	660	9,20%	JORGE MARIO SEDLACEK	44548601720	09/10/2014	466.332,81
713792	BRAD416	661	8,50%	KUKO KOBAYASHI	18392617042	17/01/2015	466.778,70
752745	BRAD416	662	8,50%	LUIZ RICARDO BATTAGLIN	10597798871	13/11/2014	467.460,63
728196	BRAD416	663	8,40%	ILUIO STALEC	03410175354	10/08/2014	467.119,27
719059	BRAD416	664	8,50%	JOSE CARLOS FERREIRA	08408800817	10/11/2013	467.660,82
754570	BRAD416	665	9,00%	OSALDO JOSE DA SILVA	1657996889	21/01/2015	463.547,99
715026	BRAD416	666	8,50%	JAIME FERREIRA DA ROCHA JUNIOR	0501304787	28/08/2014	467.685,50
732742	BRAD416	667	9,00%	MARCELO PONTES DE ANDRADE SOUSA	8118135553	20/05/2014	467.934,41
754024	BRAD416	668	8,50%	CELIO IDAC NICHIELATTI	31471369953	14/01/2015	458.097,77
755866	BRAD416	669	9,00%	CRISTIANE PONCELA DOS SANTOS VIEIRA	16010303857	09/01/2015	468.147,55
761524	BRAD416	670	9,00%	JOSE CARLOS BURI	3474134814	20/04/2015	458.218,40
728511	BRAD416	671	10,00%	BRUNO ALBUQUERQUE TOLEDO	91091271646	13/11/2013	468.286,68
713963	BRAD416	672	8,40%	JORGE FERNANDES PESTANA JUNIOR	267546661730	18/11/2014	467.670,66
744250	BRAD416	673	8,50%	TATIANA ROQUE AQUAR	3713716780	25/08/2014	458.691,57
760200	BRAD416	674	9,20%	MARIA CELESTE GOMES DAS EIRAS	4288733228	01/04/2015	458.721,01
728424	BRAD416	675	8,50%	PEDRO MESSIAS RAMOS	7641784691	04/12/2013	467.973,83
727818	BRAD416	676	8,30%	DANIELA CAVALCANTE PEDROZA	03673761695	27/03/2014	459.029,74
757919	BRAD416	677	9,80%	VINICIUS SOUZA TERRERA	9265857118	05/03/2015	469.162,46
745941	BRAD416	678	8,70%	DANI NARAYA BASTO DE SA	3539448885	23/10/2014	459.602,54
759275	BRAD416	679	8,70%	MARLENE TENI YAMATO	3110134180	27/08/2015	470.035,08
731418	BRAD416	680	9,00%	ATOSCAR MARCELO VIEIRA DA SILVA	2573903079	18/11/2013	470.493,48
760589	BRAD416	681	8,70%	MARCELO MESSIAS DOS SANTOS COSTA	2468955882	14/09/2015	470.755,48
716192	BRAD416	682	8,40%	LEANDRO AUGUSTO BORTOLETO	14954734890	21/12/2013	470.711,70
747272	BRAD416	683	8,50%	ROSMAR SIEDLE	21410140553	28/10/2014	471.172,39
756701	BRAD416	684	8,70%	DOUGLAS PERONE MARTINS	28538467840	20/02/2015	467.877,00
762188	BRAD416	685	9,20%	ALUISIO MONTEIRO CORREA	1266691212	28/04/2015	471.665,53
761129	BRAD416	686	9,60%	RODRIGO MUNHOZ LAZARIN	16709587804	13/05/2015	472.264,72
756672	BRAD416	687	8,90%	SILVO ROBERTSON GONCALVES	014483083907	05/06/2015	472.068,26
717364	BRAD416	688	8,60%	ILUIO ANTONIO MARTIN ZARATE VILCHEZ	1239368040	25/11/2013	472.314,66
718939	BRAD416	689	8,40%	ANDERSON DE MORAES	31397082801	10/12/2013	472.545,18
761587	BRAD416	690	9,00%	NAM JUN RIM	21488803811	18/09/2015	472.655,13
740051	BRAD416	691	8,50%	WELFALES FERNANDES DE SOUZA	01254221646	13/11/2014	471.955,38
725403	BRAD416	692	8,20%	PATRICIA GUILHERTE DA ROSA CARDOSO	9755328805	18/12/2014	472.539,24
720503	BRAD416	693	8,50%	WILSON MARTINS DE OLIVEIRA	04514056847	27/12/2013	473.228,90
719086	BRAD416	694	8,40%	ALEXANDRI FERNANDES	11814267830	11/12/2013	473.352,14
742894	BRAD416	695	8,60%	CAIUE GONCALVES	3555894882	10/09/2014	469.165,27
747663	BRAD416	696	8,50%	RICARDO DAVID LAWRENCE	17327707867	26/10/2014	473.658,30
719896	BRAD416	697	8,50%	FABIO LUIS ZANQUETTA	25160418881	19/12/2013	473.720,15
757837	BRAD416	698	8,70%	ANDRE LUIZ PENNELLI LOURENCO	07510981751	02/12/2015	473.780,63
720294	BRAD416	699	8,50%	MARCELO LUGERO MIRANDA	3538045901	26/12/2013	473.890,23
761472	BRAD416	700	9,20%	TAYNARA MACEDO	37089597873	16/10/2015	469.123,07
741127	BRAD416	701	8,60%	CELIA REGINA LACERDES LEMME ORTUNHO	0523350764	27/06/2014	474.536,12
745162	BRAD416	702	8,50%	JOAO ANTONIO BELTRAME FILHO	18095362829	02/10/2014	474.652,90
783098	BRAD416	703	9,70%	FRISILIA TALITA SIQUEIRA	28402544841	01/11/2015	474.528,63
750953	BRAD416	704	8,70%	RODRIGO CORREA DE BARROS	10509521703	02/12/2015	474.526,86
751114	BRAD416	705	8,80%	EDUARDO LINO DA SILVA	30894564862	05/12/2014	474.584,91
757179	BRAD416	706	8,70%	CIBELE AYUMI TAKAHASHI MORITA	74984546818	26/12/2015	470.871,65
757880	BRAD416	707	8,60%	BENEDITO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	13831638585	11/12/2015	474.625,79
761803	BRAD416	708	9,20%	BRUNO ROBERTO LOPES COELHO	02140264639	20/12/2015	475.381,80
746500	BRAD416	709	8,50%	DANIEL FERREIRA ANDRADE PEREIRA SCONZA	27326498978	29/12/2014	475.723,31
754757	BRAD416	710	8,60%	ANTONIO LONIS VACCANTE	58228375849	26/11/2015	465.967,86
753618	BRAD416	711	8,60%	EDMUNSON MOURA NUNES	9310024000	08/11/2015	475.239,94
759387	BRAD416	712	9,70%	MARCO OLIVEIRA DA SILVA	28788618875	24/07/2015	475.002,98
749014	BRAD416	713	8,70%	YABO GONCALVES RABELO	19428266876	13/12/2014	476.084,56
752651	BRAD416	714	8,50%	ANA CLAUDIA MONTE ROLORES	28258922864	22/12/2014	476.570,46
728696	BRAD416	715	8,50%	JODAC CARLOS SOARES DA SILVA	34360455100	04/04/2014	476.478,49
751923	BRAD416	716	8,60%	WANDERSON BARROZO NOGUEIRA	07414186702	15/12/2014	477.186,55
759189	BRAD416	717	8,50%	CARLOS CELMIR LANCERDAH	05193460698	23/03/2015	478.289,41
764707	BRAD416	718	9,20%	RODRIGO CESAR BOLLETTI FARIA	78862447880	28/03/2015	475.321,91
740057	BRAD416	719	8,70%	YURIANGEL FUJ	23517561808	13/08/2014	478.024,05
731447	BRAD416	720	8,90%	PAUL MACEDO CONY LEITE	08189140702	07/04/2014	478.277,78
767690	BRAD416	721	9,20%	ALESSANDRO DE ASSUMMACAO	95703404987	05/12/2015	478.751,60
748402	BRAD416	722	8,50%	LUCIANO LINS SAMBUK	61820288645	06/11/2014	478.769,43
730990	BRAD416	723	8,20%	FLAVIANO MARTINS QUEIROZ	004993113639	08/03/2015	478.788,06
755931	BRAD416	724	8,50%	ROGERIO AUGUSTO CAMPOS PAIVA	91186652883	09/12/2015	473.043,74
732779	BRAD416	725	8,50%	JOSE CARLOS DA VEIGA	15787212822	23/12/2014	478.931,41

Handwritten signature and initials.

**ANEXO II - FLUXO DE AMORTIZAÇÃO E JUROS DOS CRI**

Lastro - Cronologia		Evolução do PU do CRI (R\$)				
Numero	Data do Vencimento	Prestação (I + A)	Juros	Amortização	Saldo Devedor	Taxa
0	22/04/16				1.000.373,25	
1	10/05/16	0,00	3.724,28	(3.724,28)	1.004.097,53	[0,3723]
2	10/06/16	0,00	6.237,97	(6.237,97)	1.010.335,51	[0,6213]
3	10/07/16	9.560,78	6.276,73	3.284,06	1.007.051,45	0,3250
4	10/08/16	9.540,36	6.256,32	3.284,03	1.003.767,42	0,3261
5	10/09/16	9.519,93	6.235,92	3.284,01	1.000.483,41	0,3272
6	10/10/16	9.476,18	6.215,52	3.260,66	997.222,76	0,3259
7	10/11/16	9.479,06	6.195,26	3.283,80	993.938,96	0,3293
8	10/12/16	9.458,63	6.174,86	3.283,77	990.655,19	0,3304
9	10/01/17	9.438,21	6.154,46	3.283,74	987.371,45	0,3315
10	10/02/17	9.417,78	6.134,06	3.283,72	984.087,73	0,3326
11	10/03/17	9.397,35	6.113,66	3.283,69	980.804,04	0,3337
12	10/04/17	9.342,83	6.093,26	3.249,57	977.554,47	0,3313
13	10/05/17	9.356,47	6.073,07	3.283,40	974.271,07	0,3359
14	10/06/17	9.336,05	6.052,68	3.283,37	970.987,70	0,3370
15	10/07/17	9.315,62	6.032,28	3.283,34	967.704,36	0,3381
16	10/08/17	9.295,19	6.011,88	3.283,31	964.421,05	0,3393
17	10/09/17	9.274,77	5.991,48	3.283,28	961.137,76	0,3404
18	10/10/17	9.231,01	5.971,09	3.259,93	957.877,84	0,3392
19	10/11/17	9.233,89	5.950,83	3.283,06	954.594,78	0,3427
20	10/12/17	9.213,47	5.930,44	3.283,03	951.311,75	0,3439
21	10/01/18	9.193,04	5.910,04	3.283,00	948.028,75	0,3451
22	10/02/18	9.172,61	5.889,65	3.282,97	944.745,78	0,3463
23	10/03/18	9.152,19	5.869,25	3.282,94	941.462,85	0,3475
24	10/04/18	9.097,66	5.848,85	3.248,81	938.214,04	0,3451
25	10/05/18	9.111,30	5.828,57	3.282,63	934.931,41	0,3499
26	10/06/18	9.090,88	5.808,28	3.282,60	931.648,81	0,3511
27	10/07/18	9.070,45	5.787,88	3.282,56	928.366,24	0,3523
28	10/08/18	9.050,02	5.767,49	3.282,53	925.083,71	0,3536
29	10/09/18	9.029,59	5.747,10	3.282,50	921.801,22	0,3548
30	10/10/18	8.985,84	5.726,71	3.259,13	918.542,09	0,3536
31	10/11/18	8.988,72	5.706,46	3.282,26	915.259,82	0,3573
32	10/12/18	8.968,29	5.686,07	3.282,22	911.977,60	0,3586
33	10/01/19	8.947,86	5.665,68	3.282,19	908.695,41	0,3599
34	10/02/19	8.927,44	5.645,29	3.282,15	905.413,26	0,3612
35	10/03/19	8.907,01	5.624,90	3.282,11	902.131,15	0,3625
36	10/04/19	8.852,49	5.604,51	3.247,98	898.883,17	0,3600
37	10/05/19	8.866,13	5.584,33	3.281,80	895.601,37	0,3651
38	10/06/19	8.845,70	5.563,94	3.281,76	892.319,61	0,3664
39	10/07/19	8.825,27	5.543,55	3.281,72	889.037,89	0,3678
40	10/08/19	8.804,84	5.523,16	3.281,68	885.756,21	0,3691
41	10/09/19	8.784,41	5.502,78	3.281,64	882.474,57	0,3705
42	10/10/19	8.740,66	5.482,39	3.258,27	879.216,30	0,3692
43	10/11/19	8.743,54	5.462,15	3.281,39	875.934,91	0,3732
44	10/12/19	8.723,11	5.441,76	3.281,35	872.653,56	0,3746
45	10/01/20	8.702,68	5.421,38	3.281,31	869.372,26	0,3760
46	10/02/20	8.682,25	5.400,99	3.281,26	866.090,99	0,3774
47	10/03/20	8.661,83	5.380,61	3.281,22	862.809,77	0,3789

Lastro - Cronologia		Evolução do PU do CRI (R\$)				
Numero	Data do Vencimento	Prestação (I + A)	Juros	Amortização	Saldo Devedor	Tal
48	10/04/20	8.607,30	5.360,22	3.247,08	859.562,69	0,3763
49	10/05/20	8.620,94	5.340,05	3.280,89	856.281,80	0,3817
50	10/06/20	8.600,51	5.319,67	3.280,85	853.000,95	0,3882
51	10/07/20	8.580,08	5.299,28	3.280,80	849.720,15	0,3846
52	10/08/20	8.559,65	5.278,90	3.280,75	846.439,40	0,3861
53	10/09/20	8.539,23	5.258,52	3.280,71	843.158,69	0,3876
54	10/10/20	8.495,47	5.238,14	3.257,33	839.901,36	0,3863
55	10/11/20	8.498,35	5.217,90	3.280,45	836.620,92	0,3906
56	10/12/20	8.477,92	5.197,52	3.280,40	833.340,52	0,3921
57	10/01/21	8.457,49	5.177,14	3.280,35	830.060,17	0,3936
58	10/02/21	8.437,06	5.156,76	3.280,30	826.779,87	0,3952
59	10/03/21	8.416,63	5.136,38	3.280,25	823.499,62	0,3967
60	10/04/21	8.362,11	5.116,01	3.246,10	820.253,52	0,3942
61	10/05/21	8.375,75	5.095,84	3.279,91	816.973,62	0,3999
62	10/06/21	8.355,32	5.075,46	3.279,85	813.693,76	0,4015
63	10/07/21	8.334,89	5.055,09	3.279,80	810.413,96	0,4031
64	10/08/21	8.314,46	5.034,71	3.279,75	807.134,21	0,4047
65	10/09/21	8.294,03	5.014,34	3.279,69	803.854,52	0,4063
66	10/10/21	8.250,27	4.993,96	3.256,31	800.598,21	0,4051
67	10/11/21	8.253,15	4.973,73	3.279,42	797.318,79	0,4096
68	10/12/21	8.232,72	4.953,36	3.279,36	794.039,43	0,4113
69	10/01/22	8.212,29	4.932,98	3.279,31	790.760,12	0,4130
70	10/02/22	8.191,86	4.912,61	3.279,25	787.480,87	0,4147
71	10/03/22	8.171,43	4.892,24	3.279,19	784.201,68	0,4164
72	10/04/22	8.116,90	4.871,87	3.245,04	780.956,64	0,4138
73	10/05/22	8.130,54	4.851,71	3.278,84	777.677,81	0,4198
74	10/06/22	8.110,11	4.831,34	3.278,78	774.399,03	0,4216
75	10/07/22	8.089,68	4.810,97	3.278,71	771.120,32	0,4234
76	10/08/22	8.069,25	4.790,60	3.278,65	767.841,67	0,4252
77	10/09/22	8.048,82	4.770,23	3.278,59	764.563,08	0,4270
78	10/10/22	8.005,06	4.749,86	3.255,20	761.307,88	0,4258
79	10/11/22	8.007,94	4.729,64	3.278,30	758.029,58	0,4306
80	10/12/22	7.987,51	4.709,27	3.278,24	754.751,34	0,4325
81	10/01/23	7.967,08	4.688,91	3.278,17	751.473,16	0,4343
82	10/02/23	7.946,65	4.668,54	3.278,11	748.195,06	0,4362
83	10/03/23	7.926,22	4.648,17	3.278,04	744.917,01	0,4381
84	10/04/23	7.871,69	4.627,81	3.243,88	741.673,13	0,4355
85	10/05/23	7.885,33	4.607,66	3.277,67	738.395,46	0,4419
86	10/06/23	7.864,90	4.587,29	3.277,60	735.117,86	0,4439
87	10/07/23	7.844,46	4.566,93	3.277,53	731.840,33	0,4459
88	10/08/23	7.824,03	4.546,57	3.277,46	728.562,87	0,4478
89	10/09/23	7.803,60	4.526,21	3.277,39	725.285,48	0,4498
90	10/10/23	7.759,84	4.505,85	3.253,99	722.031,48	0,4486
91	10/11/23	7.762,72	4.485,63	3.277,09	718.754,40	0,4539
92	10/12/23	7.742,29	4.465,27	3.277,01	715.477,38	0,4559
93	10/01/24	7.721,86	4.444,92	3.276,94	712.200,44	0,4580
94	10/02/24	7.701,42	4.424,56	3.276,87	708.923,57	0,4601
95	10/03/24	7.680,99	4.404,20	3.276,79	705.646,78	0,4622
96	10/04/24	7.626,47	4.383,84	3.242,62	702.404,16	0,4585
97	10/05/24	7.640,10	4.363,70	3.276,40	699.127,76	0,4665
98	10/06/24	7.619,67	4.343,34	3.276,33	695.851,43	0,4686



Lastro - Cronologia		Evolução do PU do CRI (R\$)				
Numero	Data do Vencimento	Prestação (J + A)	Juros	Amortização	Saldo Devedor	Taxa
99	10/07/24	7.599,24	4.322,99	3.276,25	692.575,18	0,4708
100	10/08/24	7.578,80	4.302,64	3.276,17	689.799,01	0,4730
101	10/09/24	7.558,37	4.282,28	3.276,09	686.022,92	0,4753
102	10/10/24	7.514,61	4.261,93	3.252,58	682.770,24	0,4741
103	10/11/24	7.517,49	4.241,72	3.275,77	679.494,48	0,4798
104	10/12/24	7.497,05	4.221,37	3.275,68	676.218,79	0,4821
105	10/01/25	7.476,62	4.201,02	3.275,60	672.943,19	0,4844
106	10/02/25	7.456,19	4.180,67	3.275,52	669.667,68	0,4867
107	10/03/25	7.435,76	4.160,32	3.275,43	666.392,24	0,4891
108	10/04/25	7.381,23	4.139,97	3.241,25	663.150,99	0,4864
109	10/05/25	7.394,86	4.119,84	3.275,03	659.875,96	0,4935
110	10/06/25	7.374,43	4.099,49	3.274,94	656.601,03	0,4963
111	10/07/25	7.354,00	4.079,15	3.274,85	653.326,18	0,4988
112	10/08/25	7.333,56	4.058,80	3.274,76	650.051,41	0,5012
113	10/09/25	7.313,13	4.038,46	3.274,67	646.776,74	0,5038
114	10/10/25	7.269,37	4.018,11	3.251,25	643.525,49	0,5027
115	10/11/25	7.272,24	3.997,91	3.274,33	640.251,16	0,5088
116	10/12/25	7.251,81	3.977,57	3.274,24	636.976,92	0,5114
117	10/01/26	7.231,37	3.957,23	3.274,14	633.702,78	0,5140
118	10/02/26	7.210,94	3.936,89	3.274,05	630.428,73	0,5167
119	10/03/26	7.190,51	3.916,55	3.273,96	627.154,77	0,5193
120	10/04/26	7.135,98	3.896,21	3.299,77	623.915,01	0,5166
121	10/05/26	7.149,61	3.876,08	3.273,53	620.641,48	0,5247
122	10/06/26	7.129,18	3.855,75	3.273,43	617.368,05	0,5274
123	10/07/26	7.108,74	3.835,41	3.273,33	614.094,72	0,5302
124	10/08/26	7.088,31	3.815,07	3.273,23	610.821,49	0,5330
125	10/09/26	7.067,87	3.794,74	3.273,13	607.548,36	0,5355
126	10/10/26	7.024,11	3.774,40	3.249,70	604.298,65	0,5349
127	10/11/26	7.026,98	3.754,22	3.272,77	601.025,89	0,5416
128	10/12/26	7.006,55	3.733,88	3.272,66	597.753,23	0,5445
129	10/01/27	6.986,11	3.713,55	3.272,56	594.480,67	0,5475
130	10/02/27	6.965,68	3.693,22	3.272,45	591.208,21	0,5505
131	10/03/27	6.945,24	3.672,89	3.272,35	587.935,86	0,5535
132	10/04/27	6.890,71	3.652,56	3.238,15	584.697,71	0,5508
133	10/05/27	6.904,34	3.632,44	3.271,90	581.425,82	0,5596
134	10/06/27	6.883,91	3.612,12	3.271,79	578.154,03	0,5627
135	10/07/27	6.853,47	3.591,79	3.271,68	574.882,35	0,5659
136	10/08/27	6.843,03	3.571,47	3.271,57	571.610,78	0,5691
137	10/09/27	6.822,60	3.551,14	3.271,46	568.339,33	0,5773
138	10/10/27	6.778,83	3.530,82	3.248,02	565.091,31	0,5715
139	10/11/27	6.781,71	3.510,64	3.271,07	561.820,24	0,5789
140	10/12/27	6.761,17	3.490,32	3.270,95	558.549,29	0,5822
141	10/01/28	6.740,83	3.470,00	3.270,84	555.278,46	0,5856
142	10/02/28	6.720,40	3.449,68	3.270,72	552.007,74	0,5890
143	10/03/28	6.699,96	3.429,36	3.270,60	548.737,13	0,5925
144	10/04/28	6.645,43	3.409,04	3.236,39	545.500,75	0,5898
145	10/05/28	6.659,06	3.388,93	3.270,13	542.230,62	0,5995
146	10/06/28	6.638,62	3.368,62	3.270,00	538.960,62	0,6031
147	10/07/28	6.618,18	3.348,30	3.269,88	535.690,73	0,6067
148	10/08/28	6.597,75	3.327,99	3.269,76	532.420,98	0,6104
149	10/09/28	6.577,31	3.307,67	3.269,63	529.151,34	0,6141



Lastro - Cronologia		Evolução do PU do CRI (R\$)				
Número	Data do Vencimento	Prestação (J + A)	Juros	Amortização	Saldo Devedor	Tai
150	10/10/28	6.533,54	3.287,36	3.246,18	525.905,16	0,5135
151	10/11/28	6.536,41	3.267,20	3.269,22	522.635,94	0,5216
152	10/12/28	6.515,98	3.246,88	3.269,09	519.366,85	0,5255
153	10/01/29	6.495,54	3.226,58	3.268,96	516.097,89	0,5294
154	10/02/29	6.475,10	3.206,27	3.268,83	512.829,05	0,5334
155	10/03/29	6.454,06	3.185,96	3.268,70	509.560,35	0,5374
156	10/04/29	6.400,13	3.165,65	3.234,48	506.325,88	0,5348
157	10/05/29	6.413,76	3.145,55	3.268,20	503.057,68	0,5455
158	10/06/29	6.393,32	3.125,25	3.268,06	499.789,61	0,5496
159	10/07/29	6.372,88	3.104,95	3.267,93	496.521,68	0,5539
160	10/08/29	6.352,44	3.084,65	3.267,79	493.253,89	0,5581
161	10/09/29	6.332,00	3.064,35	3.267,65	489.986,24	0,5625
162	10/10/29	6.288,23	3.044,05	3.244,19	486.742,06	0,5621
163	10/11/29	6.291,10	3.023,89	3.267,21	483.474,84	0,5712
164	10/12/29	6.270,66	3.003,60	3.267,07	480.207,78	0,5757
165	10/01/30	6.250,22	2.983,30	3.266,93	476.940,85	0,5803
166	10/02/30	6.229,78	2.963,00	3.266,78	473.674,07	0,5849
167	10/03/30	6.209,34	2.942,71	3.266,64	470.407,43	0,5896
168	10/04/30	6.154,81	2.922,41	3.232,39	467.175,04	0,5871
169	10/05/30	6.168,44	2.902,33	3.266,10	463.908,93	0,5991
170	10/06/30	6.148,00	2.882,04	3.265,95	460.642,98	0,7040
171	10/07/30	6.127,56	2.861,75	3.265,80	457.377,18	0,7090
172	10/08/30	6.107,12	2.841,46	3.265,65	454.111,52	0,7140
173	10/09/30	6.086,67	2.821,18	3.265,50	450.846,03	0,7191
174	10/10/30	6.042,90	2.800,89	3.242,02	447.604,01	0,7191
175	10/11/30	6.045,77	2.780,75	3.265,03	444.338,98	0,7294
176	10/12/30	6.025,33	2.760,46	3.264,87	441.074,11	0,7348
177	10/01/31	6.004,89	2.740,18	3.264,71	437.809,40	0,7402
178	10/02/31	5.984,45	2.719,90	3.264,55	434.544,85	0,7457
179	10/03/31	5.964,01	2.699,62	3.264,39	431.280,46	0,7512
180	10/04/31	433.959,80	2.679,34	431.280,46	0,00	100,0000





**ANEXO III****DECLARAÇÃO DO COORDENADOR PREVISTA NO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM 414**

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar, Bela Vista, CEP 01310-917, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, (doravante denominado "Coordenador Líder"), na qualidade de Coordenador Líder da oferta pública de distribuição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª série da 2ª emissão ("Emissão"), em que a **CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª Sobreloja, Bela Vista, CEP 01.311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23 (doravante denominada simplesmente "Emissora") atua na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissão, que serão objeto de oferta pública de distribuição e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, conjunto 93, Pinheiros, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, atua como agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2.004, conforme alterada, declara, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora e com o Agente Fiduciário, a legalidade e a ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, a consistência, a correção e a suficiência das informações prestadas pela Emissora no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão e no prospecto da oferta.

São Paulo - SP, 22 de abril de 2016.

---

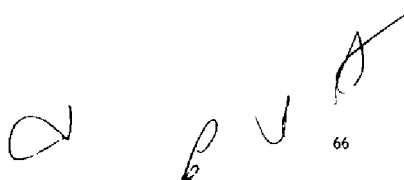
**BANCO BRADESCO BBI S.A.***Coordenador Líder*

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:



**DECLARAÇÃO DA EMISSORA PREVISTA NO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM 414**

CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª Sobreloja, Bela Vista, CEP 01.311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23, por seus representantes legais ao final assinados (doravante denominada simplesmente "Emissora"), na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série de sua 2ª Emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente), que serão objeto de oferta pública de distribuição, em que o BANCO BRADESCO BBI S.A., com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar, Bela Vista, CEP 01310-917, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, atua como instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., Instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, conjunto 93, Pinheiros, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), declara, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário, a legalidade e a ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, a consistência, a correção e a suficiência das informações prestadas no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão e no prospecto do CRI.

São Paulo - SP, 22 de abril de 2016

---

CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO*Emissora*

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

**DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO PREVISTA NO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM****414**

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, conjunto 93, Pinheiros, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268ª Série da 2ª emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente), da **CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª Sobreloja, Bela Vista, CEP 01.311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23 ("Emissora"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2.004, conforme alterada, em que o **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar, Bela Vista, CEP 01310-917, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, atua como instituição intermediária líder ("Coordenador Líder"), declara, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora e com o Coordenador Líder, a legalidade e a ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, a consistência, a correção e a suficiência das informações prestadas pela Emissora no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão e no prospecto da oferta.

São Paulo - SP, 22 de abril de 2016

---

**VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.***Agente Fiduciário*

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE DAS CCI NOS TERMOS DO  
PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 23 DA LEI Nº 10.931/2004**




VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 221, conjunto 93, Pinheiros, CEP 05428-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Instituição Custodiante"), na qualidade de instituição custodiante das Cédulas de Crédito Imobiliário identificadas nesta declaração ("CCI"), emitidas por meio do "Escritura Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Sem Garantia Real e sob a Forma Escritural", formalizado pelo Cedente Financiamento, pela Instituição Custodiante e pela Devedora e por meio do "Escritura Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Sem Garantia Real e sob a Forma Escritural", formalizado pelo Cedente e pela Instituição Custodiante, por meio do qual as CCI foram emitidas pelo Cedente para representar os Créditos Imobiliários ("Escritura de Emissão"), **DECLARA**, para os fins do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 10.931/2004, que lhe foram entregues para custódia a Escritura de Emissão de CCI e que estas se encontram devidamente vinculadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 268 Série da 2ª Emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente) da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.439, 2ª Sobreloja, Bela Vista, CEP 01.311-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23 ("Emissora"), sendo que os CRI foram lastreados pelas CCI por meio do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão, firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Termo de Securitização"), tendo sido instituído o regime fiduciário pela Emissora, no Termo de Securitização, sobre as CCI e os Créditos Imobiliários que elas representam, nos termos da Lei nº 9.514/1997. Regime fiduciário este ora registrado nesta Instituição Custodiante, que declara, ainda, que a Escritura de Emissão, por meio das quais as CCI foram emitidas, encontra-se custodiada nesta Instituição Custodiante, nos termos do artigo 18, § 4º, da Lei nº 10.931/2004.

Os termos grafados em letras maiúsculas que não tenham sido de outra forma definidos nesta declaração, terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização.

São Paulo, 22 de abril de 2016

VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Instituição Custodiante

  
  
  
69

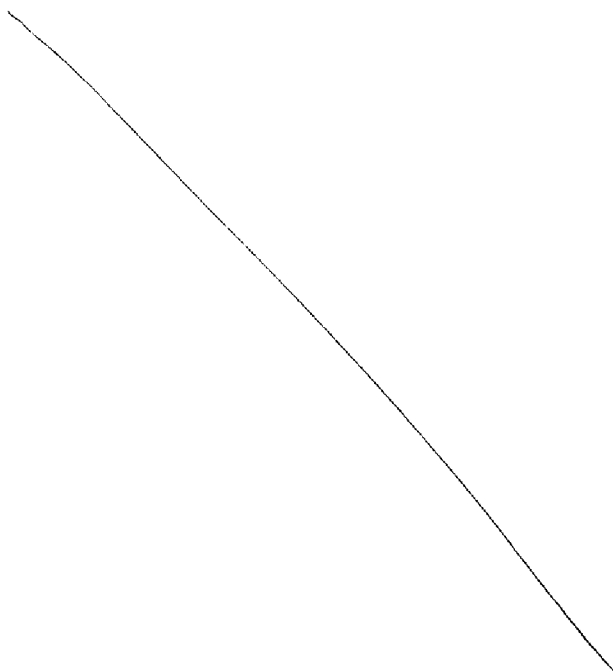
---

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



**ANEXO V - FÓRMULA DE CÁLCULO DO AJUSTE DE VALORES NOVOS FINANCIAMENTOS**

Enquanto o Valor da Cessão não for integralmente aplicado pelo Cedente na concessão de Novos Financiamentos, o Cedente se obrigou, nos termos do Contrato de Cessão, a pagar à Emissora e essa se obrigou a repassar integralmente aos Investidores, o Ajuste de Valores Novos Financiamentos, que será calculado com base na seguinte fórmula:

$$Ajuste = V_{DESENQUADRADO} * (F_{SELIC} - F_{CRI})$$

, onde:

$V_{DESENQUADRADO}$  = Último valor de créditos não aplicados pelo Cedente na concessão de Novos Financiamentos, informado com 2 (duas) casas decimais, conforme valor apresentado no item 2, "saldo remanescente a ser aplicado em financiamentos habitacionais", da declaração encaminhada pelo Cedente, de acordo com o modelo indicado no anexo II, da Circular CAIXA nº 713, de 03 de março de 2016, retificada em 22 de março de 2016 ("Valor Desenquadrado");

Ajuste = Ajuste de Valores Novos Financiamentos;

$F_{CRI}$  = Fator de Juros do CRI do mês de referência, calculado conforme cláusula 5.2. deste Termo de Securitização;

$F_{SELIC}$  = Cálculo da taxa Selic, com uso de percentual aplicado, incorporação ou último pagamento, se houver, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

Para o primeiro período:

$$Fator Selic = \left[ \left( \frac{SELIC_k}{100} + 1 \right)^{\frac{21}{252} \frac{dup_{pro-rata}}{dur_{pro-rata}}} \right]$$

Para os demais períodos:





$$Fator Selic = \left\{ \left[ \left( \frac{SELIC_k}{100} + 1 \right)^{\frac{21}{360}} \right]^{\frac{dup}{dut}} \right\}$$

, onde:

*Selic<sub>k</sub>*: Taxa Selic do último Dia Útil de cada mês, divulgada pelo BACEN, utilizada com duas casas decimais.

As definições de dut, dup, dup pro-rata e dut pro-rata são as mesmas utilizadas para o cálculo de juros, na Cláusula Quinta deste Termo de Securitização.